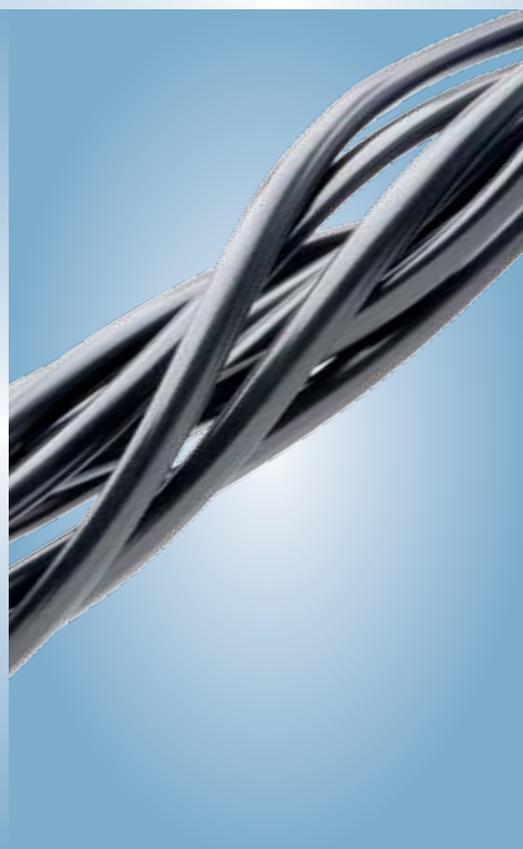


A CELESC EM 2010
RELATÓRIO ANUAL



Celesc



A CELESC EM 2010

RELATÓRIO ANUAL

Nas páginas seguintes, apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A – Celesc, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, da manifestação do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal.

Em atendimento ao novo padrão contábil, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo International Accounting Standards Board – IASB, denominado International Financial Reporting Standards – IFRS, introduzido no Brasil pela Lei 11.638/2007 e consubstanciado na Instrução CVM 457, de 13 de julho de 2007. O exercício de 2009 está sendo reapresentado sob as mesmas práticas, para efeito de comparabilidade.

Grandes números

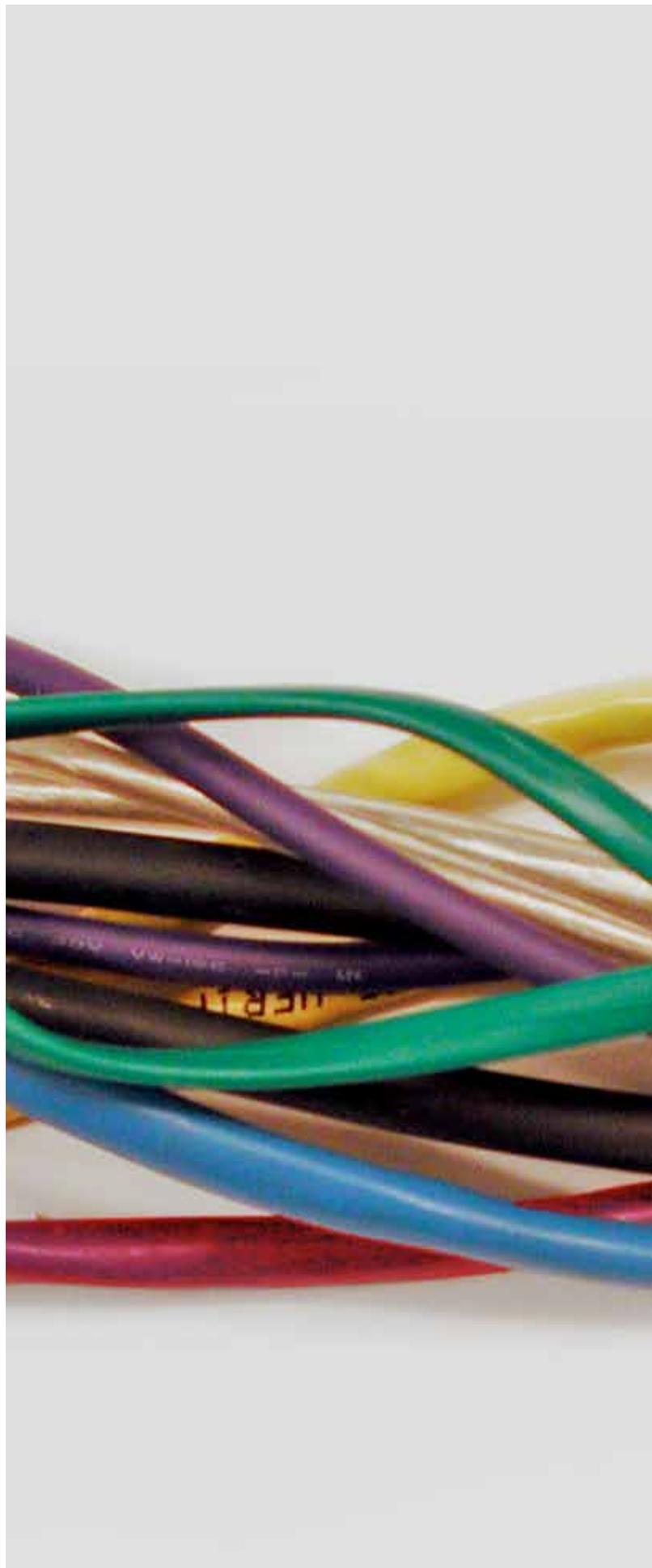
Sérgio Rodrigues Alves
Diretor Presidente

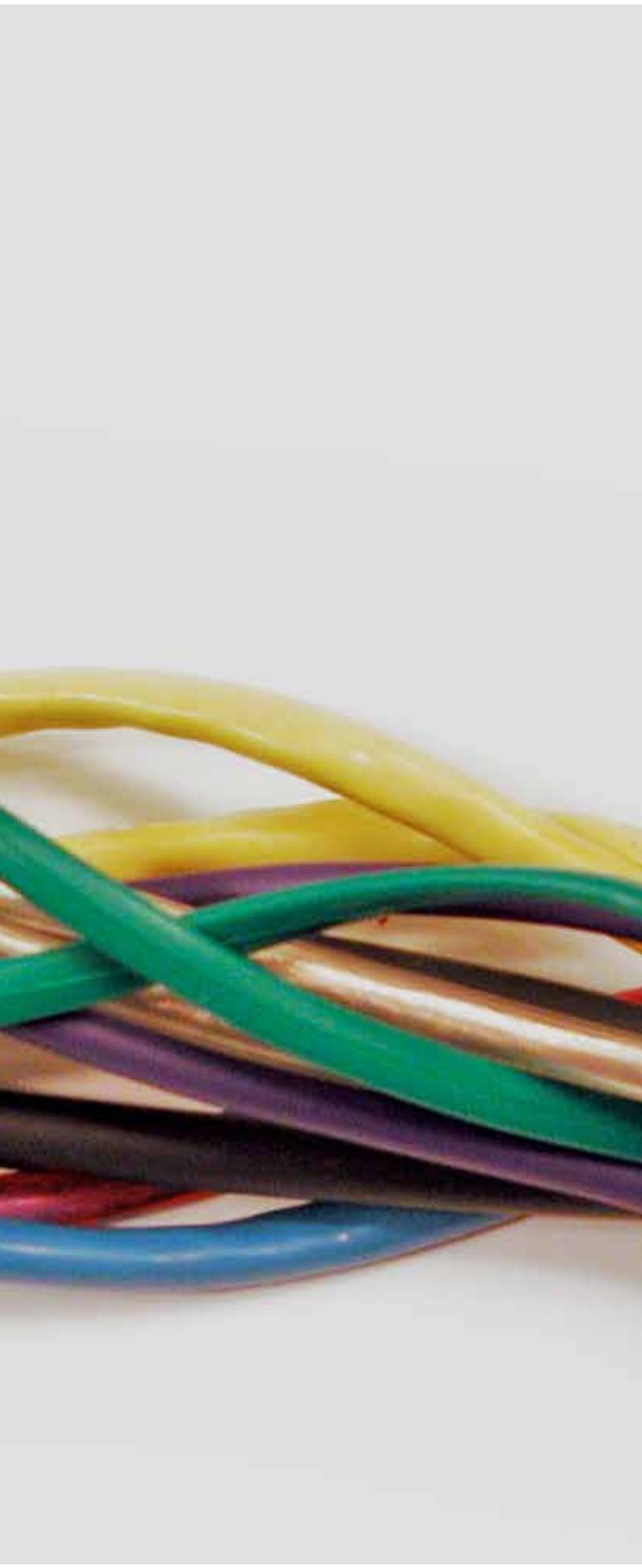
2010 foi mais um ano de bons resultados para o grupo Celesc, que soube atender, de maneira eficiente, ao expressivo crescimento da demanda na área de atuação das suas empresas. No ano, os investimentos realizados viabilizaram a ampliação do mercado consumidor em toda a área de concessão, tanto no setor de distribuição de energia elétrica, que registrou crescimento de 7,6% no consumo do insumo, quanto para o de distribuição de gás natural, que cresceu, no período, 10,3% em relação a 2009.

Em meio aos investimentos, a Celesc Distribuição inaugurou a primeira subestação blindada e as primeiras linhas de transmissão subterrâneas do seu sistema elétrico, proporcionando segurança e disponibilidade de energia para o abastecimento da ilha de Santa Catarina. Outro marco para o Grupo, relacionado às ações implementadas no ano, foi a ampliação da carteira de investimentos da Celesc Geração com o ingresso da Empresa em sete Sociedades de Propósito Específico, constituídas para viabilizar a construção de novas usinas, ampliando o parque de geração no Estado.

Em resposta ao cenário de expansão, o bom desempenho operacional garantiu variação positiva de quase 16% da Receita Operacional Bruta consolidada. A soma dos diversos fatores positivos do período, associada à redução das despesas operacionais registrada no período (-24,93%) fez o Grupo registrar, no período, lucro líquido 119,87% maior que o apurado em 2009. A Margem Ebtida, de 6% em 2009, passou para 10% em 2010. O montante do Valor Adicionado (DVA) chegou à casa dos R\$2,84 bilhões.

O bom resultado obtido pelo Grupo deriva da soma de muitos esforços, nas mais diversificadas esferas corporativas. Neste momento, quero enaltecer a colaboração de cada empregado, dos membros da Diretoria, dos integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que se mantém firmes, diante do propósito de tornar esta Companhia ainda maior e mais eficiente.





Grandes desafios

Derly Massaud de Anuniação

Presidente do Conselho de Administração

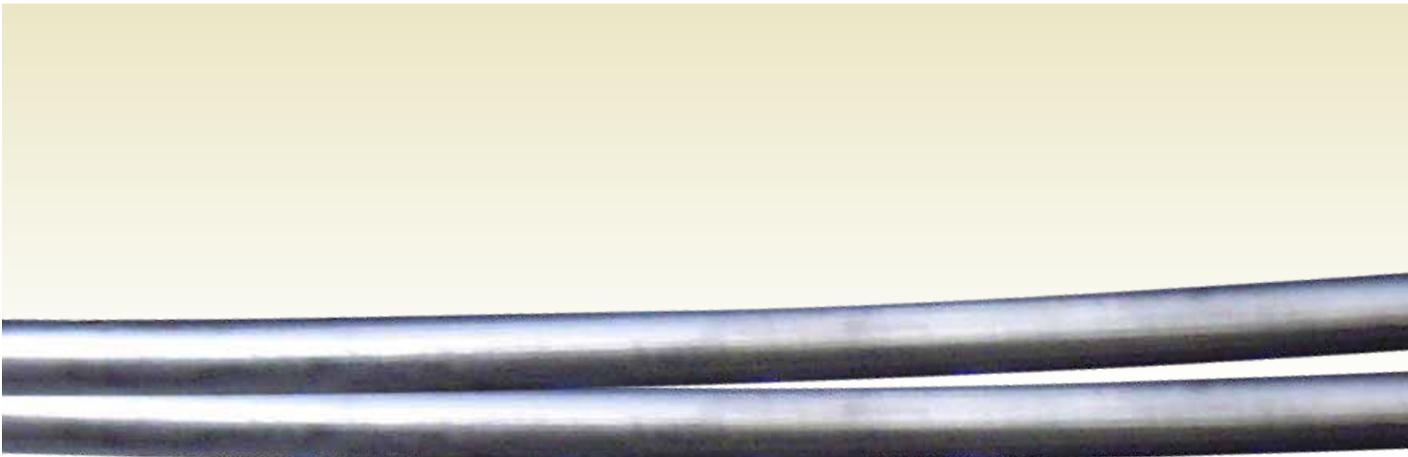
AO FIM da aferição dos resultados de 2010, o que se conclui é que esse foi um ano de desempenho relevante para o Grupo Celesc, que soube superar diversos desafios corporativos ao longo do período.

A necessidade de ampla eficiência, a mudança cultural imposta pelas inovações tecnológicas e pela automação de processos, o cumprimento de metas, a adoção de nova política organizacional e a urgência por bons resultados são alguns exemplos no processo, que estão sendo absorvidos de maneira positiva pelas empresas do Grupo. E esse desempenho se reflete no crescimento do patrimônio líquido da Holding com o lucro alcançado no período.

No cumprimento dos quesitos da sustentabilidade, as empresas atenderam as novas demandas por meio de investimentos prudentes e preservaram seu comprometimento com o desenvolvimento econômico e social em suas áreas de concessão. Cientes de seu papel social, investiram em programas de responsabilidade socioambiental, eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento.

O Conselho de Administração acompanhou de perto as ações promovidas pelas diretorias, debateu alternativas e tomou decisões que contribuiriam diretamente para o crescimento do resultado consolidado, com lucro líquido bastante superior ao do exercício anterior.

Os desafios do Grupo crescem junto com seus avanços, por isso, sabemos que o trabalho é permanente. Mas os resultados de 2010 nos estimulam a prosseguir na busca pela excelência da maior estatal catarinense.



SUMÁRIO

CELESC O GRUPO	9	2010 CENÁRIO	17
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	10	AMBIENTE ECONÔMICO	17
SUBSIDIÁRIAS INTEGRAIS	11	AMBIENTE REGULATÓRIO	17
EMPRESA CONTROLADA	13		
OUTRAS PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS	14	2010 DESEMPENHO OPERACIONAL	19
		DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	19
		GERAÇÃO DE ENERGIA	22
		DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	24
		2010 INVESTIMENTOS	25
		DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	25
		GERAÇÃO DE ENERGIA	28
		DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	29
		2010 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	31
		DESEMPENHO ECONÔMICO	31
		DESEMPENHO FINANCEIRO	32

2010 | GOVERNANÇA CORPORATIVA 33

APRIMORAMENTO	33
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	34

2010 | GESTÃO 37

GESTÃO DE RESULTADOS	37
GESTÃO DE PESSOAS	38
GESTÃO DO ATENDIMENTO	40

2010 | DESEMPENHO NO MERCADO DE CAPITAIS E RI 41

BONS RESULTADOS	41
REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS	42

2010 | RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL 43

PROJETOS SOCIAIS	43
PROJETOS AMBIENTAIS	46
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA	47
SCGÁS –RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	48

2010 | RECONHECIMENTO 49

PERSPECTIVAS 51

OBJETIVOS CLAROS	51
CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	54
AUDITORES INDEPENDENTES	54
AGRADECIMENTOS	54
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	55
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	62

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.



CELESC | O GRUPO

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. — Celesc é uma sociedade de economia mista, que atua há 55 anos nas áreas de geração e distribuição de energia. Durante esse período, consolidou-se como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, reconhecida em âmbito nacional e internacional principalmente pela qualidade dos seus serviços.

EM 2006, atendendo ao modelo preconizado pela atual legislação do setor elétrico nacional, a Empresa foi estruturada como *Holding*, com duas subsidiárias integrais, a Celesc Geração S.A. e a Celesc Distribuição S.A., e mantendo participações nas empresas Dona Francisca Energética S.A. — DFESA, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia Elétrica — ECTE, Companhia Catarinense de Água e Saneamento — CASAN, e Usina Hidrelétrica Cubatão S.A., além de outras pequenas participações acionárias.

Incrementando seu *portfolio*, em 2007, a Celesc adquiriu o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina — SCGÁS, empresa detentora da

concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmada em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 anos.

Em 2009, a *Holding* ampliou sua participação na área de transmissão de energia elétrica adquirindo mais ações da ECTE e, nos últimos dois anos, tem atuado fortemente para viabilizar projetos na área de geração de energia, por meio da sua subsidiária de geração.

A atual estrutura da Celesc está assim representada:

MISSÃO

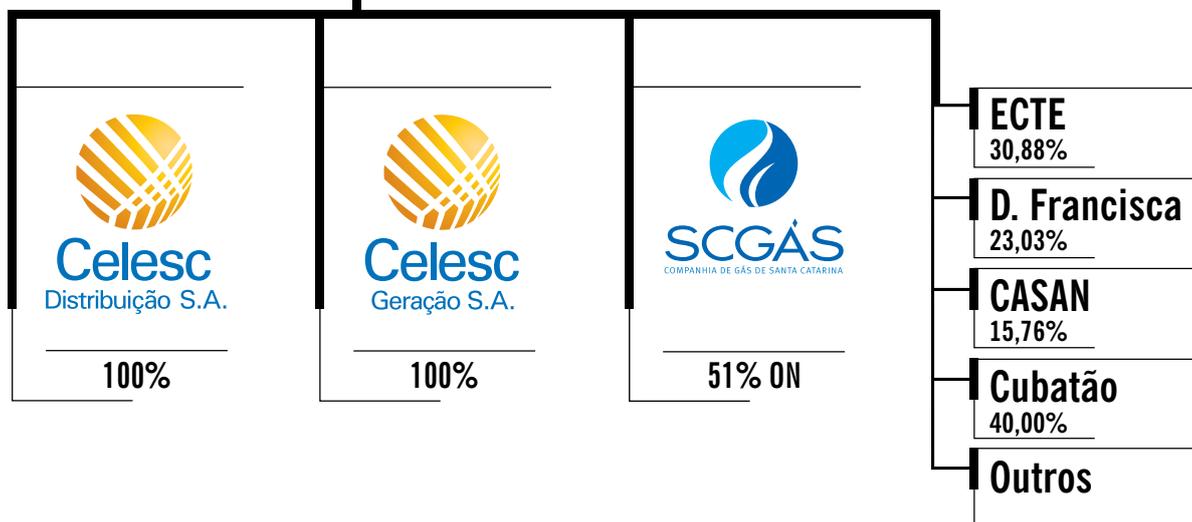
Investir no mercado de energia de forma rentável, controlando suas empresas nos mais altos padrões de governança corporativa.

VISÃO (ATÉ 2012)

Ser excelente na gestão de seus negócios, reconhecida por seus resultados.

VALORES

- » Satisfação dos clientes, acionistas, colaboradores e fornecedores.
- » Confiabilidade junto a todos os públicos com os quais a empresa se relaciona.
- » Qualidade dos processos e resultados.
- » Ética, transparência e profissionalismo.
- » Responsabilidade social e ambiental.
- » Segurança e qualidade de vida.

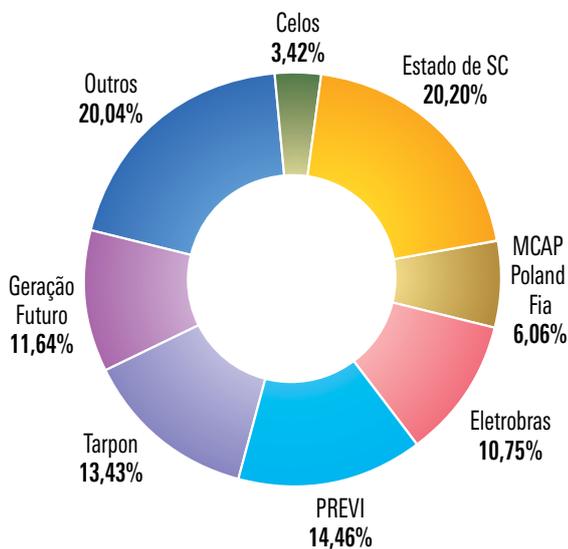


COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

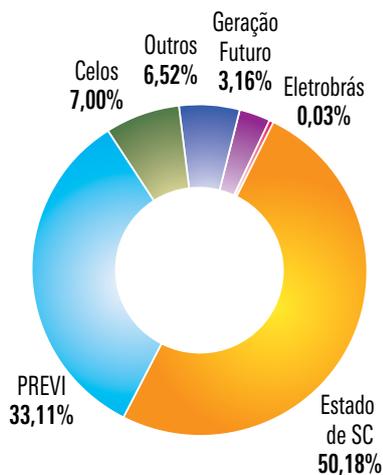
O CAPITAL Social da Companhia, atualizado, subscrito e integralizado, somava, em 31 de dezembro de 2010, R\$1.017,7 milhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto, e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas, sem direito a voto.

A composição acionária está representada conforme os gráficos abaixo e, ao final de 2010, o grupo de investidores estrangeiros – que representavam 20,45% do Capital Social Total da Celesc, detendo o volume de 7.887.887 ações, na grande maioria, preferenciais – era composto basicamente por grandes fundos de pensão americanos e canadenses.

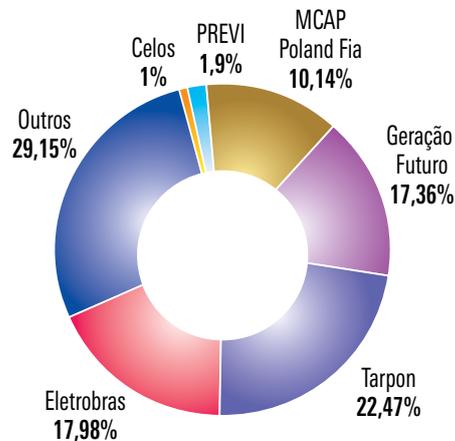
CELESC HOLDING | CAPITAL TOTAL



CELESC HOLDING | CAPITAL VOTANTE



CELESC HOLDING | CAPITAL NÃO VOTANTE



SUBSIDIÁRIAS INTEGRAIS

Celesc Distribuição S.A

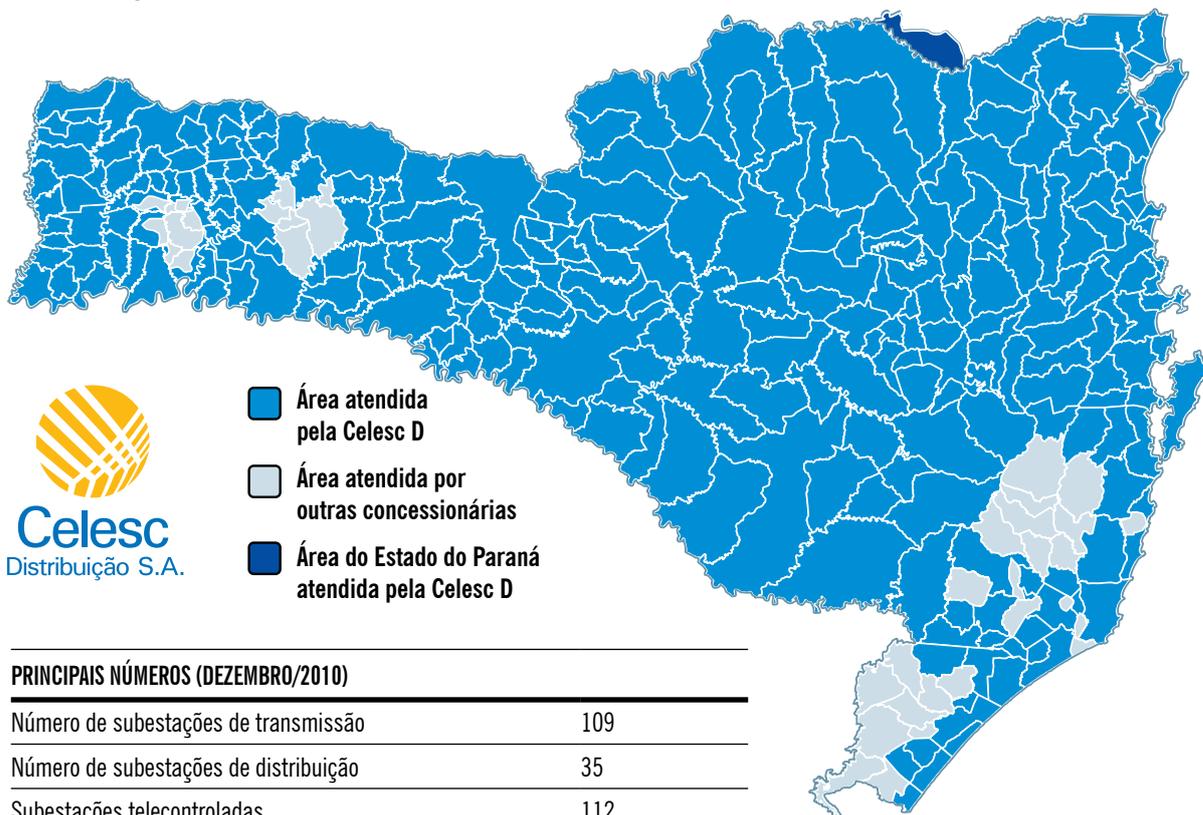
A distribuição de energia elétrica destaca-se entre as atividades do Grupo. A Celesc Distribuição é uma das maiores empresas do setor e sua área de concessão possui os melhores índices de eletrificação do país.

A Celesc Distribuição é a sexta maior distribuidora brasileira de energia elétrica em volume de receita de fornecimento, a sétima em volume de energia distribuída e a nona em número de consumidores. Sua área de concessão abriga um mercado altamente qualificado, com atividades industriais diversificadas, responsável pela parcela de 5,1% do total de energia elétrica consumida no Brasil. Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito da empresa so-

mava R\$1,053 bilhão, composto por 630 milhões de ações ordinárias nominativas.

Seus serviços são reconhecidos pelo elevado índice de satisfação dos seus clientes. Em sua área de concessão, a Celesc Distribuição S.A. atende 2.345.398 unidades consumidoras, o equivalente a 648 unidades por empregado (599 em 2009), distribuídas em 262 municípios catarinenses, que correspondem a 91,79% do território do Estado, e em um município no Estado do Paraná (Rio Negro).

CELESC D | ÁREA DE CONCESSÃO



PRINCIPAIS NÚMEROS (DEZEMBRO/2010)

Número de subestações de transmissão	109
Número de subestações de distribuição	35
Subestações telecontroladas	112
Capacidade transformação da transmissão	5.860,75MVA
Extensão de redes de transmissão	4.853,48km
Número de postes	1.489.178
Extensão de redes de distribuição	117.309,90km
Número de trafos de distribuição	150.833
Capacidade de transformação da distribuição (Até 34,5kV)	4.635,07MVA
DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor)	13,53h
FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor)	10,22 interrupções

MISSÃO

Distribuir energia elétrica de forma rentável, segura e sustentável, satisfazendo clientes, colaboradores e acionistas.

VISÃO (ATÉ 2012)

Atuar de forma mais eficiente que a Empresa de Referência até o final de 2012, mantendo os padrões de qualidade da ANEEL.

Celesc Geração S.A

A EMPRESA foi criada em 2006, a partir do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração de energia elétrica, na forma de subsidiária integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc. Em 31 de dezembro de 2010, seu capital social totalizava R\$65 milhões e era composto por 35 milhões de ações ordinárias nominativas.

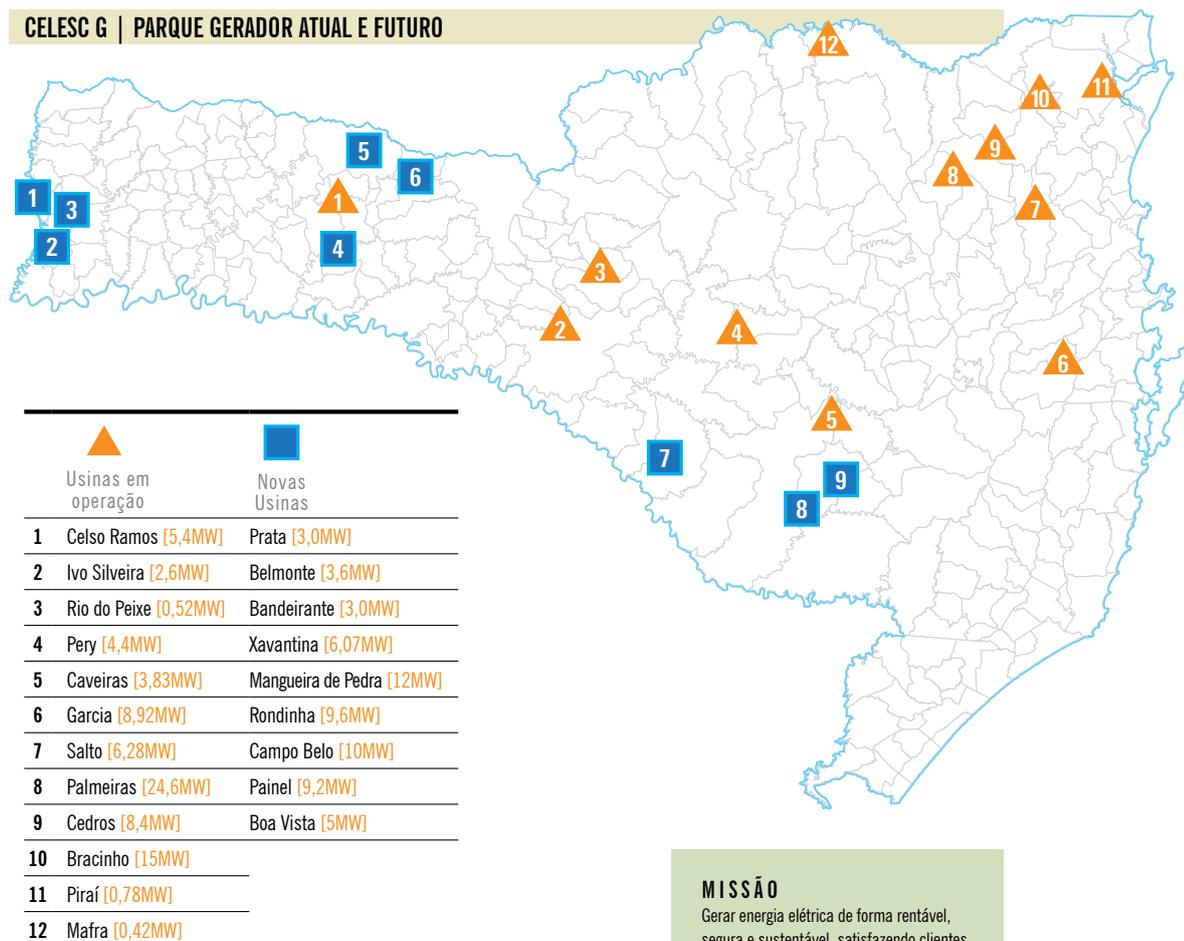
Ao ser instituída, a Empresa tornou-se responsável pela operação, manutenção e expansão de parque gerador formado por doze hidrelétricas com potência total instalada de 81,15MW, conforme o segundo termo aditivo ao Contrato de Concessão ANEEL 55/99.

Nos últimos quatro anos, norteada pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade

de geração própria, passou a investir na repotenciação das usinas existentes e na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos e à diversificação da matriz energética. Estudos em andamento projetam ampliar em até 148% a capacidade atual e contemplam projetos de fonte hidráulica, eólica e biomassa.

Em 31 de dezembro de 2010, a Empresa possuía participação acionária em sete sociedades de propósito específico (SPEs), interessadas na viabilização de novos empreendimentos no Estado. Essas parcerias vêm sendo constituídas desde 2007 e têm por objetivo a construção, comissionamento, operação, manutenção e a comercialização de energia de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH.

CELESC G | PARQUE GERADOR ATUAL E FUTURO



MISSÃO

Gerar energia elétrica de forma rentável, segura e sustentável, satisfazendo clientes, colaboradores e acionistas.

VISÃO (ATÉ 2012)

Atingir capacidade instalada de 200MW até 2012.

EMPRESA CONTROLADA

Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS

A diversificação do *portfólio* de negócios, com ingresso no setor de gás natural, teve início em 2007, com aquisição do controle acionário da SCGÁS.

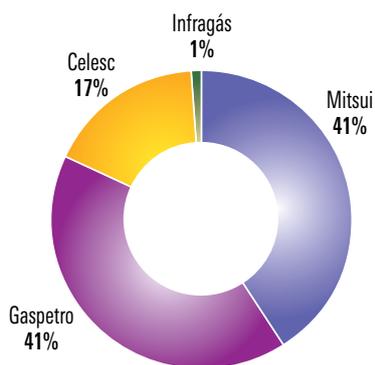
CRIADA em 1994, a SCGÁS (Companhia de Gás de Santa Catarina) é responsável pela distribuição do gás natural canalizado no Estado. A empresa é, no Brasil, a segunda maior distribuidora de gás em número de municípios atendidos. Santa Catarina está na terceira posição em termos de extensão de distribuição, de indústrias atendidas e no número de rede de postos de Gás Natural Veicular do país. A SCGÁS atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas Celesc, Gaspetro,

Mitsui Gás e Infragás. A Celesc assumiu o controle acionário da Empresa em 2007, com a aquisição de 51% das suas ações ordinárias, correspondentes a 17% do seu Capital Social.

Em franca expansão, ao final de 2010, a SCGÁS contava com 883km de redes de distribuição (62,1km a mais que em 2009), atendendo 1.988 clientes em 54 municípios catarinenses, o que representa um crescimento de 20,9% no número de clientes em relação ao ano anterior.



SCGÁS | COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA



MISSÃO

Promover soluções energéticas por meio da distribuição e utilização do gás natural com eficiência, segurança, confiabilidade e economia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina e para a preservação do meio ambiente.

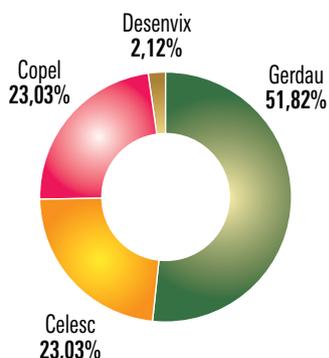
VISÃO (ATÉ 2017)

Ser referência nacional na distribuição de gás natural, sob a ótica do cliente, de forma sustentável, nos segmentos industrial, veicular e residencial e estar presentes em todas as regiões do Estado.

OUTRAS PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS

DFESA

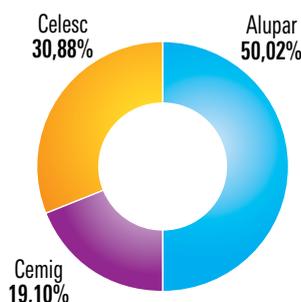
Dona Francisca Energética S.A.



CONCESSIONÁRIA produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 78MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2011. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da empresa que, em 2010, apresentou Resultado Operacional de R\$40,4 milhões (R\$49,6 milhões em 2009) e Lucro Líquido de R\$24,6 milhões (R\$40,3 milhões em 2009).

ECTE

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia



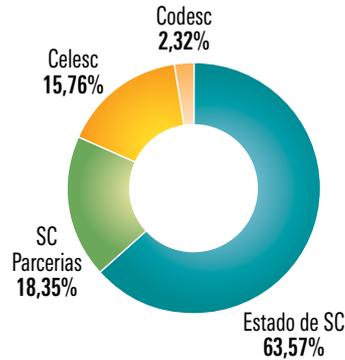
CONSTITUÍDA com o propósito específico de explorar linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões Sul, Sudeste e litoral de Santa Catarina, a ECTE é proprietária da LT SE Campos Novos - SE Blumenau, com 252,5km de extensão, responsável pelo transporte de cerca de 20% da energia assegurada para suprimento da demanda na área de concessão da Celesc Distribuição S.A.

O empreendimento tem o objetivo de assegurar o fornecimento à região Leste e litoral do Estado de Santa Catarina, atender ao crescimento da demanda de energia elétrica da região Sul - Sudeste e possibilitar maior confiabilidade operativa do Sistema Interligado Nacional (SIN). Foi realizado como resultado da parceria pioneira entre o investidor privado e o setor público, sob a modalidade de Leilão promovido pela ANEEL, em 1999. Sua operação teve início em março de 2002, sendo o segundo empreendimento colocado em operação na nova modalidade idealizada para o setor elétrico.

Em 2010, a ECTE obteve resultado operacional de R\$56,6 milhões (R\$51 milhões em 2009) e lucro líquido de R\$29,6 milhões (R\$29,1 milhões em 2009).

CASAN

Companhia Catarinense de Água e Saneamento

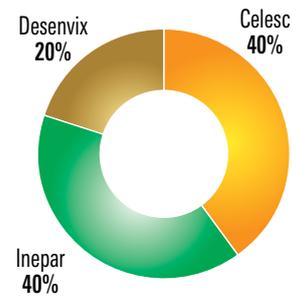


SOCIEDADE de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina. A função da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços de esgoto e abastecimento de água potável na sua área de concessão, além de realizar obras de saneamento básico em convênio com os municípios. A empresa atua em 205 municípios catarinenses e um no Estado do Paraná, por meio de convênios de concessão firmados com as prefeituras.

Atualmente, os serviços prestados pela empresa atendem uma população de 2,3 milhões de consumidores com água tratada e 319 mil com coleta, tratamento destino final de esgoto sanitário. Com a recente aprovação do Programa de Saneamento Ambiental pelo Japan Bank for International Cooperation (JBIC), a meta é universalizar a água para todo o Estado em até oito anos, além de ampliar significativamente a capacidade de coleta e tratamento de esgoto.

A Celesc é detentora de 15,76% do capital social da empresa, com 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN.

Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.



SOCIEDADE de propósito específico constituída para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão. Empreendimento localizado em Joinville, Santa Catarina, com potência instalada de 50MW. Após enfrentar entraves ambientais, o projeto foi totalmente revisado em 2007 e novas técnicas de construção foram adotadas no projeto, permitindo a retomada do processo de licenciamento, que se encontra em análise pelos órgãos competentes.



2010 | CENÁRIO

AMBIENTE ECONÔMICO

DESTAQUES

Em 2010, o mercado de energia elétrica da Celesc Distribuição cresceu 7,4% em relação a 2009.

No ano, a Celesc Geração produziu 70MW médios de energia elétrica por hora, totalizando a produção líquida de 614GWh e registrando fator de capacidade de 86,3%.

Número de clientes da SCGÁS cresceu 20,9%, passando de 1.645 ao final de 2009 para 1.988 em dezembro de 2010.

Rentabilidade do Patrimônio Líquido da *Holding* passou de 7,71% em 2009 para 16,41% em 2010.

AS BOAS expectativas com relação à recuperação econômica após o ápice da crise financeira que abalou o mercado mundial no biênio 2007 - 2008 se confirmaram em 2010. No Brasil, o impulso à demanda interna continuou sendo base do desenvolvimento econômico, e o mercado de trabalho voltou ao dinamismo pré-crise. A massa salarial cresceu e, com ela, a confiança para consumir. Os investimentos industriais foram retomados para atender o aquecimento do mercado, especialmente no primeiro trimestre do ano, marcado pelos incentivos fiscais para a compra de veículos e eletrodomésticos. No ano, o PIB (Produto Interno Bruto) apresentou crescimento de 7,5%, contra índice negativo de 0,6% em 2009.

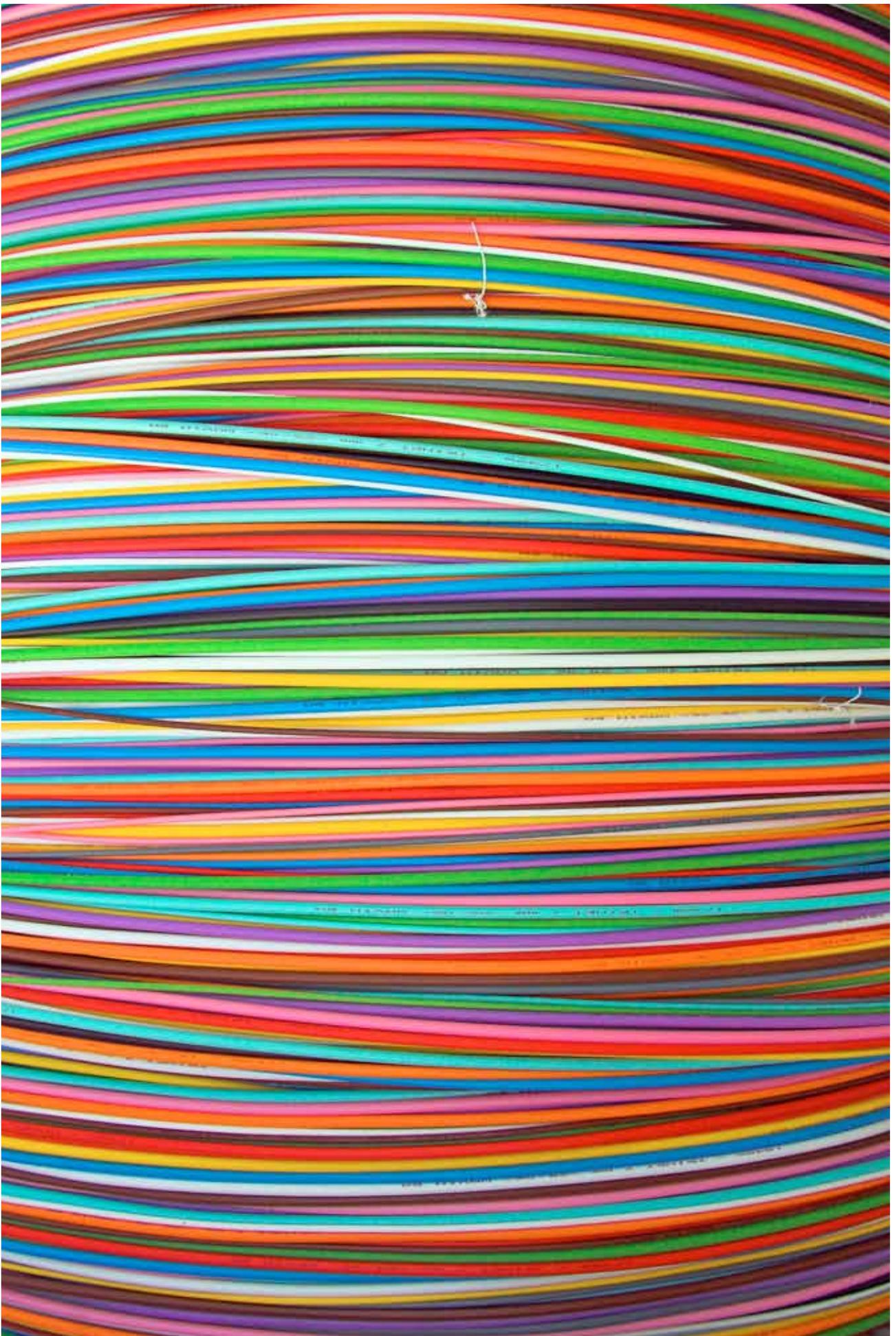
O ambiente favorável no cenário nacional também se fez presente na área de atuação da Celesc. Em Santa Catarina, com o reaquecimento do consumo, os investimentos industriais foram retomados. A atividade industrial registrou ritmo forte no primeiro trimestre e depois se acomodou, com o fim das medidas anticrise (desoneração de IPI para veículos e linha branca). Mas, no ano, a indústria cresceu 6,9% em relação ao exercício anterior, registrando forte retomada em relação a 2009, quando o desempenho havia sido 10,4% menor que em 2008.

AMBIENTE REGULATÓRIO

A ANEEL, em 6 de agosto de 2010, publicou no Diário Oficial da União – DOU, a Resolução Homologatória no 1.037, de 3 de agosto de 2010, estabelecendo as tarifas a serem praticadas pela Celesc Distribuição S.A. para o período de 7 de agosto de 2010 a 6 de agosto de 2011. Tais tarifas foram reajustadas, em média, 16,75%, sendo 9,25% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 7,50% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 9,85% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Em 16 de março de 2010, a Celesc Distribuição S.A. também assinou com a ANEEL o terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 56, de 22 de julho de 1999. O referido Termo Aditivo formaliza a alteração de procedimentos de cálculos dos reajustes tarifários anuais no âmbito do setor elétrico nacional, que visa à neutralidade dos encargos setoriais da “Parcela A” da receita anual das concessionárias, na forma do modelo padrão aprovado na 4ª Reunião Ordinária da Diretoria da ANEEL e conforme Despacho nº 245, de 2 de fevereiro de 2010 da ANEEL.

Em 2012, a Celesc Distribuição S.A. deverá passar pelo 3º ciclo de revisão tarifária, no qual serão definidas as receitas, despesas e investimentos necessários para o período de quatro anos. Em 31 de dezembro de 2010, estava em curso a Audiência Pública ANEEL 040/2010, com o objetivo de estabelecer novas metodologias e critérios a serem adotados na revisão. A Superintendência de Regulação – SURG da Celesc Distribuição S.A. acompanha as mudanças previstas e realiza estudos sobre possíveis impactos.



2010 | DESEMPENHO OPERACIONAL

O AMBIENTE favorável, associado a investimentos na expansão dos serviços, fez crescer as vendas de energia elétrica e de gás natural em Santa Catarina. Destaque para o atendimento de novas obras de infraestrutura portuária, construção civil, novas indústrias e pontos de comércio, que impactam positivamente em toda a cadeia produtiva. As subsidiárias de Distribuição e Geração investiram, no período, R\$431,3 milhões (R\$298,9 milhões em 2009). Do total, o maior volume (R\$382,2 milhões) foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão na Celesc Distribuição (R\$288,08 milhões em 2009). A Celesc Geração, agora mais voltada ao incremento da sua produção própria, investiu no ano R\$49,1 milhões (R\$10,9 milhões em 2009). A SCGás investiu outros R\$33,5 milhões (R\$31,7 milhões em 2009), grande parte direcionada à expansão do seu sistema de distribuição.



Instalação de linhas subterrâneas de transmissão de energia

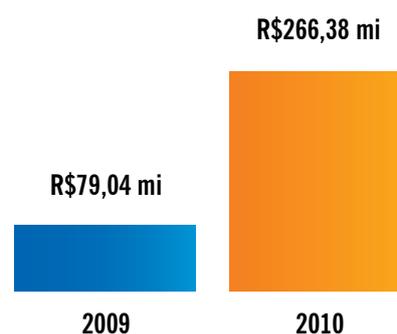
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

ENCERRADO o ano de 2010, o consumo de energia elétrica na área de atendimento da Celesc Distribuição S.A., equivalente ao desempenho dos mercados cativo e livre e às perdas, registrou expansão de 7,4% em relação ao resultado de 2009, totalizando 20.950 gigawates-hora (GWh) e ficando acima da variação da carga do Sul do país, que apresentou incremento de 6,1%.

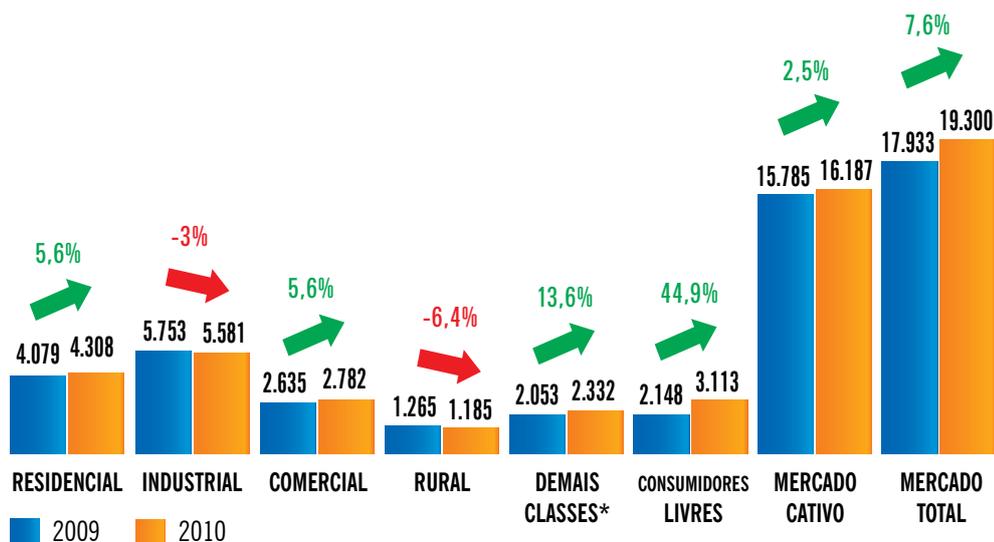
A energia distribuída pela Empresa para o mercado cativo foi 2,5% superior à registrada em 2009, atingindo 16.187GWh (excluindo o consumo próprio, que foi responsável por 12,4GWh), com destaque para o crescimento de 5,6% no consumo dos clientes da classe residencial e comercial. Com relação ao mercado total (cativo + livres), o crescimento foi de 7,6%, atingindo 19.300GWh. O número de clientes cativos, 2.345.772, é 3,3% maior que o registrado em 2009, com o incremento de 73.867 novas ligações.

A expansão dos montantes de energia elétrica distribuída para os mercados cativo e livre refletiu em aumento de eficiência operacional, em face do decorrente aumento do uso da capacidade do sistema elétrico e do aumento das receitas associadas.

CELESC D | RECEITA

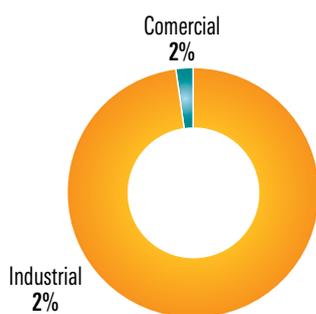


CELESC D | COMPARAÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA (EM GWh)

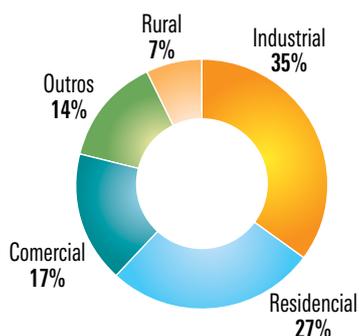


* Demais Classes = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda
 Não considera consumo próprio.

CELESC D | CONSUMO POR CLASSE



Ambiente de Contratação Regulado



Ambiente de Contratação Livre

CONSUMO

Tanto a classe residencial como a comercial apresentaram crescimento de 5,6% em 2010 frente ao ano de 2009. O bom desempenho anual é reflexo da conjuntura macroeconômica favorável, que contribuiu para o aumento na demanda por produtos, incentivando a abertura de novos pontos comerciais.

O comportamento da classe industrial no mercado cativo, com queda de 3%, reflete a migração de 31 clientes para o mercado livre. O consumo de energia elétrica dos clientes livres em 2010 atingiu 3.113GWh, registrando crescimento de 44,9% em relação ao ano anterior.

EXPANSÃO DO SISTEMA

Durante o ano, os recursos aplicados para expansão do sistema resultaram na ampliação de 273MVA na capacidade instalada do sistema e incluíram a conclusão de três novas subestações e de três linhas de alta tensão (138kV); a ampliação de nove subestações e melhorias em outras oito, além de 7.389 obras na rede de distribuição, na qual foram instalados, no ano, 17.757 postes, 3.156 transformadores e construídos 171km de alimentadores.

Destaque para a conclusão da subestação Florianópolis Agrônômica, a primeira subestação compacta de Santa Catarina, e duas linhas de transmissão subterrâneas associadas, com extensão total de 11km.



A primeira subestação compacta do sistema Celesc foi concluída em dezembro

SUBESTAÇÕES NOVAS
SE Florianópolis Agrônômica, SE Pomerode, SE Garuva
SUBESTAÇÕES AMPLIADAS
SE Ilha Norte, SE Itaiópolis, SE Indaial, SE Itajaí Fazenda, SE Rio do Sul II, SE Chapecó, SE Xanxerê, SE São Miguel do Oeste, SE São José dos Cedros.
MELHORIA DE SUBESTAÇÕES
SE Ilha Norte, SE Indaial, SE Camboriú, SE Tubarão, SE Araranguá, SE Criciúma, SE Criciúma Floresta, SE Forquilha Sombrio.
NOVAS LINHAS DE MÉDIA TENSÃO
LD SE Trindade – LD SE Florianópolis Agrônômica, LD SE Ilha Centro – SE Florianópolis Agrônômica, LD SE Blumenau II – SE Pomerode.

UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

No ano, por meio do Programa de Universalização do Atendimento, mais de 14.280 famílias passaram a contar com os confortos proporcionados pela energia elétrica. Desse total, 1.603 foram beneficiadas pelo programa Luz Para Todos, que conta com subsídios do Governo Federal, Governo Estadual e da Celesc Distribuição S.A., sendo que 1.333 moram na área rural. No ano, foram construídos 529km de redes de distribuição rural pelo Programa de Universalização do Atendimento. O total de investimentos na rubrica, em 2010, foi de R\$14.988 mil.

Desde o início do Programa de Universalização do Atendimento, instituído em abril de 2003, a Celesc Distribuição S.A. acumula a realização de 54.542 novas ligações no meio rural e, destas, 43.707 foram efetivadas por meio do Luz Para Todos. Atualmente, toda a zona urbana dos municípios na sua área de concessão tem acesso à energia elétrica e, para atender às metas do Programa, que universaliza o acesso à energia elétrica na área rural, falta atender a 400 solicitações.

PERDAS REGULATÓRIAS

De acordo com a última revisão tarifária periódica da Celesc Distribuição S.A., a perda regulatória foi definida em 7,73%. Desse total, conforme Nota Técnica nº 237/2009-SRE/ANEEL, 6,17% referem-se ao volume de perdas técnicas, e 1,56%, às perdas não técnicas. No acumulado dos últimos 12 meses até dezembro de 2010, as perdas globais representaram 7,50% da energia injetada no sistema de distribuição da Concessionária, 6,11% são refe-

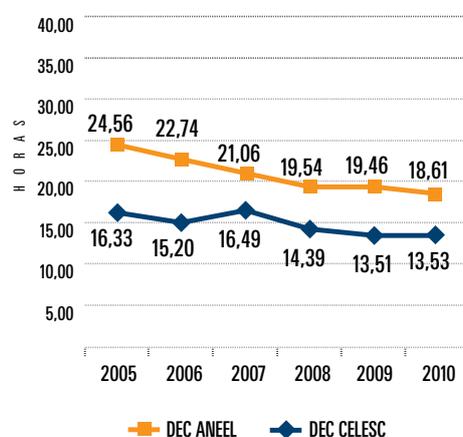
rentes às perdas técnicas definidas considerando os critérios estabelecidos pelos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST – Módulo 7 (2009) e 1,39% correspondem às perdas não técnicas.

QUALIDADE DO SERVIÇO

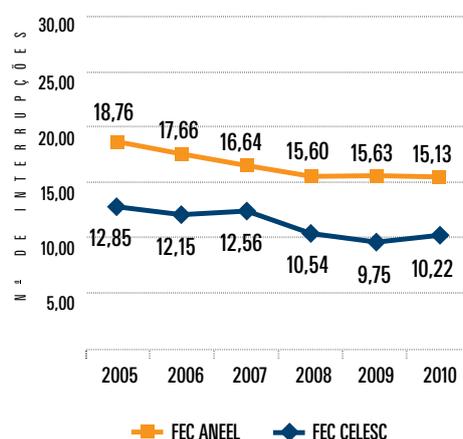
Em 2010, a Celesc Distribuição S.A. registrou um pequeno aumento nos valores dos indicadores de continuidade (DEC e FEC), em relação a 2009. O indicador DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora aumentou 0,15%, passando de 13,51 horas para 13,53 horas. O indicador FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora aumentou de 9,75 interrupções para 10,22 interrupções, ou seja, equivalente a um acréscimo de 4,82%. A maior concentração de interrupções, responsáveis por aproximadamente 82% do DEC e 88% do FEC, esteve associada a ocorrências acidentais, provocadas por condições climáticas adversas.

CELESC D | DEC E FEC

DEC Realizado Celesc x DEC Meta ANEEL



FEC Realizado Celesc x FEC Meta ANEEL



GERAÇÃO DE ENERGIA

O ALTO ÍNDICE pluviométrico registrado na área das usinas e a melhoria do índice de disponibilidade das unidades geradoras fizeram com que fosse registrado, em 2010, recorde de produção de energia do parque gerador da Celesc Geração. No ano, foram gerados, em média, 70MW médios de energia elétrica por hora, totalizando a produção líquida de 614GWh e registrando fator de capacidade de 86,3%. Nos últimos três anos, o volume de produção anual das usinas havia alcançado a média de 485GWh. O desempenho em 2010 foi cerca de 26% maior.

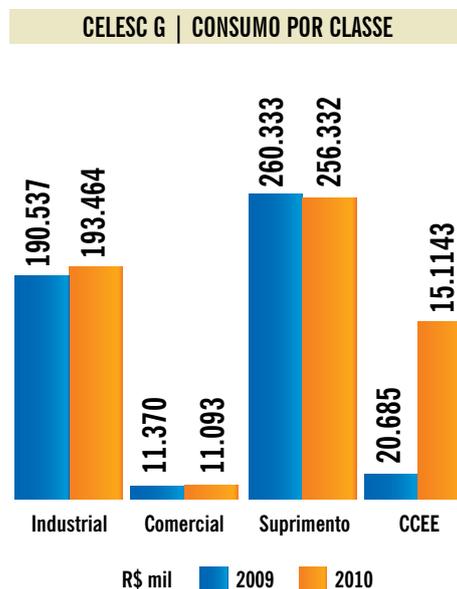
No quadro a seguir, é possível acompanhar o desempenho de cada uma das usinas que formam o parque de geração da Empresa, nos anos de 2009 e 2010, referente ao volume de geração bruta:

USINAS	2009	2010
Palmeiras	138.864.406	189.606.267
Cedros	58.761.500	70.257.096
Salto	40.033.959	43.268.016
Bracinho	72.452.130	97.978.161
Pirai	4.902.202	8.574.014
São Lourenço	1.888.053	3.252.088
Garcia	68.997.301	71.574.132
Caveiras	22.063.349	29.447.960
Pery	34.330.284	35.672.448
Ivo Silveira	17.048.340	21.611.210
Rio do Peixe	3.521.336	4.058.429
Celso Ramos	29.598.000	38.257.289
Total (MWh)	492.460.860	613.557.110

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A maior produção representou acréscimo de vendas para o mercado livre, por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, impactando na receita bruta registrada no ano de 2010. O volume de energia comercializado no ano (612GWh), foi entregue em contratos de longo e curto prazo para comercializadores, consumidores livres, geradores e liquidações na CCEE, por meio do Mecanismo de Realocação de Energia. O maior volume de vendas representou incremento de cerca de 7% na receita operacional registrada em 2010. Comparado com o

consumo por classe em 2009, 2010 apresentou o seguinte desempenho:



EXPANSÃO DO PARQUE GERADOR

Em 2010, a Celesc Geração continuou priorizando ações para ampliar a capacidade de geração própria. Essas ações têm como pilares a repotenciação das usinas existentes e a constituição de parcerias com investidores privados para viabilização de novos empreendimentos.

A participação da Empresa nas Sociedades de Propósito Específico que viabilizam os novos empreendimentos é a seguinte:

USINA	POTÊNCIA INSTALADA	PARTICIPAÇÃO	POTÊNCIA CELESC G
Prata	3,00	25,0%	0,75
Bandeirante	3,00	25,0%	0,75
Belmonte	3,60	25,0%	0,90
Mangueira de Pedra	12,00	30,0%	3,60
Rondinha	9,60	32,5%	3,12
Xavantina	6,07	40,0%	2,43
Boa Vista	5,00	30,0%	1,50
Painel	9,20	32,5%	2,99
Campo Belo	10,00	30,0%	3,00
Total - MW	61,47		19,04

NOVOS EMPREENDIMENTOS – Dentre os empreendimentos em execução, destaque para a PCH Prata, localizada no município de Bandeirante, no Extremo-Oeste catarinense, com potência instalada de 3MW e já em fase final de instalação, com entrada em operação prevista para junho de 2011. A PCH Rondinha, a ser instalada no município de Passos Maia, na região Oeste, terá seu projeto executivo concluído em janeiro de 2011. As obras de construção do empreendimento deverão ser iniciadas em abril.

O projeto executivo da PCH Painei, a ser instalada no município de mesmo nome, e o da PCH Campo Belo, localizada no município de Campo Belo do Sul, também se encontram em fase final de elaboração. As obras das duas PCHs deverão ser iniciadas no início do segundo semestre de 2011.

Em 2010, a Empresa ainda atuou na prospecção de estudos para a construção de Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) visando ao aproveitamento de cursos d'água entre barragens de acumulação e captação das usinas para a geração de mais 1,75MW de energia elétrica no Estado.

AMPLIAÇÃO DAS USINAS EXISTENTES – No decorrer do exercício, foram concluídos os processos de licenciamento ambiental, e obtida junto à Agência Nacional de Águas – ANA, a Declaração de Reserva de Uso dos Recursos Hídricos para as obras de ampliação da PCH Pery, cujo projeto básico foi executado no ano de 2008. Localizada em Curitiba, a usina tem potência instalada de 4,4MW e passará a contar com capacidade de 30MW.

Ainda se deu encaminhamento aos projetos de ampliação e repotenciação das demais usinas existentes. Dois projetos (PCHs Celso Ramos e Caveiras) foram enviados à ANEEL e aguardam autorização do órgão para ampliação. Também foram concluídos os projetos básicos de ampliação das PCHs Ivo Silveira e Cedros e para a reativação da CGH Maroim, a mais antiga da Empresa e uma das mais antigas do país, fora de operação desde a década de 1970.

CELESC G | PARQUE GERADOR ATUAL E FUTURO

	USINAS EM OPERAÇÃO	REPOTENCIAÇÃO E AMPLIAÇÃO [PROJETOS]	NOVAS USINAS
1	Celso Ramos [5,4MW]	+7,2MW	Prata [3,0MW]
2	Ivo Silveira [2,6MW]	+9,4MW	Belmonte [3,6MW]
3	Rio do Peixe [0,52MW]	+8,48MW	Bandeirante [3,0MW]
4	Pery [4,4MW]	+25,6MW	Xavantina [6,07MW]
5	Caveiras [3,83MW]	+10MW	Mangueira de Pedra [12MW]
6	Garcia [8,92MW]		Rondinha [9,6MW]
7	Salto [6,28MW]	+33,72MW	Campo Belo [10MW]
8	Palmeiras [24,6MW]		Painei [9,2MW]
9	Cedros [8,4MW]	+3,5MW	Boa Vista [5MW]
10	Bracinho [15MW]		
11	Piraí [0,78MW]	+1,22MW	
12	Mafra [0,42MW]		
T	81,15MW	+99,12MW	+61,47MW

DISTRIBUIÇÃO DE GÁS

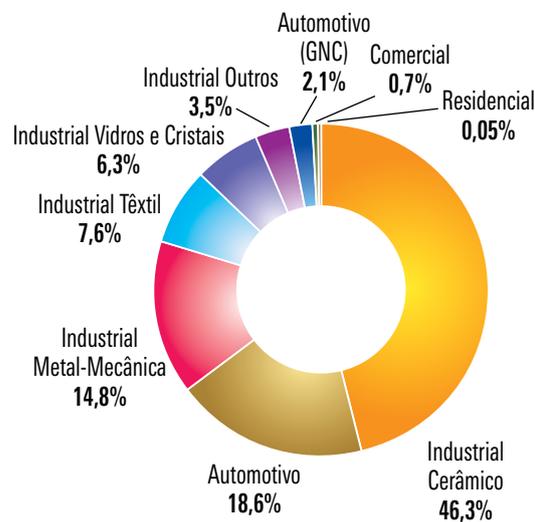
AS VENDAS diárias da SCGÁS atingiram, em 2010, a média de 1.741 mil m/dia, ante 1.578 mil m/dia em 2009. O desempenho representa acréscimo de 10,3% na demanda, ressaltando o crescimento de 12,9% do mercado industrial. O número de clientes foi ampliado em 20,9%, passando de 1.645 ao final de 2009 para 1.988 em dezembro de 2010, com destaque para o crescimento de 24,6% no mercado residencial.

Os principais projetos de expansão da rede de distribuição de gás natural executados em 2010 foram:

- ▶ **PROJETO ARARANGUÁ:** conclusão da construção da rede para atendimento ao município;
- ▶ **PROJETO INTERLIGAÇÃO TIJUCAS-ITAJAÍ:** conclusão da construção da rede que proporcionou capacidade adicional de escoamento de gás para atendimento a novos clientes na região da foz do Rio Itajaí e aumento da confiabilidade da rede de distribuição em toda a região Norte do Estado;
- ▶ **SISTEMA CRICIÚMA:** construção de sistemas urbanos, com redes de polietileno para atendimento ao mercado residencial e comercial do município;
- ▶ **PROJETOS DE SATURAÇÃO:** construção de ramais para atendimento a clientes em diversos municípios já atendidos pela rede de distribuição de gás natural, nas regiões Norte, Vale do Itajaí, Sul e Grande Florianópolis.

O mercado de Gás Natural Comprimido (GNC) registrou aumento nas vendas médias diárias de 10,2% em relação a 2009 e representou 20,7% do total de vendas da SCGÁS. No final do ano de 2010, a área de concessão da Empresa contava com 131 postos em 46 municípios para atendimento a 88.302 veículos com instalação para uso de gás natural, levando as vendas nesse segmento a superarem, pela primeira vez, a marca de 360 mil m/dia. Atualmente, 17 municípios são atendidos por esse modal, do litoral ao Oeste catarinense.

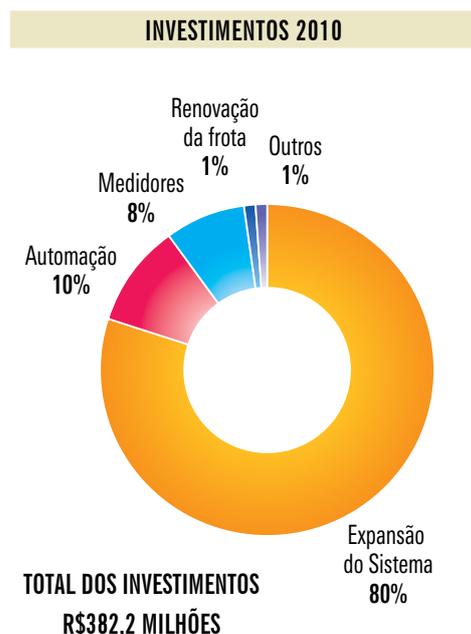
SCGÁS | PARTICIPAÇÃO POR SEGMENTOS 2010



2010 | INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Em 2010, os investimentos industriais foram retomados para atender o aquecimento do mercado, especialmente no primeiro trimestre, sob influência do impacto positivo das medidas anticrise adotadas pelo Governo Federal, como a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos e eletrodomésticos. No todo do ano, o consumo industrial cresceu 6,9% em relação a 2009, quando o desempenho havia sido 10,4% menor que o registrado no ano anterior. Neste cenário favorável, a Celesc investiu em novos empreendimentos para garantir o atendimento à expansão do mercado, como já vimos no item do Desempenho Operacional, e em novas tecnologias, com o objetivo de tornar mais eficiente a prestação do serviço.



SUPERVISÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO

Durante 2010, a Celesc Distribuição S.A. duplicou o número de subestações de distribuição de alta tensão com relés de proteção acessados remotamente. Agora, são 112 subestações com a tecnologia, e a medida tem impacto direto na melhoria dos processos operacionais, porque permite localização de falhas em linhas de distribuição, coleta automática de oscilações, substituição ou ajustes de relés a distância e facilita a tomada de decisões em tempo real. Os equipamentos foram adquiridos em 2009 e instalados em 2010. Na rede de distribuição de média tensão (até 34,5kV), a Celesc Distribuição S.A. ampliou o controle automatizado com a instalação de 24 terminais de comunicação remota conectados a religadores.

Normalmente, esses equipamentos de proteção estão instalados ao longo dos alimentadores e, perante um defeito que ocorra à frente do seu local de instalação, permitem interromper o fornecimento apenas parcialmente.

O projeto oferece como ganhos diretos o menor volume de consumidores sem energia elétrica, agilidade na localização e recomposição do fornecimento de energia interrompido e a redução dos custos associados ao deslocamento das equipes de emergência.

AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS

Acompanhando as tendências globais, a Celesc Distribuição S.A. tem consolidado parcerias internas para desenvolver aplicações e projetos, investiu em infraestrutura de Data Center e de rede local, implementou a virtualização de servidores e o gerenciamento de serviços, avançou em governança de Tecnologia da Informação – TI e realizou ampliações significativas em toda a rede de comunicação corporativa distribuída em sua área de atuação. Todas essas ações tiveram como premissas a disponibilidade, o melhor desempenho e a confiabilidade de recursos e dos serviços oferecidos aos usuários e clientes, oferecendo mais agilidade ao atendimento. Em abril de 2008, foi iniciada a implantação do novo Sistema Integrado de Gestão Empresarial (*Enterprise Resource Planning – ERP*), um importante passo à modernização tecnológica, com atuação de mais de 250 profissionais (consultores, agentes de mudança, facilitadores e usuários finais). A entrada em operação do sistema ocorreu em janeiro de 2009, com os módulos SAP Finanças, Contabilidade e Recursos Humanos e seus diversos ambientes tecnológicos. Em 2010, iniciou-se nova fase com os novos processos SAP de Suprimentos, Projetos, Manutenção e Qualidade, integrando os processos, gerando informações consistentes em tempo real e mantendo as operações em base única de dados. Para a instalação do SAP, foi necessária adequação da infraestrutura com a aquisição de uma máquina adequada à demanda, além de novos sistemas de armazenamento e *backup*.

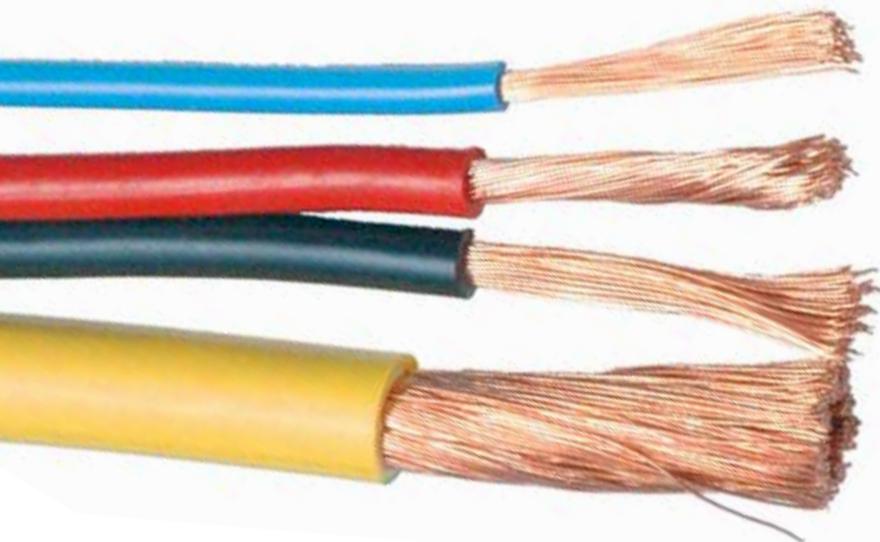
ATENDIMENTO AO CLIENTE

Em 2010, a Celesc Distribuição S.A. consolidou a implantação do processo de Leitura, Impressão e Entrega Simultânea – LIES, da fatura de energia elétrica em todas as regiões da área de concessão. O novo processo atende aos consumidores atendidos em baixa tensão e deve representar economia de R\$20 milhões/ano, com a redução dos custos de pessoal, de postagem e impressão da fatura. O processo ainda reduz o prazo de faturamento, uma vez que a leitura no modo *online* disponibiliza as informações de forma instantânea no sistema corporativo.



Mais eficiência: leitura, impressão e entrega simultânea da fatura

Oferecendo um novo canal de comunicação para o cliente e, conseqüentemente, mais agilidade ao atendimento, também foi implantado, no portal Celesc, a ferramenta *Frequently Asked Questions – FAQ*, a lista de perguntas mais frequentes e suas respectivas respostas. A ferramenta foi concebida para oferecer melhor navegabilidade ao usuário e agrupa, em primeiro nível, apenas os assuntos pertinentes à categoria desejada.





PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

No ano, foram promovidas mudanças e definições para o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D. O volume de recursos destinados para atender a rubrica foi de R\$4,2 milhões, custeando estudos, principalmente, com pesquisa aplicada e estratégica relacionada à distribuição da energia elétrica, além de outros com foco em medição, supervisão, controle e proteção de sistemas elétricos, qualidade e confiabilidade. Seguindo os novos rumos do Programa, assuntos como sustentabilidade, meio ambiente, redes inteligentes e segurança cibernética foram incluídos nos processos de seleção de projetos no ano de 2010. Mais duas novas chamadas públicas foram realizadas, e a estimativa referente ao volume de recursos a ser aplicados em projetos deverá chegar a R\$30 milhões em 2011.

ESTÍMULO AO USO CONSCIENTE DA ENERGIA ELÉTRICA

O Programa de Eficiência Energética – PEE da Celesc Distribuição S.A., denominado proCeleficiência, desenvolve um conjunto de iniciativas voltadas para a redução da demanda de potência no horário de ponta (18h30 a 21h30) e para o uso seguro e racional da energia elétrica. O Programa beneficia as diversas classes de consumidores, principalmente por meio de ações orientativas e pela substituição de equipamentos obsoletos por equipamentos mais modernos e eficientes.

Em 2010, por meio do proCeleficiência, a Celesc Distribuição S.A. aplicou R\$4,4 milhões no desenvolvimento de 12 projetos, a maioria licitados no ano e com execução prevista para 2011. Os finalizados no período resultaram na redução de 245MWh de consumo de energia elétrica e de 73KW da demanda no horário de ponta. Dentre os projetos concluídos e em andamento no ano, destaque para:

- » instalação de 273 aquecedores solares em residências de três conjuntos habitacionais da Companhia de Habitação de Santa Catarina – COHAB;
- » substituição de 2.550 refrigeradores nas residências atingidas por enchentes e deslizamentos ocorridos no final de 2008, nos municípios que tiveram decretada situação de calamidade em Santa Catarina;

- » licitação, para execução em 2011, da regularização da instalação elétrica de 1.250 unidades consumidoras, reforma de instalações elétricas internas em 500 unidades consumidoras, substituição de 1.880 padrões de entrada e de 114 mil lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas, em unidades consumidoras de baixa renda, cadastradas pelo projeto Sou Legal, Tô Ligado;
- » em licitação: instalação de 1.287 sistemas de aquecimento solar.



Substituição de lâmpadas pelo Projeto “Sou Legal, Tô Ligado”

RENOVAÇÃO DA FROTA

Em 2010, a frota da Celesc Distribuição S.A. foi incrementada com mais 97 veículos, para uso em atividades comerciais, manutenção do sistema, serviços em linha energizada e atendimento emergencial. Do total, 40 veículos são do tipo utilitário médio, que receberam cestos aéreos reformados, 10 veículos já equipados com cestos aéreos e escadas fixas giratórias, três veículos com tração 4X4 e cabine dupla e 44 veículos furgão. O investimento na renovação soma R\$8,2 milhões.



Novos veículos ampliam a capacidade de atendimento

GERAÇÃO DE ENERGIA

EM 2010, a Celesc Geração investiu o montante de R\$48,9 milhões, volume 349% superior ao realizado em 2009 (R\$10,9 milhões). O desempenho reflete a maior atuação da Empresa no desenvolvimento de projetos voltados a sua expansão, conforme já relatado no Desempenho Operacional, com destaque para:

EXPANSÃO DO PARQUE GERADOR

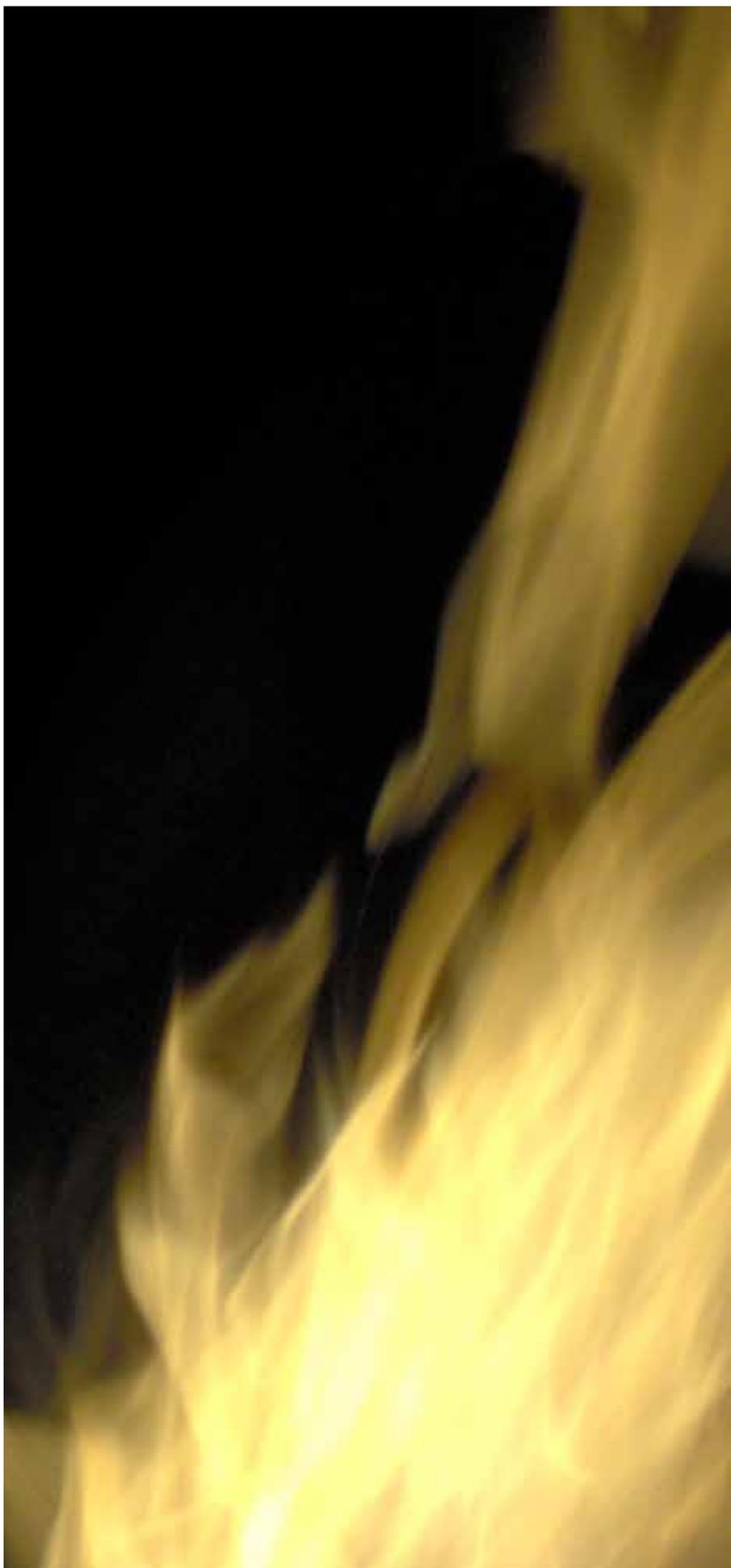
Os recursos investidos em novos empreendimentos são de origem própria e no ano de 2010 somaram R\$8 milhões, sendo que já estão comercializadas as produções das usinas Rondinha e Rio das Flores com consumidores livres. Na ampliação das usinas existentes, foram investidos R\$36,4 milhões na elaboração de projetos, obtenção de licenças ambientais e outorga dos órgãos competentes.

AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS

Acompanhando as tendências do Grupo Celesc na área de inovação tecnológica, a Celesc Geração S.A. adquiriu, em 2010, um Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP – Enterprise Resource Planning). A entrada em operação do sistema ocorreu em outubro, com os módulos de Finanças, Compras e Contabilidade, estando previstos para 2011, os módulos de Orçamento, Manutenção e Projetos de Obras. O Sistema permite a integração de processos, promovendo maior agilidade à tomada de decisão, baseada em dados mais consistentes. Paralelo à aquisição do Sistema Integrado de Gestão, também foi viabilizada a infraestrutura necessária para perfeita harmonia entre *hardware* e *software*. Nessa rubrica, o investimento somou R\$2,1 milhões.



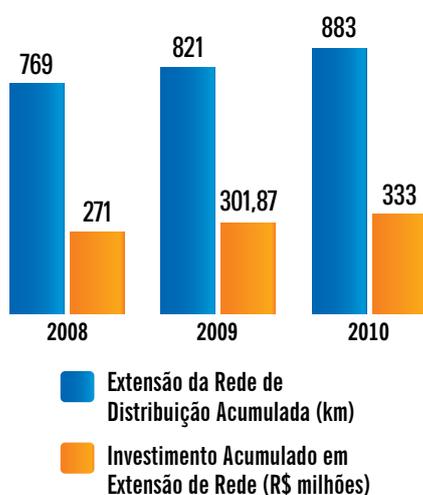
Estudos projetam expansão de quase 150% do parque gerador



DISTRIBUIÇÃO DE GÁS

Em 2010, a SCGÁS realizou investimentos de R\$33,5 milhões, atingindo o total acumulado de aproximadamente R\$357 milhões em recursos aplicados ao longo da história da Companhia. Do montante investido em 2010, totalmente com recursos próprios, a maior parte foi aplicada na implantação de 62 quilômetros de novas redes de distribuição de gás natural.

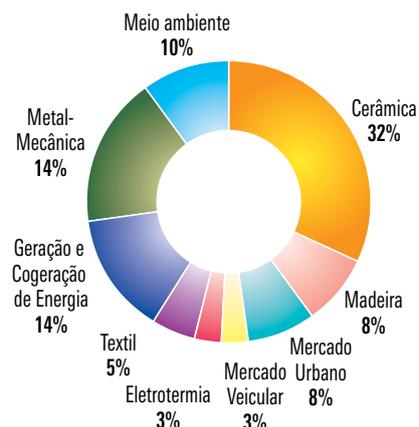
SCGÁS | EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS E EXTENSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO



SUORTE TÉCNICO – A SCGÁS realiza ações de Suporte Técnico que contemplam a elaboração de estudos de aplicação, laudos técnicos, viabilidade de utilização, medidas de eficiência e auditorias energéticas em processos produtivos. Em 2010, foi ultrapassada a marca de 600 ações de suporte técnico concluídas, que resultaram num incremento superior a 7.000m³/dia nas vendas.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – Nas atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – P&DT, a carteira de projetos da SCGÁS conta com 48 concluídos, cinco em andamento e mais 16 projetos a implantar, contemplando nove programas temáticos, conforme apresentado a seguir.

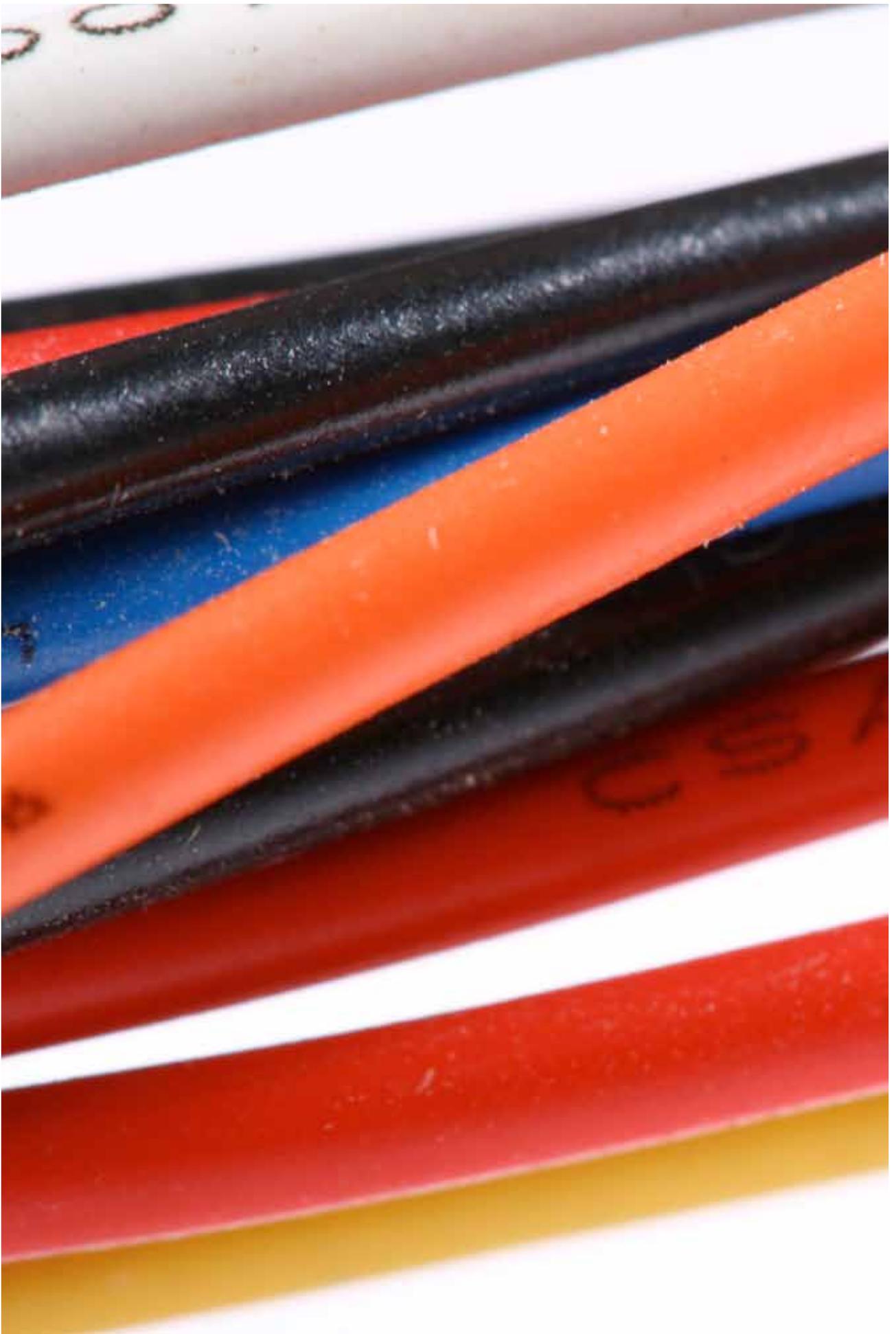
SCGÁS | P&D – PROGRAMAS TEMÁTICOS



Tais projetos são executados em parceria com instituições de ensino e pesquisa de Santa Catarina, como a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC, a Sociedade Educacional de Santa Catarina – SOCIESC, o Instituto Maximiliano Gaidzinski – IMG, a Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB e o SENAI-SC.

Em 2010, a SCGÁS investiu R\$250 mil em projetos de P&DT, além de captar mais R\$140 mil em recursos externos para pesquisas na área de biogás. Dentre os resultados alcançados, destacam-se:

- ▶ a conclusão dos dois primeiros projetos de P&DT voltados ao setor têxtil;
- ▶ a conclusão do projeto de aquecimento de panelas de fundição com uso de gás natural;
- ▶ a conclusão do projeto de produção contínua de telhas cerâmicas em atmosfera redutora com uso de gás natural.



2010 | DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DESEMPENHO ECONÔMICO

SOB o aspecto econômico, o ano de 2010 demonstrou um desempenho superior ao registrado em 2009. Destaque para rentabilidade do Patrimônio Líquido, que passou de 7,71% em 2009 para 16,41% em 2010. No ano, o Ebitda aumentou consideravelmente, o que refletiu na Margem Ebitda, que passou de 6% em 2009 para 10% em 2010. Do ponto de vista financeiro, a situação da Companhia manteve-se constante em relação aos índices de liquidez. Em contrapartida, apresentou redução significativa no capital circulante líquido, que passou de R\$153.305 milhões em 2009 para

R\$22.881 milhões em 2010. Tal resultado se deve, especialmente, à elevação do custo da energia elétrica comprada no segundo semestre, proveniente dos despachos de termoeletricas, e a consequente elevação do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, e a variação da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

Nas relações patrimoniais, cabe ressaltar o aumento da qualidade do endividamento que, de 36% em 2009, passou para 41% em 2010, fruto da redução das provisões contingentes e da amortização dos empréstimos de longo prazo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ MIL)	2010	2009	AH
Receita Operacional	6.226.921	5.399.502	15,32%
Deduções da Receita Operacional	(2.190.156)	(1.901.242)	15,20%
Receita Operacional Líquida	4.036.765	3.498.260	15,39%
Custos Operacionais	(3.378.334)	(2.896.966)	16,62%
Lucro Bruto	658.431	601.294	9,50%
Despesas Operacionais	(392.052)	(522.257)	-24,93%
Resultado do Serviço	266.379	79.037	237,03%
Resultado Financeiro	84.810	74.920	13,20%
Resultado da Equivalência Patrimonial	6.660	9.282	-28,25%
Lucro antes do IR/CS	357.849	163.239	119,22%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(84.333)	(38.841)	117,12%
Lucro Líquido do Exercício	273.516	124.398	119,87%

DESEMPENHO FINANCEIRO

O GRUPO Celesc apresentou, no exercício de 2010, um lucro líquido consolidado de R\$273,52 milhões. O valor é 119,87% maior que o registrado em 2009 (R\$124,40 milhões).

O bom resultado se deve, principalmente, ao desempenho operacional das empresas do Grupo, que operaram em cenário econômico bastante favorável, fazendo com que a Receita Operacional Bruta da Companhia alcançasse o volume de R\$6.226 milhões, apresentando variação de 15,32% em relação ao ano anterior (R\$5.399 milhões).

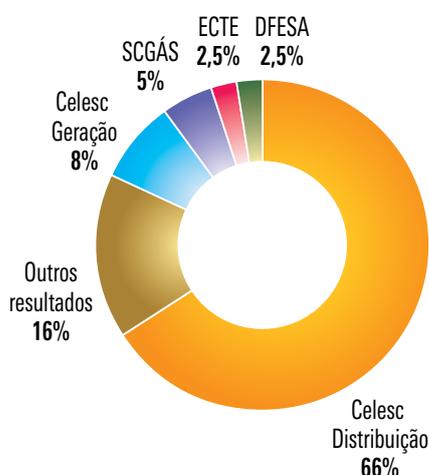
A maior contribuição para o resultado consolidado é proveniente da subsidiária integral Celesc Distribuição S.A., responsável pela parcela de 65,94% do resultado consolidado (46,57% em 2009). No ano, o crescimento do mercado da Distribuidora e o reajuste tarifário obtido em agosto favoreceram o resultado da Empresa, que encerrou o ano registrando Receita Operacional Bruta (ROB) de R\$6.049 milhões, ante R\$5.239 milhões em 2009.

Outro fator que influenciou a variação da ROB, no resultado consolidado, foi o registro da “Receita de Construção”, um dos efeitos da aplicação do IFRS, que soma à Receita o valor investido pelas empresas concessionárias na expansão dos seus ativos. No caso da Celesc Distribuição, esse quesito representou 4,04% do crescimento da ROB em 2009 e 6,13% em 2010.

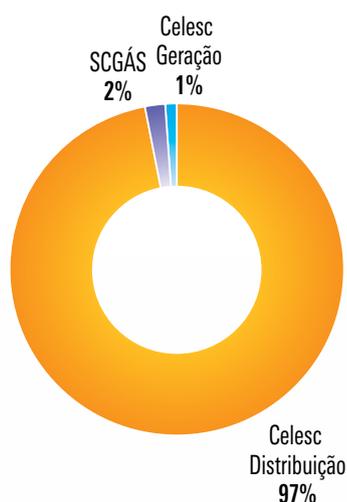
No ano, o aumento da eficiência operacional da Empresa também é percebido ao se avaliar a eficientização dos custos operacionais, decorrente da manutenção do quadro funcional e da redução do número de terceirizados no período.

A Receita Operacional Líquida manteve a proporção anual. Já o item Outras Receitas (Despesas) Operacionais apresentou significativa melhora, com redução de 24,93% do volume total, proporcionada, principalmente, pela reversão de provisões passivas que sofreram reavaliação de risco. Enquanto em 2009, as Despesas acarretaram redução de 9,92% da Receita Operacional, em 2010 essa redução caiu para 6,59%. Como resultante, apresenta-se uma melhora no Lucro Líquido do exercício, que passou de 2,30% em 2009 para 4,39% da Receita Operacional em 2010.

CELESC | RECEITA OPERACIONAL BRUTA PARTICIPAÇÃO POR EMPRESA

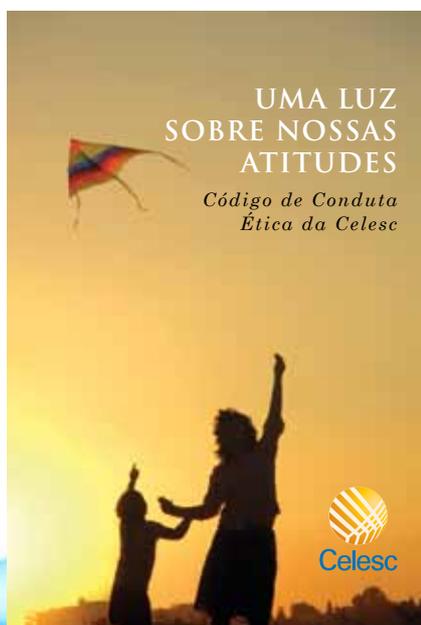


CELESC | LUCRO LÍQUIDO PARTICIPAÇÃO POR EMPRESA



APRIMORAMENTO

Revisão do Código passou por consulta pública



NO ZELO pelo atendimento às prerrogativas da boa governança corporativa, a Celesc busca criar e desenvolver as melhores práticas e condições de sustentabilidade, proteger os interesses da instituição e de seus acionistas e agregar valor à sociedade.

Em 2010, com o objetivo de melhorar os controles internos e o aperfeiçoamento das ações de boas práticas de governança corporativa na Companhia, foi adotado modelo padronizado para a formalização e apresentação dos assuntos submetidos à apreciação e/ou decisão dos órgãos de governança da Celesc e suas subsidiárias integrais. Todos os assuntos a serem submetidos à deliberação das Diretorias Execu-

tivas, Conselho de Administração e Assembleia Geral passam, previamente, pelo crivo de análise técnica, financeira e jurídica, alçada e riscos reunidos em um único documento.

No ano, a Celesc também revisou e implementou seu Código de Conduta Ética, lançado em 2006. A nova versão reafirma os princípios éticos no ambiente corporativo e público, uma vez que expressa os fundamentos que devem reger a conduta do corpo diretivo e funcional da Empresa no relacionamento com e entre empregados, estagiários, jovens aprendizes, clientes, consumidores, acionistas, fornecedores, prestadores de serviço, entidades de classe, comunidades, governo e sociedade. A revisão foi realizada por meio de consulta pública, com participação do corpo funcional e da sociedade civil. Durante o processo, foram realizadas palestras para debater a questão sob diversos pontos de vista, além de reuniões setoriais.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Na estrutura de governança corporativa estão os seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

ASSEMBLEIA GERAL – Órgão soberano, convocado e instalado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Empresa, consolidado na Assembleia Geral de 23 de março de 2009. Possui poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto social da Celesc e tomar as resoluções necessárias e convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, inclusive com a verificação das ações adotadas pela administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Órgão colegiado de funções deliberativas, constituído por treze conselheiros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um ano, sendo permitida a reeleição. Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei, fixar a orientação geral dos negócios e da gestão do desempenho econômico, ambiental e social.

Para evitar conflitos de interesse com as várias partes interessadas, cabe ao Conselho zelar pela fiel observância das normas legais, regulamentares e disposições contratuais pertinentes à prestação dos serviços de energia elétrica concedidos. Os membros do Conselho são escolhidos segundo suas qualificações profissionais, por possuírem competências específicas para melhor definir as estratégias da organização segundo os princípios da sustentabilidade empresarial. Os empregados da Companhia têm direito de eleger um membro do Conselho de Administração.

Em dezembro de 2010, o Conselho de Administração era integrado pelos seguintes membros:

Derly Massaud Anunciação

PRESIDENTE – REPRESENTANTE ACIONISTA MAJORITÁRIO

Sérgio Rodrigues Alves

REPRESENTANTE ACIONISTA MAJORITÁRIO

Lírio Albino Parisotto

REPRESENTANTE ACIONISTA MAJORITÁRIO

Milton de Queiroz Garcia

REPRESENTANTE ACIONISTA MAJORITÁRIO

Antonio Fernando do Amaral e Silva

REPRESENTANTE ACIONISTA MAJORITÁRIO

Andriei José Beber

INDEPENDENTE

Pedro Bittencourt Neto

INDEPENDENTE

Daniel Arduini Cavalcanti de Arruda

REPRESENTANTE DOS ACIONISTAS PREFERENCIALISTAS INDEPENDENTES

Arlindo Magno de Oliveira

REPRESENTANTE DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS ORDINARISTAS

Edimar Rodrigues de Abreu

REPRESENTANTE DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS ORDINARISTAS

Emilio Mayrink Sampaio

REPRESENTANTE DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS ORDINARISTAS

Paulo Roberto Evangelista de Lima

REPRESENTANTE DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS ORDINARISTAS

Jair Maurino Fonseca

REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS

CONSELHO FISCAL – O Conselho Fiscal é composto por cinco membros e respectivos suplentes. O acionista majoritário indica três integrantes. Os acionistas preferenciais e os acionistas ordinários minoritários elegem, em escrutínio separado, seus representantes e respectivos suplentes.

Ronaldo Baumgarten Junior

REPRESENTANTE DO ACIONISTA MAJORITÁRIO

SUPLENTE: LUIZ ROGÉRIO GONÇALVES

Célio Goulart

REPRESENTANTE DO ACIONISTA MAJORITÁRIO

SUPLENTE: LUCIANO VELOSO LIMA

Gilberto Antônio Gadotti

REPRESENTANTE DO ACIONISTA MAJORITÁRIO

SUPLENTE: SALIBA NADER NETO

Telma Suzana Mezia

REPRESENTANTE DO ACIONISTA MINORITÁRIO ORDINARISTA (PREVI)

SUPLENTE: JOÃO MORAES AZZI

Julio Sergio de Souza Cardozo

REPRESENTANTE DO ACIONISTA PREFERENCIALISTA

SUPLENTE: ANTONIO AUGUSTO TORRES DE BASTOS FILHO

DIRETORIAS EXECUTIVAS – Exercem a gestão dos negócios, em sintonia com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

A Diretoria da *Holding* é composta pelo diretor presidente e por dois diretores eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo. Somente o presidente é também membro do Conselho de Administração, sem presidir o órgão.

Composição da Diretoria Executiva em 31 de dezembro de 2010:

Sérgio Rodrigues Alves

DIRETOR PRESIDENTE

Welson Teixeira Junior

DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E COM INVESTIDORES

Clairton Belém da Silva

DIRETOR DE PLANEJAMENTO

As diretorias executivas de cada subsidiária integral são eleitas pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, a partir de orientações de voto do Conselho de Administração para mandatos de três anos, com direito à reeleição.

Composição da Diretoria Executiva da Celesc Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2010:

Alfredo Felipe da Luz Sobrinho

DIRETOR PRESIDENTE

Gilberto Odilon Eggers

DIRETOR DE GESTÃO CORPORATIVA

Eduardo Carvalho Sitonio

DIRETOR TÉCNICO

Arnaldo Venício de Souza

DIRETOR ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dílson Oliveira Luiz

DIRETOR COMERCIAL

Composição da Diretoria Executiva da Celesc Geração S.A. em 31 de dezembro de 2010:

Paulo Roberto Meller

DIRETOR PRESIDENTE

Paulo Roberto Meller

DIRETOR TÉCNICO E COMERCIAL (INTERINO)

Marco Aurélio Dutra

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Na SCGÁS, os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia para mandatos de dois anos. A Celesc, acionista majoritária, indica o diretor presidente.

Composição do Conselho de Administração da SCGÁS em 31 de dezembro de 2010:

Anderson Bastos

REPRESENTANTE DA MITSUI

Cláudio Ávila da Silva

REPRESENTANTE DA INFRAGÁS

Luiz Celso Oliveira Andrade

REPRESENTANTE DA GASPETRO

Ivan Ranzolin

REPRESENTANTE DO ACIONISTA MAJORITÁRIO

Composição da Diretoria Executiva da SCGÁS em 31 de dezembro de 2010:

Ivan Ranzolin

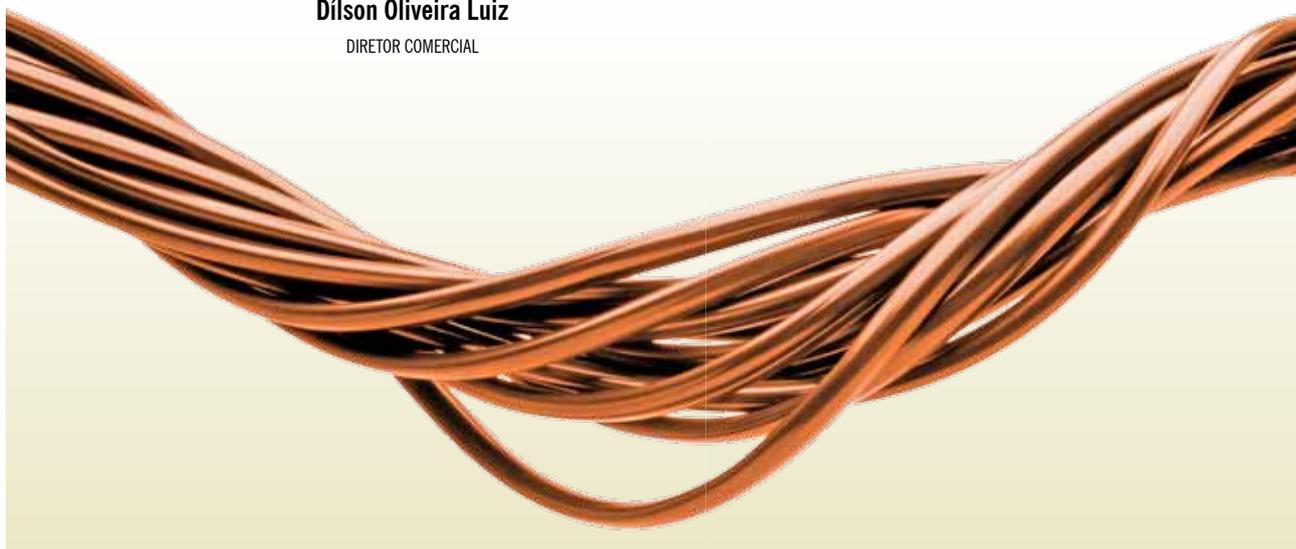
DIRETOR PRESIDENTE

Carlos Romeu Paes Leme

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Walter Fernando Piazza Júnior

DIRETOR TÉCNICO E COMERCIAL





GESTÃO DE RESULTADOS

A Celesc tem grandes desafios na busca permanente por melhores resultados e maior eficiência. A cada ano, sua administração se aprimora, com aperfeiçoamento do seu modelo de gestão, baseado em princípios de profissionalização, governança corporativa, transparência da informação e extensão de direitos aos sócios minoritários.

O modelo, implantado em 2003, harmoniza os interesses dos consumidores, acionistas, empregados e da sociedade e está vinculado ao Contrato de Gestão, firmado entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Celesc Distribuição, que dispõe sobre as metas a serem alcançadas pela Empresa.

Em 2009, foi concluído o Diagnóstico Estratégico Operacional da Celesc com a formulação da Carta Diretriz, que define os objetivos de curto e médio prazos da Holding e de suas subsidiárias, com foco na performance econômico-financeira e de tecnologia e processos. O Contrato de Gestão da Distribuidora foi alinhado à Carta Diretriz e teve suas metas aperfeiçoadas, com o objetivo de preparar a Empresa para o processo de renovação da concessão em 2.015.

Em 2010, a Celesc Distribuição, mantendo-se alinhada com as melhores práticas corporativas, conquistou pontuação 20% maior que a conquistada no ano anterior na avaliação da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ, passando de 326 para 392 pontos. Ainda no âmbito estratégico, manteve seu compromisso de auxiliar as demais organizações públicas estaduais, atuando como âncora do Programa de Melhoria de Gestão Pública – GesPública em Santa Catarina.

CAMPOS DE RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO DA CELESC DISTRIBUIÇÃO

MERCADO E IMAGEM

Fortalecer a presença no mercado e elevar o índice de satisfação dos clientes, com ênfase na ampliação e modernização da infraestrutura produtiva (sistema elétrico), na modernização e descentralização dos serviços de atendimento aos clientes e no aumento da qualidade dos serviços prestados.

ECONÔMICO-FINANCEIRO

Elevar o resultado operacional e remunerar os acionistas, com ênfase no aumento da produtividade, na gestão eficiente dos ativos e investimentos, redução dos custos operacionais e de manutenção, além de ampliar e fortalecer os negócios de energia.

PATRIMÔNIO HUMANO

Elevar o nível de motivação e comprometimento e melhorar a segurança no trabalho, com ênfase na busca da satisfação e qualificação dos empregados.

SOCIAL E AMBIENTAL

Atender a conformidade ambiental na operação e manutenção do sistema elétrico e nos novos empreendimentos; implantar ações de responsabilidade social; priorizar ações que visem reduzir os impactos no ambiente urbano e rural, focando também a inclusão social e os investimentos em cultura.

TECNOLOGIA E PROCESSOS

Buscar melhoria contínua na gestão e modernização tecnológica, com ênfase na renovação da concessão; aprimorar o modelo de gestão, eficiência energética e programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

GESTÃO DE PESSOAS

O PATRIMÔNIO humano é a base para a excelência em gestão, e a Companhia dá especial importância a seus talentos, estabelecendo políticas com vistas a atender a responsabilidade social e a sustentabilidade corporativa. É um dos índices mais altos aferidos na Pesquisa de Clima, mostrando o orgulho dos empregados de pertencerem ao quadro de colaboradores da Companhia.

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

No ano, registrou-se um total de 130.282 horas/homem de treinamento ou capacitação oferecido aos empregados, distribuídas em 740 cursos. Desses, 350 foram referentes à área administrativa e 390 à área técnica. Destaque para a realização de capacitação de usuários dos novos módulos do SAP e cursos para projetistas de rede de distribuição. A Empresa também criou e promoveu, em 2010, o Programa Ah!tino. O objetivo era levar os empregados a refletirem sobre como enfrentam as mudanças e a maneira como lidam com novas situações. O Programa também promoveu a aproximação do Departamento de Gestão de Pessoas – DPGP e as Agências Regionais e envolveu mais de 800 participantes. No desenvolvimento dos encontros, também foram registradas sugestões para a melhoria dos serviços prestados pelo Departamento, e ações foram realizadas em virtude dessas considerações.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS [PLR]

Em 2010, foram distribuídos R\$10,7 milhões aos empregados (R\$2,3 milhões pagos em abril de 2010 referente à PLR de 2009 e R\$8,4 milhões pagos em outubro de 2010 referente à antecipação da PLR de 2010). A PLR está associada ao cumprimento ou superação de metas do Contrato de Gestão de Resultados e possibilita atuar estrategicamente para melhorar o desempenho organizacional.

Em setembro de 2010, a assinatura de Acordo Coletivo de Trabalho garantiu a permanência de benefícios e promoveu reajuste salarial de 4,68%. Em dezembro, os empregados receberam novo incremento salarial em média de 3,89%, decorrente da promoção horizontal por merecimento, dentro da política de remuneração da Celesc Distribuição S.A. Pela

primeira vez, foram adotados os critérios de merecimento: formação escolar, treinamento, avaliação de desempenho e atividades corporativas ou experiência gerencial.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Em 2010, foi aplicada, pela segunda vez, a Avaliação de Desempenho 360º graus, metodologia que permite que o empregado seja avaliado pelo seu supervisor imediato, seus subordinados e pelos seus pares, além da autoavaliação.

O processo foi totalmente automatizado pelo Sistema SAP, implantado em 2009. A Avaliação de Desempenho também contribuiu com o fator Conhecimento da Função no Plano de Cargos e Salários – Promoção Horizontal por Merecimento, aplicado no mesmo ano, ocasião em que os empregados tiveram a oportunidade de atualizar seu cadastro no Banco de Dados da Celesc Distribuição S.A., promovendo a centralização de informações como Treinamentos Realizados, Atividades Corporativas, Experiência Gerencial, Escolaridade, Formação Profissionalizante e Dados Pessoais.

SEGURANÇA NO TRABALHO

A conscientização para a importância do uso correto dos equipamentos e o respeito às normas são a mola propulsora das iniciativas desenvolvidas para garantir a segurança dos trabalhadores. Em 2010, foram realizados ensaios elétricos nos equipamentos de proteção individual (luvas isolantes, botinas, botas e capacetes) e de proteção coletiva (lençóis isolantes, mangas isolantes, varas de manobras, coberturas isolantes, detectores de tensão e ferramentas isoladas).

No ano, também houve implantação e operacionalização do Programa Gestão do Trabalho Seguro – GTS, nas Agências Regionais, ação prevista no Contrato de Resultados. Por meio do GTS, foram desenvolvidas reuniões de segurança, análise de acidentes e inspeção de guindautos, escadas e cesto aéreo. Outras grandes ações foram a reciclagem dos procedimentos de trabalho em altura e o processo de planejamento estratégico da área de segurança do trabalho, com definição dos conceitos de negócio, missão, visão e objetivos do setor de prevenção e suas ações para 2011.



CLIMA ORGANIZACIONAL

Entre 2007 e 2008, foi definida a política de Gestão do Clima Organizacional, com base em Pesquisa realizada em 2006. Desde então, importantes ações foram adotadas, como a revisão do Plano de Cargos e Salários – PCS e a Avaliação de Desempenho. Em dezembro de 2010, foi realizada nova Pesquisa de Clima Organizacional. O processo terá continuidade em 2011, com a divulgação dos resultados e proposta de novas ações, e servirá como um dos balizadores da política de bem-estar, estruturada também em 2010.

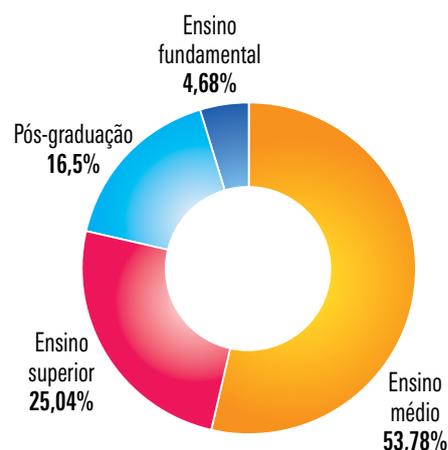
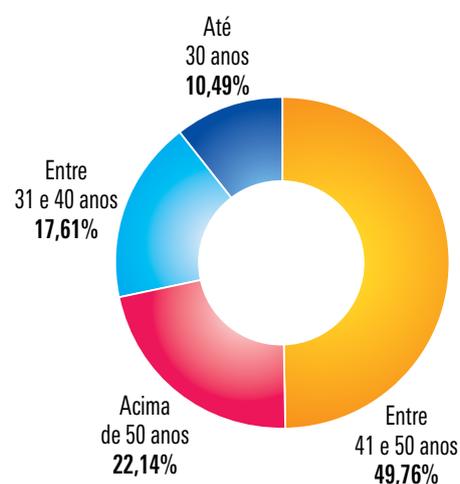
**PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL 2010
RESULTADOS GLOBAIS**

CATEGORIA	MÉDIA GERAL
CONDIÇÕES DE TRABALHO	6,6
SAÚDE E SEGURANÇA	7,9
RELAÇÕES DE TRABALHO E PARTICIPAÇÃO	6,5
COMPROMETIMENTO E MOTIVAÇÃO	7,4
DESEMPENHO E CRESCIMENTO	5,9
COMUNICAÇÃO	7,4
VALORES E ÉTICA	6,6
IMAGEM DA EMPRESA	7,7
TOMADA DE DECISÃO	6,6
MÉDIA GERAL	7

POLÍTICA DE BEM-ESTAR

A Política de Bem-Estar integra todos os programas, projetos e ações que objetivam promover, prevenir e/ou preservar a saúde dos empregados, entendendo saúde como bem-estar físico, mental e social. Durante o ano, todos os programas existentes, como o de Prevenção e Tratamento do Alcoolismo e outras Dependências Químicas (PPTAD), o VIVA – Vivendo e Valorizando a Aposentadoria, e os programas Reabilitação e Readaptação Profissional, de combate ao tabagismo e de promoção de ginástica laboral foram revisados, atualizados e readequados à realidade da Empresa, apurada por meio da avaliação dos indicadores do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, da Pesquisa de Qualidade de Vida e da Pesquisa de Clima Organizacional.

No ano, também foram realizadas campanhas preventivas contra DST/HIV/AIDS e contra a gripe, com imunização de 2.121 empregados, bem como, atividades comemorativas ao Dia Internacional da Mulher e Dia das Mães.

PERFIL DOS EMPREGADOS DA CELESC**Nível de escolaridade****Faixa etária**

GESTÃO DO ATENDIMENTO

ACIONISTAS, INVESTIDORES, AGENTES DO MERCADO –

Em observância às boas práticas de Governança Corporativa – Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa – e zelando pela qualidade no atendimento aos investidores, acionistas, analistas de mercado, imprensa especializada e demais públicos interessados (*stakeholders*), a Celesc mantém sua equipe de Relações com Investidores – RI pronta para fornecer todos os subsídios necessários à correta avaliação da Companhia. Nesse sentido, o *site* de RI da Empresa www.celesc.com.br/ri é um veículo importante de comunicação.

Na página da Companhia na *web*, é possível encontrar todos os documentos arquivados nos órgãos reguladores (CVM e BM&F BOVESPA), bem como demais informações financeiras, *releases* de resultados, desempenho operacional das subsidiárias, histórico de dividendos, apresentações realizadas e agenda, fatos relevantes e comunicados ao mercado etc.

A Celesc também realiza reuniões e apresentações periódicas, destinadas à comunidade financeira e ao mercado de capitais brasileiro e internacional. Em 2010, a Empresa recebeu o selo assiduidade APIMEC/SP – categoria Ouro – por promover pelo oitavo ano consecutivo sua apresentação pública.

FORNECEDORES

Os contratos com esse público obedecem todas as exigências da Lei 8.666/93 e a critérios estabelecidos pela Empresa, por meio de deliberação de Diretoria Colegiada, que incluem o respeito, a todo tempo, à legislação ambiental, às condições de segurança adequadas para a realização do objeto contratado, bem como os compromissos de jamais utilizar trabalho infantil, escravo ou que seja, de alguma forma, degradante. Para acompanhar o cumprimento dos quesitos, de qualidade e procedência dos materiais, legalidade ambiental, segurança no trabalho e responsabilidade social, são feitas inspeções externas e nas instalações da empresa fornecedora, além do acompanhamento metódico dos trabalhos durante a vigência dos contratos. Todas as inspeções

são realizadas por profissionais especializados e amparados por normas técnicas e legislações específicas. Situações inadequadas são documentadas e repassadas aos setores competentes para as devidas providências.

CONSUMIDORES

A Celesc Distribuição S.A. tem como estratégia comercial agregar qualidade e agilidade no atendimento e manter a proximidade com os clientes por meio de um conjunto de canais de relacionamento caracterizado pela interatividade e facilidade de acesso.

A estrutura de atendimento é desenhada para otimizar a resposta às demandas dos seus diferentes segmentos de mercado, considerando-se os aspectos de facilidade do acesso, a segmentação geográfica do mercado, a diversidade de canais, o grau de especialização e personalização do atendimento necessário e a agilidade de resposta exigida.

Atualmente, a Empresa dispõe de 171 lojas de atendimento presencial distribuídas por toda a área de concessão e projeta a abertura de outros 140 pontos de atendimento, além de oferecer *call center* com atendimento gratuito ininterrupto via chamada 0800, atendimento virtual via *web*, atendimento via mensagem eletrônica – *e-mail*, atendimento setorizado para grandes clientes corporativos e agentes públicos, além de ouvidoria.

A percepção de satisfação e fidelidade dos clientes é avaliada por meio de esquemas de mensuração específicos para cada um dos macrosegmentos do mercado, com identificação das necessidades e expectativas de cada grupo de clientes. Todas as unidades presenciais de atendimento também possuem um Livro de Manifestação. Nesse livro, o consumidor registra sugestões, críticas ou reclamações. Todas as manifestações são analisadas e as respostas encaminhadas ao consumidor no prazo máximo de 30 dias.



2010 | DESEMPENHO NO MERCADO DE CAPITAIS E RI

BOM RESULTADO

EM 31 DE DEZEMBRO de 2010, as ações em circulação no mercado (*free float*) correspondiam a 42,19% das ações ordinárias e 98,98% das ações preferenciais, resultando em um *free float* total de 76,12%. Somando-se todas as classes de ações da Celesc listadas na BM&F BOVESPA, no ano, foram

realizados 17.025 negócios com as ações da Empresa (correspondente a 0,020% do total de negócios da bolsa), registrando-se giro financeiro da ordem de R\$210 milhões (0,015% do volume total negociado). O quadro a seguir resume essas informações:

CELESC | NEGÓCIOS COM AÇÕES DA EMPRESA

Classe	Pregões	Nº. Negócios	Part. (%)	Quantidade	Volume (R\$)	Part. (%)
ON	13 /247	22	0,000	147.200	7.295.967,00	0,001
PNA	1 /247	15	0,000	3.900	140.518,00	0,000
PNB	247 /247	16.988	0,020	5.697.900	202.557.440,00	0,014
TOTAL		17.025	0,020	5.849.000	209.993.925,00	0,015

(1) Nº Pregões com negociação/
Nº Total de pregões no ano.

(2) Participação no número
total de negócios.

(3) Participação no volume
total negociado.

A pouca expectativa de recuperação dos Estados Unidos, a crise fiscal da Europa e o aperto monetário na China influenciou o desempenho do mercado acionário brasileiro. Seu principal indicador, o Índice BOVESPA – Ibovespa fechou o ano de 2010 com valorização de apenas 1,04%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou alta de 11,98%, reflexo dos reajustes tarifários concedidos pela ANEEL acima dos índices inflacionários e além do crescimento do PIB brasileiro em torno de 7,4%, que provocou aumento do consumo de energia elétrica.

As ações preferenciais da Celesc – PNB apresentaram valorização de 13,96% em termos nominais. As ações ordinárias – ON valorizaram 16,28% em relação ao fechamento de 2010. O bom desempenho de nossas ações em 2010 é explicado, em boa parte, pelos resultados trimestrais positivos e pelo bom desempenho da economia catarinense e brasileira.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais (em 30/12/2010) e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado em diferentes intervalos de tempo:

CELESC | QUADRO COMPARATIVO – AÇÕES X ÍNDICES DE MERCADO

	Fechamento 30/12/2010	Desempenho					
		Variação					
		2006	2007	2008	2009	2010	ACUMULADO 60 MESES
CELESC PNB	R\$40,00	17,16%	24,23%	-17,88%	0,57%	13,96%	36,99%
CELESC ON	R\$50,00	43,09%	57,67%	-13,51%	-10,42%	16,28%	103,25%
IBOVESPA	69.305	32,93%	43,65%	-41,22%	82,66%	1,04%	107,15%
IEE - Índice de Energia Elétrica	27.242	40,84%	23,74%	-11,64%	59,09%	11,98%	174,33%

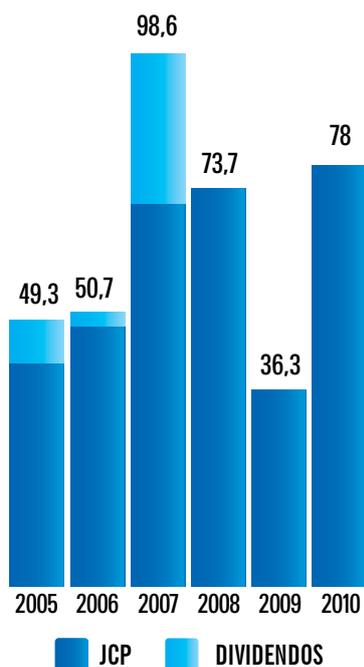
REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

O ESTATUTO Social da Celesc (capítulo V, artigos 41 a 43) adota o percentual mínimo previsto em lei para a distribuição de dividendos: 25% do lucro líquido ajustado. Porém, nos últimos três exercícios sociais a companhia tem praticado um *pay-out* (percentual de distribuição do lucro líquido) de 30%.

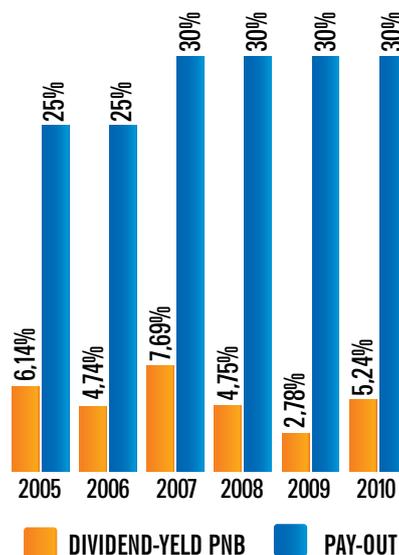
Os dividendos propostos relativos ao exercício de 2010, no montante de R\$77.938.000,00, serão dis-

tribuídos na forma de juros sobre capital próprio – conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração, em 16 de dezembro de 2010 – sendo R\$1,9066 por ação ordinária e R\$2,0973 por ação preferencial. O *dividend-yield* (retorno do dividendo) em 2010, tomando como base a cotação de fechamento do ano, foi de 3,81% para as ações ordinárias e 5,24% para as ações preferenciais.

CELESC | PROVENTOS RELATIVOS A CADA EXERCÍCIO SOCIAL



RETORNO DO DIVIDENDO



2010 | RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL



ATENTA A mudanças nos cenários mundial e nacional no que diz respeito à melhoria das condições de trabalho e qualidade de vida, a Celesc desenvolve processos para concretizar essas melhorias. Desde 2006, a Empresa honra os compromissos assumidos com o Pacto Global da ONU, o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e o Pacto Nacional Contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil nas Rodovias.

A filosofia de base do Programa de Responsabilidade Social da Celesc é o sistema de gestão Triple Bottom Line – TBL, que pressupõe planejamento estratégico na definição de metas e ações corporativas, norteado pela tríplice dimensão: econômica, social e ambiental.

Com base nessa filosofia, as empresas do grupo desenvolvem projetos para a construção de oportunidades reais de desenvolvimento humano e social, especialmente em comunidades de baixa renda, com ações associadas a questões como regularização de ligações clandestinas, melhoria da prestação de serviços, redução da inadimplência, conscientização para o uso racional e seguro da energia elétrica.

Na área ambiental, as empresas decidem em consonância com os preceitos de sustentabilidade. Essas ações visam, sobretudo, ao mínimo impacto ambiental e envolvem a aquisição de produtos florestais certificados, ambientalmente adequados e socialmente justos, a recuperação de áreas afetadas pelas suas atividades, o monitoramento e a promoção de salvamentos arqueológicos, a destinação correta dos resíduos e a conscientização pela responsabilidade ambiental.

PROJETOS SOCIAIS

A filosofia corporativa se expressa em diferentes projetos, que delineiam o seu compromisso com a sociedade. Em 2010, destaca-se a implementação dos seguintes projetos:

ENERGIA DO FUTURO – O projeto viabiliza a construção de coletor solar fabricado com produtos recicláveis (caixas tetrapak e garrafas pet), contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica em residências de famílias com baixo poder aquisitivo e gerando trabalho e renda para famílias cooperativadas pelo próprio projeto para trabalhar na fabricação dos coletores. Em 2010, foram construídos 180 coletores, que envolveram 22 famílias cooperativadas. Cada família recebeu renda média mensal de R\$620,00 durante a produção dos equipamentos. As famílias beneficiadas pelos coletores são moradoras de conjuntos habitacionais da COHAB de Santa Catarina.



Coletor solar: compromisso com a sustentabilidade

JOVEM APRENDIZ – Em consonância com a Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, 106 jovens participantes do Projeto Jovem Aprendiz estavam em atividade na Celesc Distribuição S.A. O número equivale a 4,25% do total dos empregados que demandam formação profissional e 2,87% do total de empregados.

Em 2009, a Celesc Distribuição S.A. havia promovido avanços no projeto Jovem Aprendiz. A partir de parceria com o Ministério Público Estadual, os jovens participantes passaram a ser indicados exclusivamente por instituições/entidades de acolhimento à criança e ao adolescente. Em 2010, em mais uma iniciativa inclusiva, a Empresa passou a inserir, no projeto, jovens com deficiência auditiva e física.



TÔ LIGADO EM UM NOVO TEMPO – Outro projeto de grande repercussão social é o que capacita jovens com idade entre 18 e 29 anos e em situação de risco social, para o mercado de trabalho. O projeto foi lançado em 2006 e, desde sua criação, soma mais de 1.200 participantes. Em 2010, por meio do projeto, foram capacitados 25 jovens para o ofício de eletricitista comercial. Os jovens participam das aulas e saem aptos para atuar no mercado de trabalho. A parceria com empresas terceirizadas tem garantido vagas para esses novos profissionais.



SOU LEGAL, TÔ LIGADO – O projeto, viabilizado com recursos do Programa de Eficiência Energética, é um dos mais inovadores. Por meio do projeto, realizou-se ampla pesquisa para traçar o perfil de consumo de energia elétrica em 92 comunidades de baixa renda em 46 municípios catarinenses e, a partir desse diagnóstico, foram desenvolvidas diversas ações educacionais.

Sob a ótica ambiental, o desafio foi tornar atraentes conceitos nada corriqueiros para as comunidades, como aquecimento global, uso indevido de recursos naturais, mudanças climáticas, desperdício de energia. Utilizando-se abordagem lúdica e pedagógica, as ações envolveram sessões de cinema, concursos de redação e música, peças teatrais, oficinas ecoartesanais e de grafiteagem. Essas ações foram realizadas nos anos de 2008 e 2009.

A partir da mesma plataforma de dados, foram cadastradas unidades consumidoras que serão beneficiadas com doação de 157 mil lâmpadas e 1.285 aquecedores, além da regularização de 3.130 padrões de entrada e reforma elétrica de 500 unidades consumidoras. Em 2010, foi licitada a contratação de empresas para viabilizar a implementação dos benefícios e, em 2011, serão iniciados os trabalhos.



ENERGIA EM DIA – O projeto objetiva melhorar o acesso das comunidades empobrecidas ao sistema elétrico, aproxima a Empresa da comunidade e minimiza a inadimplência. As ações são realizadas em parceria com lideranças comunitárias, disponibilizando estrutura temporária de atendimento comercial para as áreas beneficiadas. No ano, foram realizadas 10 atividades em 12 comunidades empobrecidas da Grande Florianópolis. A perspectiva do projeto é de recuperar 25% da inadimplência no âmbito do público específico.

BIBLIOSESC – No seu terceiro ano de atividade em Santa Catarina, com apoio da Celesc Distribuição S.A., a Biblioteca Itinerante BiblioSESC atendeu, em 2010, nove comunidades. O público beneficiado pelo projeto abrangeu todas as faixas etárias, mas vale destacar a grande adesão do público infanto-juvenil, caracterizado principalmente por estudantes das escolas localizadas próximas aos pontos de parada do caminhão. Além da leitura, o projeto ofereceu acesso a espetáculos de teatro, exposições de cinema, além de participar de um projeto de integração de leitores.



APOIO À SOCIEDADE, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E À PRIMEIRA INFÂNCIA – A Celesc Distribuição S.A. investiu R\$1,16 milhão em 2010, em ações culturais, esportivas e de apoio à primeira infância por meio da Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte e ao Fundo da Infância e Adolescência – FIA.

PACTOS SOCIAIS – Em maio de 2010, reforçando seu compromisso com o Pacto Nacional Contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil nas Rodovias, a Empresa passou a divulgar o tema, com a aplicação do adesivo da campanha em toda a sua frota de veículos, formada por mais de 1.000 automóveis e caminhões.



PROJETOS AMBIENTAIS

ATENTA à perenidade de seu negócio, a Celesc faz do conjunto dos princípios de sua Política Ambiental o eixo a partir do qual são tomadas decisões em prol da sustentabilidade. Entre as ações e projetos, destaque para:

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS CERTIFICADOS – Consciente de seu importante potencial de compra e determinada a combater a exploração predatória das florestas e a valorizar o comércio de produtos sustentáveis, a Celesc Distribuição S.A. preocupou-se em estabelecer diretrizes que garantam o consumo de produtos e subprodutos florestais certificados, ambientalmente adequados e socialmente justos. Tal comprovação é exigida na aquisição de materiais de origem florestal, tais como cruzetas, papéis, móveis, postes, painéis de madeira, embalagens de madeira, pallets, madeira para construção civil etc.

RESPEITO AO MÍNIMO IMPACTO AMBIENTAL – A concepção de novos projetos pauta-se pela melhoria contínua da performance socioambiental. Tal preceito é utilizado na definição da localização dos novos empreendimentos, levando-se em conta as características socioambientais da área de inserção, no sentido de evitar o mínimo impacto ambiental.

No mesmo sentido, também se faz uso de novas tecnologias. Em 2010, foi concluída a implantação da primeira subestação blindada de Santa Catarina e de duas linhas de transmissão subterrâneas, com o objetivo de reduzir o impacto da construção em área de alta densidade urbana.

Nesse mesmo alinhamento, vem se consolidando a prática do uso de redes ecológicas compactas protegidas e isoladas. O uso da tecnologia propicia a diminuição da faixa de passagem dos alimentadores nas áreas rurais e a minimização das podas de vegetação em áreas urbanas. Em 2010, foram executados aproximadamente 180km de redes ecológicas na área de concessão da Celesc Distribuição S.A.. O total de redes ecológicas soma aproximadamente 1.160km.



RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS – A necessidade de recuperar e preservar o meio natural afetado pelas atividades da Celesc Distribuição S.A. justificou a adoção do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas. Os objetivos essenciais são a recuperação da qualidade do solo com plantio de gramíneas na área de obra (essencialmente nas praças de torre, lançamentos, acessos e outros locais onde for executada terraplanagem) e a reintegração à paisagem local. A própria cobertura vegetal da região é utilizada e desempenha função importante no tocante à estabilização dos solos, evitando o carreamento de sedimentos que comprometam as redes de drenagem.

MONITORAMENTO E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS – As ações da Celesc Distribuição S.A. não implicam em desapropriação de áreas de servidão instituídas por ocasião da implantação de Linhas de Distribuição, áreas estas que são indenizadas por restrição de uso. Entretanto, a Celesc Distribuição S.A. investe na preservação e recuperação de patrimônio artístico e cultural, por meio de Programas de Monitoramento e, quando for o caso de salvamento de patrimônio artístico e cultural local.

TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS – A destinação dos resíduos resultantes de atividades administrativas e operacionais é feita de acordo com a sua classificação. Os resíduos sem potencial de contaminação e valorados comercialmente são leiloados, enquanto que os demais são tratados e destinados de acordo com os preceitos da Norma Brasileira NBR 10004. Óleos isolantes, lâmpadas especiais descartadas, baterias, bauxita residual da filtragem de óleos isolantes, entre outros, são encaminhados para tratamento por empresas especializadas.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL — A Celesc Distribuição S.A. vem expandindo suas ações na direção dos diferentes atores sociais. No âmbito interno, questões como preservação dos recursos naturais, redução da geração e seleção de resíduos, consumo consciente, legislação ambiental e responsabilidade individual frente ao meio ambiente são abordadas nas Semanas Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho — SIPAT, nos cursos de formação de projetistas e em datas comemorativas, como o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Por seu turno, as ações de educação ambiental para o público externo abrangem as escolas e a comunidades afetadas pela construção de novos empreendimentos, assim como aos trabalhadores envolvidos na construção de redes elétricas e subestações. Nas escolas, são promovidos os diálogos ambientais, processo pedagógico participativo que estimula o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, com foco no respeito ao meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida da população.



CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL — Com o intuito de conscientizar a população em geral, e também diminuir sua insegurança acerca dos efeitos da implantação de redes elétricas e subestações, a Celesc Distribuição S.A. promove a distribuição de publicações que tratam de aspectos técnicos e socioambientais pertinentes aos empreendimentos. Objetivando, ainda, evitar quaisquer desconfortos às comunidades onde se inserirão os novos empreendimentos, a Celesc Distribuição S.A. promove treinamentos para os trabalhadores de suas obras. Temas como relações sociais com a vizinhança, cuidados com o meio ambiente (resíduos, plantas, animais etc.) e saúde e segurança são especialmente abordados.

GINCANA SOCIOAMBIENTAL — O comprometimento da Celesc Distribuição S.A. com as ações socioambientais é tão premente que, nas comemorações dos seus 55 anos, a Empresa realizou ações que beneficiaram diretamente a sociedade. Por meio do Projeto TudoJunto&Misturado foi realizada uma Gincana Socioambiental. As tarefas contemplaram ações sociais, culturais, ambientais e educacionais.

Por meio da Gincana, foram arrecadadas nove toneladas de alimentos não perecíveis, distribuídos para dezenas de instituições carentes no Estado. Como resultado da tarefa do consumo consciente, reduziu-se em 22.500kWh o uso de energia elétrica nos prédios da Celesc Distribuição S.A.

Também foram recolhidas mais de 20 toneladas de materiais recicláveis (papel/papelão) e aproximadamente 30 mil unidades de garrafas pet. Na realização das tarefas que incentivaram o uso de transporte alternativo e carona solidária, foram registrados mais de 1.100 participantes. Foram arrecadadas, ainda, 2,4 toneladas de ração para cães e gatos, doadas para entidades de acolhimento.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO — DVA

O montante do Valor Adicionado mostra a importância da Celesc para a sociedade em geral, com a distribuição de R\$2,84 bilhões em 2010. O Valor Adicionado proporcionado pela Celesc para os vários segmentos é apresentado no gráfico abaixo:



SCGÁS – RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A SCGÁS implantou em 2010 uma Política de Responsabilidade Socioambiental para assegurar o alinhamento das ações da Companhia com sua Missão, Visão e Valores.

A Empresa lançou edital de seleção pública para apoio a projetos amparados pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) e pela Lei Federal de Incentivo ao Esporte e dos Fundos Municipais da Infância e Adolescência (FIAs). Por meio dessas leis, foi destinado em 2010 o valor de R\$891.104,00 aos seguintes projetos socioculturais:

GIRA BRASIL – Circuito SCGÁS de cinema nas comunidades – Exibição gratuita de filmes em mostra itinerante no interior de um caminhão, visando difundir a cultura e promover a discussão de questões ambientais, sociais e de saúde. Turnê realizada em 21 cidades catarinenses.

PEÇA TEATRAL LIMPANDO, CUIDANDO E PERFUMANDO A NATUREZA – Apresentações teatrais sobre conscientização ambiental e oficinas de confecção de brinquedos a partir de materiais recicláveis. Apresentações realizadas em 12 cidades catarinenses.

6º FEMUSC – Festival de Música de Santa Catarina – O FEMUSC é o maior festival de música erudita do país. Reúne, em 17 dias, em Jaraguá do Sul, músicos do mundo inteiro para estudar música e fazer apresentações. Aconteceram mais de 250 espetáculos.

ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL – Com dez anos de atuação, a única escola do Bolshoi fora da Rússia tem a missão de formar artistas-cidadãos e promover a arte e a educação. O Bolshoi Brasil já inseriu no mercado da dança 104 novos profissionais, ao mesmo tempo em que propicia a crianças e jovens de baixa renda um ensino de excelência.

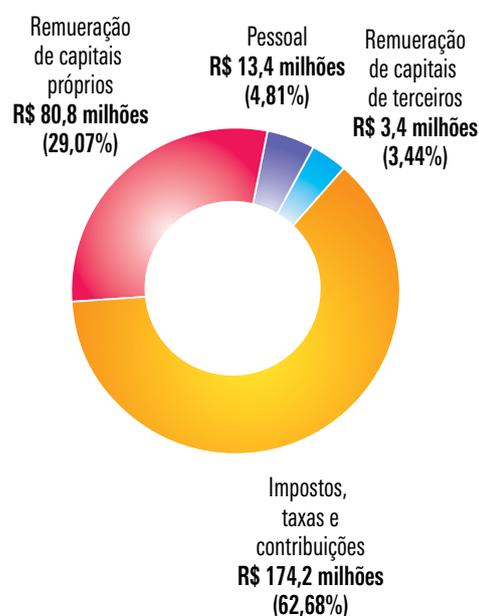
BAIRRO DA JUVENTUDE, CRICIÚMA – Este projeto visa oferecer um conjunto de atividades esportivas, culturais e educacionais para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em período oposto ao ensino regular. O público-alvo é proveniente das regiões periféricas de Criciúma e municípios vizinhos. É oferecido também às crianças atendimento médico e odontológico.

ESCOTISMO – um olhar inclusivo, Itajaí – Este projeto visa proporcionar a crianças carentes portadoras de necessidades especiais, de 7 a 15 anos, uma oportunidade de desenvolvimento moral, cívico e social, com atividades de caráter pedagógico, educativo e de entretenimento, por meio da prática do escotismo em um grupo diferenciado, oferecendo-lhes uma saudável ocupação que as distancie da exclusão social.

COZINHAS COMUNITÁRIAS – Receitas de cidadania, Araquari – Este projeto visa proporcionar uma alimentação diária gratuita e de qualidade a crianças carentes da região metropolitana de Joinville. Com 15 anos de atuação, o projeto atende 3.987 pessoas em 30 cozinhas comunitárias.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – A DVA demonstrada a seguir evidencia a riqueza gerada pela SCGÁS no ano de 2010 comparativamente a 2009 e sua destinação econômica.

SCGÁS | DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO [DVA]



2010 | RECONHECIMENTO

RANKING DAS 500 MAIORES DO SUL

No ranking das 500 maiores empresas do Sul do país, publicado anualmente pela Revista Amanhã, a Celesc figura como 5ª maior empresa de Santa Catarina e 12ª maior do Sul do país. Três fatores



são comparados para composição do ranking: Valor Ponderado de Grandeza (obtido com a soma ponderada dos valores referentes ao patrimônio líquido, com peso de 50%, receita bruta, 40%, e lucro ou prejuízo, 10%), Receita Bruta e Patrimônio Líquido.

EMPRESA AMIGA DA CRIANÇA

A Fundação Abrinq renovou seu reconhecimento ao engajamento da Celesc com as causas da criança e do adolescente, conferindo mais uma vez à Celesc o selo de Empresa Amiga da Criança.



PRÊMIO ABRACONEE

A Celesc Distribuição foi a vencedora do Prêmio Abraconee de Melhor Divulgação das Demonstrações Contábeis de 2009, na categoria Companhia de Capital Fechado de Grande Porte, oferecido pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica - ABRACONEE.



MEDALHA GesPÚBLICA

A Celesc Distribuição recebeu a medalha “Voluntários 2010”, por suas ações como empresa-âncora do GesPública em Santa Catarina. No ano, entre outros feitos, apoiou a realização da preparação da Banca Examinadora do Prêmio Nacional de Gestão Pública e deu suporte às atividades do Núcleo Catarinense do órgão.



PRÊMIO APTEL DE EXCELÊNCIA CATEGORIA OURO

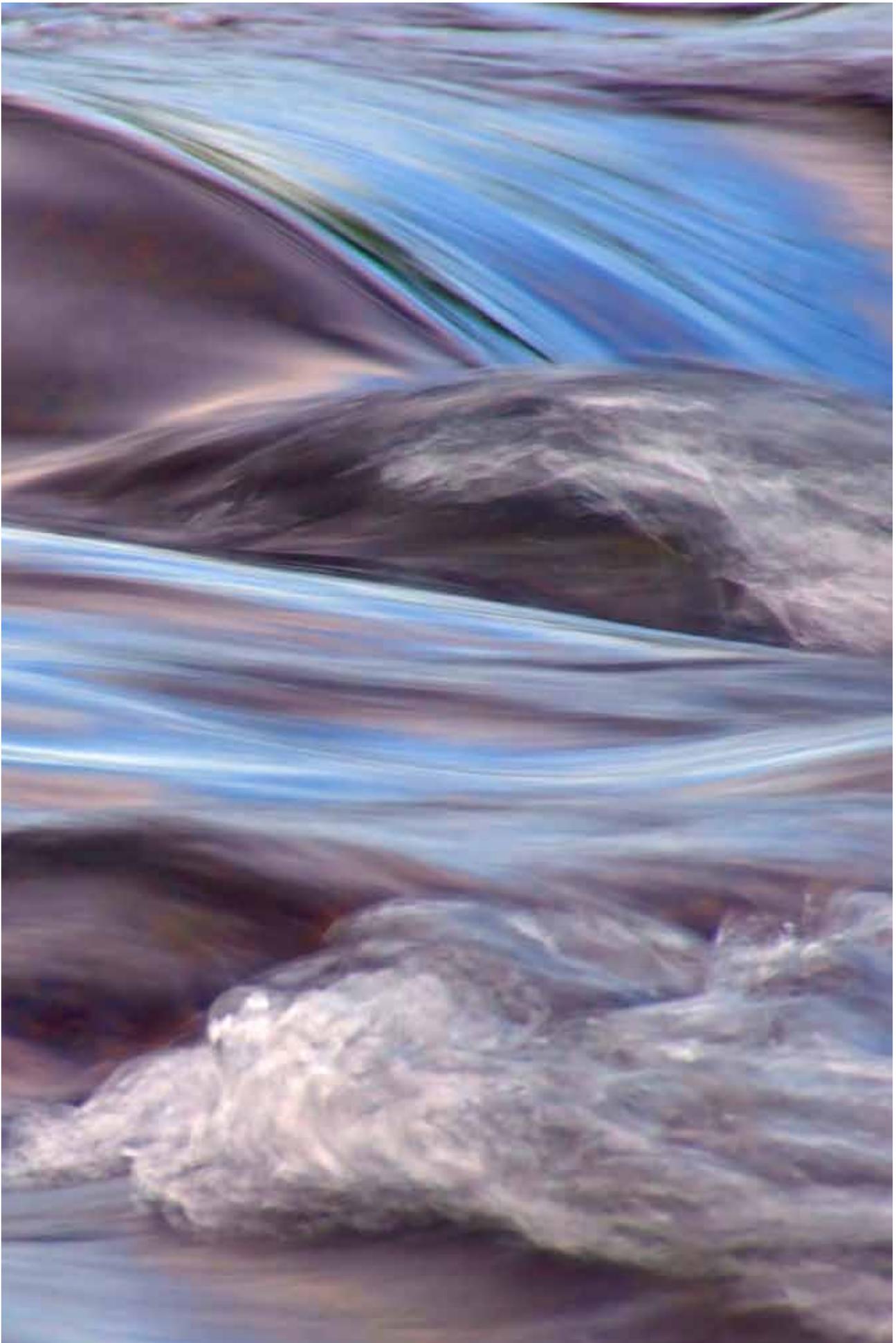
Conferido à Celesc Distribuição pela Associação de Empresas Proprietárias de Infraestrutura e de Sistemas Privados de Telecomunicações, em reconhecimento ao grau de inovação tecnológica e de aumento de produtividade e eficiência promovido ao setor elétrico nacional, ao projeto Telecontrole de Religadores desenvolvido pela Empresa para agilizar o processo de operação do sistema elétrico de distribuição.



RANKING EXPRESSÃO DE SUSTENTABILIDADE

Em pesquisa realizada pela Revista Expressão para avaliar o desempenho das empresas do Sul do país com base nos critérios utilizados pelo Instituto Ethos e o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa, a Celesc figura no nível mais avançado de desempenho, entre as empresas que demonstram que incorporaram políticas de responsabilidade social ao seu planejamento estratégico.





PERSPECTIVAS

OBJETIVOS CLAROS

Antonio Marcos Gavazzoni
*Diretor Presidente do
Grupo Celesc*

ASSUMIMOS a gestão da Celesc em janeiro de 2011, com consciência plena de nossos maiores desafios: adequar a Celesc Distribuição aos parâmetros da Empresa de Referência da ANEEL, com vistas à revisão tarifária de 2012 e à renovação da concessão federal em 2015, e buscar recursos para ampliar a capacidade do parque de usinas da Celesc Geração.

Com base nesses objetivos claros e pontuais, iniciamos 2011 trabalhando arduamente para direcionar todos os setores da Companhia no mesmo rumo. Começamos implementando um novo modo de gerir as questões corporativas, informando com transparência nossas metas aos empregados, ao Conselho de Administração e, principalmente, à sociedade – deixando clara a urgência da resolução dos problemas. Conseguimos montar uma diretoria muito competente e unida, o que nos garante segurança de sucesso nas nossas ações.

Alguns passos importantes foram dados logo no início da gestão, no primeiro trimestre de 2011. Com a força do corpo gerencial e funcional, revisamos o orçamento operacional previsto para o ano, adequando-o aos padrões da Empresa de Referência. O processo foi o que demandou maior esforço da Diretoria Executiva, exigindo ajustes físicos e financeiros. Ações visando à otimização dos custos foram implementadas. Diversas medidas foram adotadas para organização, controle e planejamento de processos, com o objetivo de manter a sintonia entre o orçamento e a disponibilidade financeira da Empresa.

O orçamento de investimentos, que viabiliza a execução das obras de melhoria e expansão do sistema elétrico, soma R\$549 milhões em 2011 e visa garantir a execução de investimentos prudentes, diretamente associados à melhoria dos

serviços prestados aos consumidores e ao atendimento do crescimento do mercado previsto para a área de concessão.

O conjunto de ações prevê um cenário mais favorável para a Celesc Distribuição na próxima revisão tarifária, o que incidirá em melhores condições financeiras e econômicas para o diagnóstico que se projeta para a renovação da concessão em 2015. É premissa da corporação continuar investindo em eficiência operacional para garantir que essas expectativas se confirmem.

Nesses poucos meses, também incrementamos nosso relacionamento com o mercado financeiro, firmamos participação no Conselho de Administração da SCGÁS com o objetivo de alinhar o planejamento da Companhia aos objetivos estratégicos do Grupo. O Plano Plurianual de Negócios 2011-2015 apresenta estratégias de ampliação de mercado associadas aos investimentos em projetos de expansão da rede de distribuição de gás natural, permitindo o planejamento dos recursos e constituindo-se em importante instrumento de gestão e sustentabilidade da Companhia.

Temos, ainda, metas ousadas para duplicar a capacidade de nosso parque gerador em poucos anos. Estudos técnicos projetam a ampliação em até 148% da capacidade atual e contemplam a repotenciação das usinas existentes, a execução de novos empreendimentos e a viabilização de projetos de fonte hidráulica, eólica e biomassa.

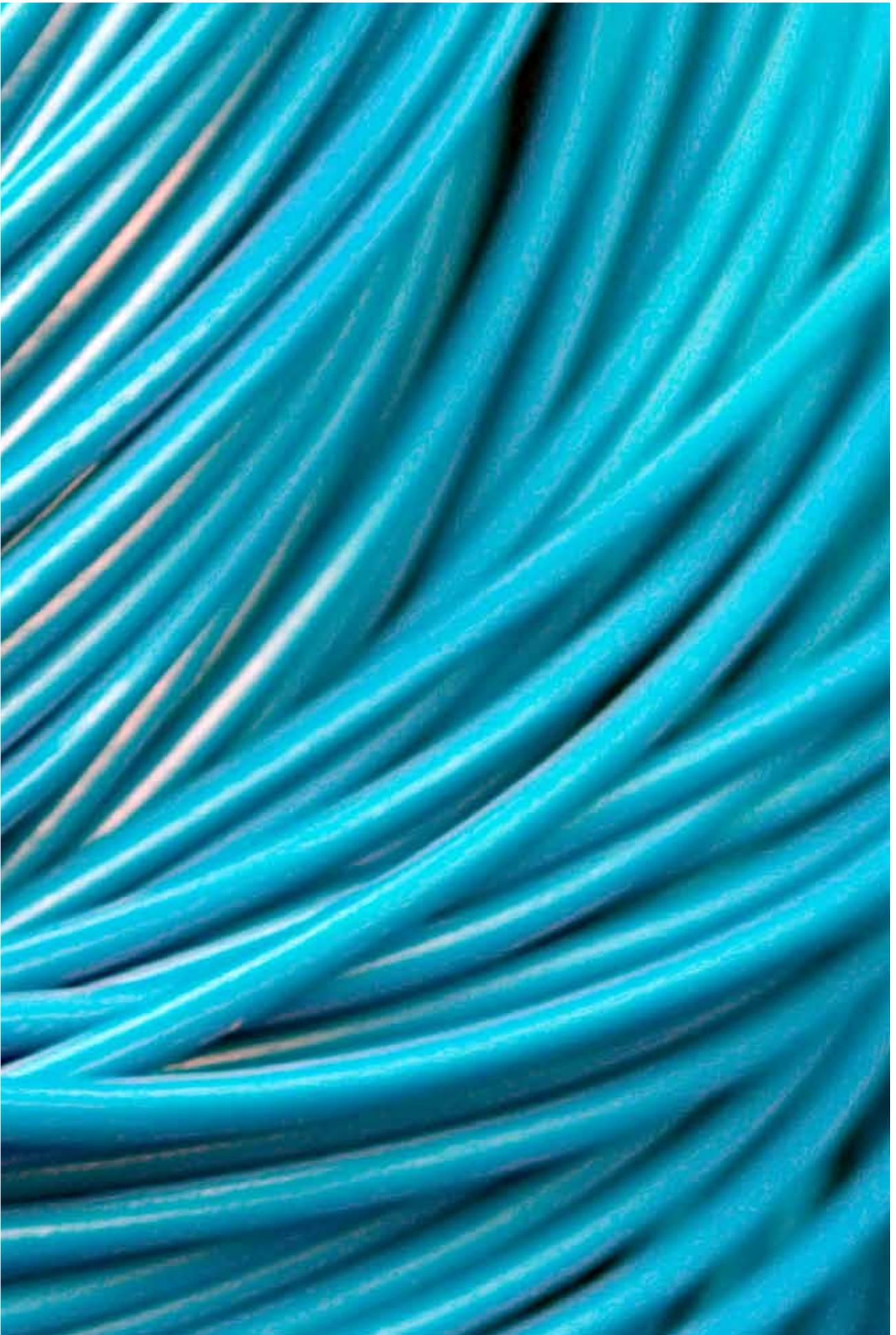
A atual situação da Celesc Geração permite que se projetem expectativas de crescimento no seu desempenho por muitos anos. Tal fato se deve, principalmente, ao potencial energético ainda não explorado em sua área de concessão e que pode ser alavancado com o mínimo impacto ambiental.

Para 2011, os resultados das ações mais recentes para ampliação da capacidade de geração na área de concessão, com destaque para a parceria com investidores privados, por meio de Sociedades de Propósito Específico, começam a ser aferidos com a entrada em operação da PCH Prata e, já em meados de 2012, com a nova PCH Belmonte.

Nesse processo inicial, duas coisas ficaram muito claras: temos capacidade técnica e inteligência competitiva para superar os desafios e temos todos os mesmos interesses: serviços de qualidade,

multiplicação do patrimônio da Celesc e dos seus dividendos. Com isso em mente, passamos a nos pautar por uma agenda positiva, direcionada por metas e indicadores.

A nobre missão de fortalecer toda a Celesc – perante os investidores, o mercado, o Governo, a sociedade – nos deu energia para iniciar grandes mudanças e adequações, sempre com o objetivo final de tornar a Celesc a empresa pública mais eficiente deste país. 2011 é um ano crucial para o futuro da Celesc. Estamos caminhando com essa consciência.



CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 52: “A Empresa, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Empresa, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

A Celesc agradece o esforço e dedicação de seus colaboradores e fornecedores, que têm papel fundamental na história de sucesso da Empresa. Os crescentes desafios têm sido superados com a participação permanente dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. O desempenho de todos merece o reconhecimento dos consumidores e enaltece a proposta de engrandecimento da Celesc para suas ações em prol do desenvolvimento social e econômico do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de março de 2011.

A Administração



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS [Em milhares de Reais]

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009 (i)	1 de janeiro 2009 (i)	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009 (i)	1 de janeiro 2009 (i)
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	32.522	39.945	2.969	260.252	307.372	282.484
Títulos e valores mobiliários (Nota 8)				32.392	25.364	22.798
Contas a receber de clientes (Nota 9)	609	596	497	789.726	764.505	973.740
Estoques (Nota 10)				15.061	14.801	23.577
Tributos a recuperar ou compensar (Nota 11)	12.786	7.712	24.387	47.405	40.084	98.900
Dividendos a receber (Nota 13)	70.618	13.943	33.536	955	37	46
Outras contas a receber	452	413	3.042	65.219	38.209	41.244
	<u>116.987</u>	<u>62.609</u>	<u>64.431</u>	<u>1.211.010</u>	<u>1.190.372</u>	<u>1.442.789</u>
Não circulante						
Títulos e valores mobiliários (Nota 8)	125.656	109.139	108.805	1.921.907	1.618.998	1.451.187
Contas a receber de clientes (Nota 9)	457	1.022	1.368	215.791	231.511	61.011
Créditos com partes relacionadas (Nota 12)	108.818	114.808	151.357	108.818	114.808	151.357
Tributos diferidos (Nota 16)				403.398	391.188	348.454
Tributos a recuperar ou compensar (Nota 11)				15.495	19.107	34.319
Depósitos judiciais	6.065	5.422	20.073	127.750	161.789	105.336
Outras contas a receber	50	50	176	3.648	15.890	9.455
Investimentos (Nota 13)	1.674.256	1.534.298	1.450.104	22.942	19.579	10.333
Intangível (Nota 15)	8.643	2.502		664.689	714.323	770.492
Imobilizado (Nota 14)	24			306.424	269.054	261.593
	<u>1.923.969</u>	<u>1.767.241</u>	<u>1.731.883</u>	<u>3.790.862</u>	<u>3.556.247</u>	<u>3.203.537</u>
Total do ativo	<u>2.040.956</u>	<u>1.829.850</u>	<u>1.796.314</u>	<u>5.001.872</u>	<u>4.746.619</u>	<u>4.646.326</u>

(i) período ajustado pelos IFRS/CPCs para efeito de comparativos, conforme nota 30.2.

BALANÇOS PATRIMONIAIS [Em milhares de Reais]

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009 (i)	1 de janeiro 2009 (i)	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009 (i)	1 de janeiro 2009 (i)
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	257	2.695	1.446	380.410	290.952	327.392
Empréstimos (Nota 17)				109.720	90.299	58.954
Salários e encargos sociais	433	409	400	125.301	104.185	97.155
Tributos e contribuições sociais (Nota 18)	16.821	2.121	13.885	122.489	123.575	78.540
Dividendos propostos (Nota 23)	74.679	44.625	61.857	74.679	44.625	61.857
Taxas regulamentares (Nota 19)				149.494	150.752	204.462
Partes relacionadas (Nota 12)				17.446	16.753	12.832
Obrigações com benefícios a empregados (Nota 21)				171.167	188.708	227.903
Outros passivos	387	367	390	37.423	27.218	22.667
	<u>92.577</u>	<u>50.217</u>	<u>77.978</u>	<u>1.188.129</u>	<u>1.037.067</u>	<u>1.091.762</u>
Não circulante						
Empréstimos (Nota 17)				210.621	247.826	300.951
Tributos e contribuições sociais	1.807	7.709	8.504	1.807	7.709	8.504
Tributos diferidos (Nota 16)				132.858	137.889	134.878
Taxas regulamentares (Nota 19)				112.575	55.823	
Partes relacionadas (Nota 12)				3.872	7.428	11.566
Provisão para contingências (Nota 20)	6.065	34.080	52.202	478.451	591.072	553.927
Obrigações com benefícios a empregados (Nota 21)				930.337	920.176	886.316
Outros passivos		51	1.945	2.715	3.836	2.737
	<u>7.872</u>	<u>41.840</u>	<u>62.651</u>	<u>1.873.236</u>	<u>1.971.759</u>	<u>1.898.879</u>
Patrimônio líquido (Nota 22)						
Capital social	1.017.700	1.017.700	1.017.700	1.017.700	1.017.700	1.017.700
Reservas de capital	316	316	102	316	316	102
Reservas de lucros	765.355	711.458	620.450	765.355	711.458	620.450
Ajuste de avaliação patrimonial	144.158	147.186	150.244	144.158	147.186	150.244
Prejuízos acumulados		(144.914)	(145.087)		(144.914)	(145.087)
Dividendos adicionais a distribuir	12.978	6.047	12.276	12.978	6.047	12.276
	<u>1.940.507</u>	<u>1.737.793</u>	<u>1.655.685</u>	<u>1.940.507</u>	<u>1.737.793</u>	<u>1.655.685</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.040.956</u>	<u>1.829.850</u>	<u>1.796.314</u>	<u>5.001.872</u>	<u>4.746.619</u>	<u>4.646.326</u>

(i) período ajustado pelos IFRS/CPCs para efeito de comparativos, conforme nota 30.2.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

[Em milhares de Reais]

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009 (i)	2010	2009 (i)
Operações continuadas				
Receita (Nota 26)			4.036.765	3.498.260
Custo das vendas (Nota 27)			(3.378.334)	(2.896.966)
Lucro bruto			658.431	601.294
Despesas com vendas (Nota 27)		(2.606)	(157.886)	(229.491)
Despesas gerais e administrativas (Nota 27)	(11.009)	(12.764)	(205.983)	(206.000)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 27)	27.938	22.555	(28.183)	(86.765)
Participação nos lucros de controladas e coligadas (Nota 13)	229.874	106.380	6.660	9.282
Lucro operacional	246.803	113.565	273.039	88.320
Receitas financeiras (Nota 28)	39.490	22.523	145.367	134.683
Despesas financeiras (Nota 28)	(1.590)	(1.304)	(60.557)	(59.763)
Resultado financeiro, líquidas	37.900	21.219	84.810	74.920
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	284.703	134.784	357.849	163.240
Imposto de renda e contribuição social (Nota 16)				
Corrente	(11.187)	(10.385)	(103.186)	(76.210)
Diferido			18.853	37.369
Lucro líquido do exercício	273.516	124.399	273.516	124.399
Lucro por ação de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)				
Lucro diluído por ação				
Ações ordinárias nominativas			6,69	3,04
Ações preferenciais nominativas – Classe A			7,36	3,34
Ações preferenciais nominativas – Classe B			7,36	3,35

(i) período ajustado pelos IFRS/CPCs para efeito de comparativos, conforme nota 30.2.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO [Em milhares de Reais]

	Controladora/Consolidado							
	Capital social	Capital	Legal	Lucros	Reservas Dividendos a distribuir	Ajustes avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2009 (i)	1.017.700	102	66.255	554.195	12.276	150.244	(145.087)	1.655.685
Aumento de capital social		214						214
Lucro líquido do exercício (i)							124.399	124.399
Outros resultados abrangentes								
Realização do custo atribuído						(3.058)	3.058	
Dividendos adicionais distribuídos					(12.276)			(12.276)
Destinação do lucro								
Constituição de reservas			6.364	84.644			(91.008)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio (Nota 23)					6.047		(36.276)	(30.229)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (i)	1.017.700	316	72.619	638.839	6.047	147.186	(144.914)	1.737.793
Reversão de dividendos prescritos							205	205
Lucro líquido do exercício							273.516	273.516
Outros resultados abrangentes								
Realização do custo atribuído						(3.028)	3.028	
Dividendos adicionais distribuídos					(6.047)			(6.047)
Destinação do lucro								
Constituição de reservas			13.676	40.221			(53.897)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio (Nota 23)					12.978		(77.938)	(64.960)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.017.700	316	86.295	679.060	12.978	144.158		1.940.507

(i) período ajustado pelos IFRS/CPCs para efeito de comparativos, conforme nota 30.2.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA [Em milhares de Reais]

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	284.703	134.784	357.849	163.240
Ajustes				
Depreciação e amortização	1.531	1.528	156.655	140.373
Ganho ou perda na alienação de ativo imobilizado			6.836	7.053
Resultado da equivalência patrimonial	(229.874)	(106.380)	(6.660)	(9.282)
Rendimentos não realizados de investimentos e juros a receber	(20.984)	(3.452)	(45.708)	(19.704)
Despesa de juros e variações monetárias			37.040	33.688
Constituição de provisões	(28.015)	(18.122)	(84.406)	66.145
Variações nos ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários			(133.164)	(140.948)
Contas a receber	552	247	(37.715)	9.735
Outros ativos	(39)	2.755	(15.029)	5.376
Depósitos judiciais	(643)	14.651	34.039	(56.453)
Fornecedores	(2.438)	1.249	89.458	(36.440)
Salários e encargos sociais	24	9	21.116	7.030
Tributos a pagar	(7.306)	(6.269)	(7.306)	113.300
Taxas regulamentares			55.494	2.113
Outros passivos	(31)	(1.917)	9.084	5.650
Obrigações com benefícios a empregados			(7.380)	(5.335)
Caixa proveniente das operações	(2.520)	19.083	430.203	285.541
Imposto de renda e contribuição social pagos	(157)		(104.965)	(73.596)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(2.677)	19.083	325.238	211.945
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(27)		(53.502)	(14.660)
Aquisições de bens para concessão			(376.172)	(211.931)
Aquisição de participação acionária	(20.539)	(56.900)		
Partes relacionadas	10.457	39.667	10.457	39.667
Juros recebidos			142.915	115.030
Dividendos recebidos	46.111	94.649	2.379	45
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	36.002	77.416	(273.923)	(71.849)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital		214		214
Partes relacionadas			(2.863)	(217)
Amortização de empréstimos			(112.492)	(76.460)
Ingressos de empréstimos			57.668	20.992
Dividendos pagos	(40.748)	(59.737)	(40.748)	(59.737)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(40.748)	(59.523)	(98.435)	(115.208)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(7.423)	36.976	(47.120)	24.888
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.945	2.969	307.372	282.484
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	32.522	39.945	260.252	307.372

(i) período ajustado pelos IFRS/CPCs para efeito de comparativos, conforme nota 30.2.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO [Em milhares de Reais]

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços			6.226.921	5.399.502
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)			(28.214)	(29.000)
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados			(2.742.646)	(2.298.954)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(3.099)	(9.989)	(371.881)	(423.593)
Perda/recuperação de valores ativos	27.938	22.555	(28.183)	(86.765)
Valor adicionado bruto	24.839	12.566	3.055.997	2.561.190
Depreciação, amortização e exaustão	(3)		(155.306)	(140.063)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	24.836	12.566	2.900.691	2.421.127
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	229.874	106.380	6.660	9.282
Dividendos de investimento avaliado ao custo	1.325	334	1.325	334
Receitas financeiras	38.165	22.189	144.042	134.349
Valor adicionado total a distribuir	294.200	141.469	3.052.718	2.565.092
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	(7.552)	(4.697)	(444.156)	(440.847)
Impostos, taxas e contribuições	(11.542)	(11.069)	(2.274.489)	(1.940.083)
Financiadores				
Juros e variações cambiais	(1.590)	(1.304)	(60.557)	(59.763)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(64.970)	(30.229)	(64.970)	(30.229)
Lucros retidos/prejuízo do exercício	(208.546)	(94.170)	(208.546)	(94.170)
Valor adicionado distribuído	(294.200)	(141.469)	(3.052.718)	(2.565.092)

(i) período ajustado pelos IFRS/CPCs para efeito de comparativos, conforme nota 30.2.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais, exceto quando
indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., (“Celesc”, a “Companhia”) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto com sede na cidade de Florianópolis, Av. Itamarati, 160 – Itacorubi, Estado de Santa Catarina, Brasil. Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo e é controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas (“Grupo”) tem como atividade preponderante a distribuição, transmissão e geração de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2011, conforme estabelece a Deliberação CVM nº 505, de 19 de junho de 2006.

Em 31 de dezembro de 2010, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado que consolidam proporcionalmente e coligadas são:

	Percentual de participação – %					
	31 de dezembro 2010		31 de dezembro 2009		1 de janeiro 2009	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas						
Celesc Distribuição S.A. (“Celesc D”)	100,00		100,00		100,00	
Celesc Geração S.A. (“Celesc G”)	100,00		100,00		100,00	
Fundo exclusivo Celesc I – Fundo de investimento em direitos creditórios mercantis (“FIDC”)		100,00		100,00		100,00

	Percentual de participação – %					
	31 de dezembro 2010		31 de dezembro 2009		1 de janeiro 2009	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em conjunto						
Companhia de Gás de Santa Catarina (“SCGás”)	17,00		17,00		17,00	
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia (“ECTE”)	30,88		21,62		20,00	
Boa Vista Energética S.A. (“Boa Vista”)		26,92		26,92		
Campo Belo Energética S.A. (“Campo Belo”)		25,87		24,63		
Painel Energética S.A. (“Painel”)		32,20		26,69		
Rondinha Energética S.A. (“Rondinha”)		32,57		31,86		
Companhia Energética Rio das Flores (“Rio das Flores”)		23,91				
Xavantina Energética (“Xavantina”)		39,33				
Coligadas (não consolidadas)						
Dona Francisca Energética S.A. (“Dfesa”)	23,03		23,03		23,03	
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. (“Cubatão”)	40,00		40,00		40,00	

Das concessões

A controlada Celesc Distribuição S.A. (“Celesc D”) possui concessões válidas até 7 de julho de 2015 para distribuição de energia elétrica em 92% do território catarinense e no município de Rio Negro/PR.

A controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina (“SCGás”) possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 anos.

A controlada em conjunto Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A (“ECTE”) detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000 com prazo de vigência de 30 anos.

A controlada Celesc Geração S.A. ("Celesc G"), possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Central geradora	Cidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de vencimento da concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	23,6	7/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	16,2	7/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	9,6	7/7/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,3	7/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	7/11/2016
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	6,0	23/11/2021
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	4,4	9/7/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	3,5	10/7/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,1	7/7/2015
Pirai – Rio Pirai	Joinville/SC	1,1	7/11/2016
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,5	(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,7	(i)

(i) As empresas não possuem prazo determinado de concessão.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" do imobilizado na data de transição para IFRS/ CPCs e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida com o resultado do exercício.

Para o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a administração da Companhia julgou necessário o uso de estimativas para a preparação das demonstrações financeiras em algumas áreas críticas.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Da mesma forma, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de elaboração das Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IAS, adotados no Brasil em atendimento aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre os princípios e as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e IFRS/CPCs, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão descritas na Nota 30.2.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas conforme os princípios e as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da controladora (BRGAAP) e para o consolidado (IFRS).

2.3 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data de transferência do controle para o Grupo sendo interrompida na data de término do controle.

Nas situações em que a Companhia detenha em substância, o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, são consolidadas pelo método de consolidação integral.

O Grupo utiliza o método de contabilização da aquisição para registrar as combinações de negócios, sendo que a contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo.

Tal ação inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável.

Os custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. Tanto os ativos identificáveis adquiridos quanto os passivos reais e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios foram mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

A mensuração da participação não controladora na adquirida é determinada em cada aquisição realizada, sendo que o Grupo faz esse reconhecimento tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*).

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados, bem como os prejuízos não realizados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda *impairment* do ativo transferido.

Sempre que necessário serão efetuados ajustes às demonstrações financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS aplicadas pela Companhia.

(ii) Investimentos em empresas com controle compartilhado (joint ventures)

Nas empresas com controle compartilhado (joint ventures) as demonstrações financeiras são consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia e o saldo dos investimentos pode ser reduzido pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento *impairment*.

As perdas em empresas com controle compartilhado superiores ao investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando a Companhia assumir o compromisso de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada em conjunto na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio.

Este ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Caso o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorrer a aquisição.

Sobre os dividendos recebidos destas empresas, estes são registrados reduzindo do valor dos investimentos, já os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados proporcionalmente à participação da Companhia, em contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

(iii) Coligadas

Os investimentos financeiros em empresas coligadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas coligadas são reconhecidas no balanço consolidado ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destas em contrapartida de ganhos ou perdas em ativos financeiros e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento *impairment*. Ver Nota 2.15 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas no valor contábil do investimento.

Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da sua participação societária, assim como as perdas não realizadas também são eliminadas, exceto quando houver evidências de uma perda *impairment* do ativo transferido. Visando assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo, podem ser alteradas as políticas contábeis das coligadas, quando necessário.

Caso a participação acionária na coligada seja reduzida, mas com influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

No caso da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras individuais apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria-Executiva, que é o órgão principal na tomada de decisões operacionais, pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Instrumentos financeiros

(i) Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mantidos para negociação ativa e freqüente e classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Empréstimos e recebíveis

Fazem parte dessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis classificados como ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem recebíveis em função de indenização de infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia e gás; empréstimos a coligadas; contas a receber de clientes; demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São considerados ativos financeiros disponíveis para venda os itens não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários e não-monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda *impairment*, os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Caso o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções com o máximo de informações geradas pelo mercado e o mínimo de informações geradas pela administração da própria entidade.

Com essa análise a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável *impairment*. Havendo evidência de perda cumulativa para os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado, tal valor é retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente quando houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;***
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;***
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;***
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;***
- (vi) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou***

- (vi) *dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:*
- » *mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;*
 - » *condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.*

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Para os títulos da dívida, o Grupo usa os critérios mencionados no item (a) acima para avaliar a evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Existindo evidência desse tipo para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, esta será revertida na demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida não faturada e fornecimento de gás natural no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da provisão a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

No que se refere as contas a receber decorrentes de parcelamentos de créditos derivados da venda de energia, estes estão registradas acrescidos de encargos financeiros, calculados até a data da negociação conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de modo a refletir as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes ativos. Os valores vencidos estão deduzidos como provisão para perdas conhecidas ou estimadas.

2.8 Estoques

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações, contabilizados pelo custo médio das compras no ativo circulante.

2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, estabelecendo provisões, quando apropriado, baseadas em valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o não ocor-

rerá sua contabilização se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afetou o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base na legislação tributária vigente na data do balanço devendo ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.10 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

2.11 Investimentos em controladas e coligadas

Em controladas

A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembléia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia possua substancialmente o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

Investimentos em empresas com controle compartilhado (*joint ventures*)

Empresas com controle compartilhado (*joint ventures*) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Portanto, as demonstrações financeiras das empresas com controle compartilhado são consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia.

Investimento em empresas coligadas

São Coligadas todas as entidades sobre as quais o Grupo possui influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% das ações ordinárias.

É uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas da qual não detém controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

2.12 Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, obras civis e benfeitorias. É mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos será revertido. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada de acordo com o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Percentuais</u>
Prédios e construções	2%
Reservatórios, barragens e adutoras	2% a 4%
Máquinas e equipamentos	2,5% a 5,9%

2.14 Intangíveis

Os intangíveis são demonstrados pelo custo combinado conforme abaixo:

- ▶ Valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis. Dependendo da natureza do ativo e do tempo de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição ou do seu montante anteriormente escriturado segundo as práticas brasileiras adotadas anteriores a adoção do ICPC 01.
- » As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas demonstrações financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

Contratos de concessões

As infraestruturas de distribuição de energia elétrica e fornecimento de gás natural utilizadas pelo Grupo, sujeitos a acordos de concessão de serviço são considerados para ser controlados pelas entidades concedentes quando:

- ▶ A entidade concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem devem ser prestados e o seu preço;
- ▶ A entidade concedente controla, por meio da titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão;

Os direitos sobre as infraestruturas operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura, e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços do Grupo.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infra-estrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômico futuros.

Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois o menor.

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível”. Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas *impairment* e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas em períodos subsequentes. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 15.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 15.

2.15 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Neste caso, o valor recuperável é calculado para verificar a ocorrência de perda. Havendo perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.16 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por fornecimento de energia, gás natural, encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.17 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.18 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.19 Benefícios a empregados

Obrigações de pensão

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos empregados relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a empresa paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a empresa não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido para o empregado que permanece trabalhando até a idade de aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

Benefícios de demissão

A Companhia reconhece os benefícios de demissão quando está demonstravelmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício segundo um plano formal e detalhado sem possibilidade de desistência em virtude de uma oferta de demissão voluntária.

Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício é encerrado antes da data normal de aposentadoria, ou seja, sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

Participação nos lucros e resultados – PLR

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre o Grupo e seus empregados.

2.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

São reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual sejam distribuídos como dividendos; portanto, a mesma registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.22 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer controlada ou coligada compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. No momento em que essas ações são, reemitidas, o valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuído aos acionistas da Companhia.

2.23 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada e fornecimento de gás natural no curso normal das atividades do Grupo. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Fornecimento de energia elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

Disponibilidade da rede elétrica

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria concessionária por meio de suas atividades.

Suprimento de energia elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

Distribuição de gás natural canalizado

Trata-se da contabilização da receita proveniente da distribuição de gás natural canalizado.

Receita de construção

Refere-se a contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos contratos de concessão do Grupo, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do trabalho realizado. A margem de construção adotada pelo Grupo é igual a zero em virtude de o Grupo terceirizar a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda *impairment* é identificada em relação a uma conta a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.24 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e alterações das normas que afetam a Companhia relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1 de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- ▶ IAS 12 Imposto de renda, corrigido em dezembro de 2010, esclarece quanto a dificuldade de mensuração se a recuperabilidade de um ativo se dará através da venda ou do uso quando o ativo estiver classificado como propriedade para investimento. A presunção apresentada nessa correção é de que o valor desse ativo será recuperado normalmente por meio da venda. A Companhia está avaliando esse impacto nas nossas demonstrações.
- ▶ IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em novembro de 2009 e introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013, e sua adoção antecipada é permitida. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento. Não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia.
- ▶ IFRIC 19 Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais está em vigor desde 1 de julho de 2010. Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1 de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não se espera que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia.
- ▶ IFRS 7 Instrumentos Financeiros. Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros. Aplicável a partir de 1 de janeiro de 2011. Aplicado retroativamente. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia.
- ▶ IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis. Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio líquido, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Aplicável a partir de 1 de janeiro de 2011. De forma retroativa. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia.
- ▶ IAS 34 Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários. Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: a) circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumen-

tos financeiros e sua classificação; b) transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; c) mudanças na classificação dos ativos financeiros; e d) mudanças nos passivos e ativos contingentes. Aplicável a partir de 1 de janeiro de 2011. Aplicado retroativamente. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia.

- IAS 32 Instrumentos Financeiros. Alteração emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1 de fevereiro de 2010. Aplicação antecipada é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

Valor justo de outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade ***Impairment de ativos financeiros disponíveis para venda***

O Grupo segue as orientações do CPC 38/IAS 39 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro.

O Grupo não reconheceu em seu patrimônio líquido as reduções ao valor justo de tributos sobre o lucro, benefícios a empregados e *impairment* de ágios por considerarem insignificantes seus resultados.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

(a) Risco de Mercado

(i) Risco cambial

O Grupo não possui contas a receber, empréstimos ou financiamentos nem contas a pagar em moedas estrangeiras.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras do Grupo. O Grupo não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

(b) Risco de crédito

Surge da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o Grupo de Tesouraria. Este investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Consolidado		
	<u>Menos de um ano (ii)</u>	<u>Entre um e cinco anos (ii)</u>	<u>Acima de cinco anos (ii)</u>
Em 31 de dezembro de 2010			
Empréstimos	122.612	266.005	34.873
Fornecedores	380.410		
Em 31 de dezembro de 2009			
Empréstimos	98.200	291.938	31.697
Fornecedores	290.952		
Em 1 de janeiro de 2009			
Empréstimos	67.060	403.581	50.934
Fornecedores	327.392		

(d) Risco operacionais

(i) Risco quanto à escassez de energia elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado, um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

(ii) Risco de não renovação das concessões

O Grupo possui concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica e tem a expectativa de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores nem renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia – “concessão onerosa”, os atuais níveis de rentabilidade e atividade serão alterados.

(e) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI - %		12,20	15,25	18,30
	Títulos e valores mobiliários circulante	28.831	36.038	43.246
	Contas a receber não circulante	26.326	32.908	39.490
	Empréstimos e financiamentos	(39.081)	(48.852)	(58.622)
WAAC Regulatório - %		9,95	12,44	14,93
	Ativo indenizatório (concessões)	180.607	225.804	271.001

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Total dos empréstimos (Nota 17)	320.341	338.125
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(260.252)</u>	<u>(307.372)</u>
Dívida líquida	<u>60.089</u>	<u>30.753</u>
Total do patrimônio líquido	<u>1.940.507</u>	<u>1.737.793</u>
Total do capital	<u>2.000.596</u>	<u>1.768.546</u>
Índice de alavancagem financeira - %	3,00	1,74

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- ▶ Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- ▶ Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- ▶ Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010. O Grupo não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata		222.827		222.827
Títulos públicos	13.494			13.494
Ações			125.660	125.660
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Outros			323	323
Total do ativo	13.494	222.827	125.983	362.304

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2009. A empresa não apresenta passivos a valor justo nessa data base.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata		262.991		262.991
Títulos públicos	12.293			
Ações			109.247	109.247
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Outros			522	522
Total do ativo	12.293	262.991	109.769	372.760

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e utilizando o mínimo possível das estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- ▶ preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- ▶ outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado				
31 de dezembro de 2010	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial				
Caixa e bancos		37.425		37.425
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata	222.827			222.827
Títulos públicos	13.494			13.494
Ações	125.660			125.660
Ativo indenizatório (concessões)		1.815.145		1.815.145
Outros			323	323
Contas a receber		1.005.517		1.005.517
	361.981	2.858.087	323	3.220.391
Passivo, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos		320.341		320.341
		320.341		320.341

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

	Consolidado	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Contas a receber de clientes		
Grupo 1	522.951	518.202
Grupo 2	362.934	359.638
Grupo 3	99.972	99.064
Grupo 4	369.912	341.151
	<u>1.355.769</u>	<u>1.318.055</u>

- ▶ Grupo 1 - Clientes com arrecadação no vencimento.
- ▶ Grupo 2 - Clientes com média de atraso entre 1 e 30 dias no último ano.
- ▶ Grupo 3 - Clientes com média de atraso entre 31 e 90 dias no último ano.
- ▶ Grupo 4 - Clientes com média de atraso superior a 90 dias no último ano.

Todos os demais ativos financeiros que o Grupo mantém, principalmente, contas-correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Recursos em banco e em caixa	119	389	2.746	37.425	44.381	107.956
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata (*)	32.403	39.556	223	222.827	262.991	174.528
	<u>32.552</u>	<u>39.945</u>	<u>2.969</u>	<u>260.252</u>	<u>307.372</u>	<u>282.484</u>

(*) Os títulos e valores mobiliários de liquidez imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a certificados de depósito bancários (CDBs), remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

8 Títulos e valores mobiliários

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Mantidos para negociação						
Títulos públicos				13.498	12.401	11.286
Ações Casan (ii)	125.443	109.030	108.696	125.443	109.030	108.696
Empréstimos e recebíveis						
Ativo indenizatório (concessões) (i)				1.815.145	1.522.625	1.353.419
Disponível para venda						
Certificado de depósito bancário					197	475
Outros investimentos	213	109	109	213	109	109
	<u>125.656</u>	<u>109.139</u>	<u>108.805</u>	<u>1.954.299</u>	<u>1.644.362</u>	<u>1.473.985</u>
(-) Circulante				(32.392)	(25.364)	(22.798)
Não circulante	<u>125.656</u>	<u>109.139</u>	<u>108.805</u>	<u>1.921.907</u>	<u>1.618.998</u>	<u>1.451.187</u>

(i) Ativo indenizatório (concessões)

Referem-se a créditos a receber do Poder Concedente (União), quando a Companhia possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros, por possuírem fluxos de caixa fixos e determináveis, são classificados como "recebíveis".

(ii) Companhia Catarinense de Águas e Saneamento ("Casan")

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,76% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado. Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da investida.

9 Contas a receber de clientes

a) Consumidores, concessionárias e permissionárias

	Consolidado					
	Total					
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1 de janeiro de 2009
Consumidores						
Residencial	171.147	55.199	57.634	283.980	269.342	232.165
Industrial	413.383	44.587	208.123	666.093	673.193	662.714
Comércio, serviços e outras	101.001	21.986	55.197	178.182	169.144	145.223
Rural	26.610	4.783	8.870	40.263	44.193	55.329
Poder público	30.331	4.026	36.626	70.983	67.761	75.500
Iluminação pública	13.304	210	15.034	28.548	27.217	33.038
Serviço público	8.622	32	1.014	9.669	9.456	26.804
	764.398	130.823	382.498	1.277.718	1.260.306	1.230.773
Suprimento a Outras Concessionárias						
Concessionárias e permissionárias	43.045	10.324	2.728	56.098	37.712	39.992
Outros créditos	8.311	3.708	9.934	21.953	20.037	56.327
	51.356	14.032	12.662	78.051	57.749	96.319
Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa				(350.252)	(322.038)	(292.342)
				1.005.517	996.017	1.034.750
(-) Circulante				(789.726)	(764.505)	(973.740)
Não circulante				215.791	231.511	61.011

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Consumidores			
Residencial	57.558	52.305	43.672
Industrial	179.356	171.394	156.192
Comércio, serviços e outras	51.584	47.738	40.617
Rural	4.725	4.583	4.199
Poder público	35.243	29.835	31.436
Iluminação pública	14.139	14.465	14.072
Serviço público	936	943	754
Concessionárias e permissionárias	656	775	1.400
Outros	6.055		
	<u>350.252</u>	<u>322.038</u>	<u>292.342</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado
	Montante
Saldo em 1 de janeiro de 2009	292.342
Provisão constituída no período	149.929
Baixas de contas a receber	<u>(120.233)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	322.038
Provisão constituída no período	49.780
Baixas de contas a receber	<u>(21.566)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>350.252</u>

10 Estoques

	Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Almoxarifado	14.192	11.662	23.416
Adiantamentos a fornecedores	56	3.062	57
Outros	813	77	104
	15.061	14.801	23.577

11 Tributos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
ICMS				41.079	47.894	56.595
PIS/Cofins				384	301	17
IRPJ e CSLL	12.786	7.712	24.387	20.008	9.750	75.789
Outros				1.429	1.246	818
	12.786	7.712	24.387	62.900	59.191	133.219
(-) Circulante	(12.786)	(7.712)	(24.387)	(47.405)	(40.084)	(98.900)
Não circulante				15.495	19.107	34.319

- ▶ Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
- ▶ Programa de Integração Social (PIS).
- ▶ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- ▶ Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

12 Transações com partes relacionadas

(a) Transações e saldos

	Controladora	
	Mútuos a receber	Receitas financeiras
Em 31 de dezembro de 2009		
Governo do Estado de SC		
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)	39.149	3.118
Rede Subterrânea (ii)	4.262	
SC Parcerias S.A.(iii)	71.397	494
	<u>114.808</u>	<u>3.612</u>

Em 31 de dezembro de 2010

Governo do Estado de SC		
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)	36.702	4.467
Rede Subterrânea (ii)	4.262	
SC Parcerias S.A.(iii)	67.854	8.244
	<u>108.818</u>	<u>12.711</u>

	Consolidado				
	Mútuos a receber	Contas a pagar	Contas a receber por vendas	Receitas financeiras	Receita de vendas
Em 31 de dezembro de 2009					
Governo do Estado de SC			8.089		76.612
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)	39.149			3.118	
Rede Subterrânea (ii)	4.262				
SC Parcerias S.A.(iii)	71.397			494	
Celos		24.181			
	<u>114.808</u>	<u>24.181</u>	<u>8.089</u>	<u>3.612</u>	<u>76.612</u>
Em 31 de dezembro de 2010					
Governo do Estado de SC			7.667		64.318
Empréstimo para o Tesouro Estadual (i)	36.702			4.467	
Rede Subterrânea (ii)	4.262				
SC Parcerias S.A.(iii)	67.854			8.244	
Celos		21.318			
	<u>108.818</u>	<u>21.318</u>	<u>7.667</u>	<u>12.711</u>	<u>64.318</u>

(i) *Empréstimo para o Tesouro Estadual*

Os valores contabilizados referem-se a empréstimos concedidos pela Celesc ao Tesouro Estadual do Governo do Estado de Santa Catarina entre os anos de 1985 e 1986, corrigido por OTN, BTN e UFIR até a extinção em 2000, e após, atualizados até 31 de dezembro de 2010 mediante a aplicação de juros de 10% ao ano, capitalizados mensalmente, conforme contrato firmado com o Estado de Santa Catarina, em 22 de abril de 1988.

No exercício de 2010, a Administração contratou consultores externos para realizar o levantamento completo da dívida e o processo em 31 de dezembro de 2010 encontra-se em renegociação entre a Celesc e o Governo do Estado de Santa Catarina (Nota 29).

(ii) *Rede Subterrânea*

Em 1995 a Celesc firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

O montante em aberto refere-se ao valor a ser repassado pelo Estado de Santa Catarina à Celesc e está em processo de negociação em conjunto com o Empréstimo para o Tesouro Estadual.

(iii) *SC Parcerias S.A. ("SC Parcerias")*

De acordo ao Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida firmado em 30 de abril de 2008, com 24 parcelas, cujas amortizações iniciaram em 31 de outubro de 2008.

Em 2010, devido inadimplemento, o Conselho de Administração da Companhia recomendou a renegociação da dívida e a partir de 31 de agosto de 2010 a SC Parcerias tem realizado pagamentos mensais uniformes, ratificando sua intenção de renegociar a dívida em parcelas mensais de mesmo valor.

O montante em aberto está em processo de renegociação entre a SC Parceria e a Celesc.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Administradores				
Honorários	2.302	2.598	5.016	4.502
Participação nos lucros e/ou resultados	77	81	228	259
Encargos sociais	347	613	776	933
Outros gastos	150	118	263	194
	<u>2.876</u>	<u>3.410</u>	<u>6.283</u>	<u>5.888</u>

13 Investimentos em controladas e coligadas

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Controladas						
Celesc D	1.268.061	1.166.236	1.094.917			
Celesc G	260.870	244.319	242.592			
	1.528.931	1.410.555	1.337.509			
Controladas em conjunto						
SCGás	82.990	81.940	78.673			
ECTE	39.393	22.224	23.589			
	122.383	104.164	102.262			
Coligadas						
Dfesa	22.942	19.579	10.333	22.942	19.579	10.333
Cubatão	3.253	3.253	3.253	3.253	3.253	3.253
(-) Provisão para perda em investimento	(3.253)	(3.253)	(3.253)	(3.253)	(3.253)	(3.253)
	22.942	19.579	10.333	22.942	19.579	10.333
	<u>1.674.256</u>	<u>1.534.298</u>	<u>1.450.104</u>	<u>22.942</u>	<u>19.579</u>	<u>10.333</u>

(a) Informações sobre investimentos

							Controladora
Milhares de ações possuídas pela Companhia		Participação da Companhia		Patrimônio líquido ajustado	Lucro líquido/ (prejuízo ajustado)		
							Ordinárias
Em 31 de dezembro de 2010							
Celesc D	630.000		100%	100%	1.251.609	180.379	
Celesc G	35.000		100%	100%	260.870	22.043	
ECTE	13.001		30,88%	30,88%	68.669	9.136	
SCGás	45.476		17%	51%	34.173	13.732	
Dfesa	153.382		23,03%	23,03%	22.942	9.283	
Cubatão	1.600		40%	40%	673	3	
Em 31 de dezembro de 2009							
Celesc D	630.000		100%	100%	1.158.672	57.937	
Celesc G	35.000		100%	100%	244.319	21.727	
ECTE	9.102		21,62%	21,62%	48.033	6.293	
SCGás	45.476		17%	51%	31.655	11.363	
Dfesa	153.382		23,03%	23,03%	19.578	6.743	
Cubatão	1.600		40%	40%	676		
Em 1 de janeiro de 2009							
Celesc D	630.000		100%	100%	1.094.918		
Celesc G	35.000		100%	100%	242.593		
ECTE	8.419		20%	20%	23.499		
SCGás	45.476		17%	51%	26.920		
Dfesa	153.382		23,03%	23,03%	10.333		
Cubatão	1.600		40%	40%	676		
							Consolidado
Milhares de ações possuídas pela Companhia		Participação da Companhia		Patrimônio líquido ajustado	Lucro líquido/ (prejuízo ajustado)		
							Ordinárias
Em 31 de dezembro de 2010							
Dfesa	153.382		23,03%	23,03%	22.942	9.283	
Cubatão	1.600		40%	40%	673	3	
Em 31 de dezembro de 2009							
Dfesa	153.382		23,03%	23,03%	6.743	6.743	
Cubatão	1.600		40%	40%			
Em 1 de janeiro de 2009							
Dfesa	153.382		23,03%	23,03%			
Cubatão	1.600		40%	40%			

(b) Movimentação dos investimentos

	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGás	Dfesa	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2009	1.094.917	242.592	23.589	78.673	10.333	1.398.351
Integralizações	33.773		972			34.745
Dividendos	(20.391)	(20.000)	(8.408)	(6.628)	(36)	(55.463)
Amortização de ágio				(1.468)		(1.468)
Resultado de equivalência Patrimonial	57.937	21.727	6.071	11.363	9.282	106.380
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.166.236	244.319	22.224	81.940	19.579	1.534.298
Integralizações	1.258		13.079			14.337
Dividendos	(79.815)	(5.492)	(2.884)	(11.214)	(3.381)	(102.786)
Amortização de ágio				(1.468)		(1.468)
Resultado de equivalência patrimonial	180.382	22.043	6.974	13.732	6.744	229.875
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.268.061	260.870	39.393	82.990	22.942	1.674.256

14 Imobilizado

(a) Composição do saldo

	Consolidado						
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Outros	Obras em andamento	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2009	20.036	175.582	6.531	53.540	5.904		261.593
Adições	126	7	412	67	9.059	2.425	12.096
Depreciação		(2.028)	(199)	(2.405)	(3)		(4.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	20.162	173.561	6.744	51.202	14.960	2.425	269.054
Custo do imobilizado	20.162	175.589	6.943	53.607	14.963	2.425	273.689
Depreciação acumulada		(2.028)	(199)	(2.405)	(3)		(4.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	20.162	173.561	6.744	51.202	14.960	2.425	269.054
Adições	40	71	13.597	265	25.271	4.087	43.331
Baixas					(161)		(161)
Depreciação		(2.353)	(286)	(3.158)	(3)		(5.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	20.202	171.279	20.055	48.309	40.067	6.512	306.424
Custo do imobilizado	20.202	175.660	20.540	53.872	40.234	6.512	317.020
Depreciação acumulada		(4.381)	(485)	(5.563)	(167)		(10.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	20.202	171.279	20.055	48.309	40.067	6.512	306.424

(b) Custo atribuído - *deemed cost*

A Celesc G efetuou o registro do custo atribuído (*deemed cost*) para todas as classes de imobilizado, em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, baseada em avaliação efetuada por avaliadores independentes, aprovado pelo Conselho de Administração.

Da mesma forma, foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado em virtude da nova vida útil estimada dos mesmos, conforme Pronunciamento Técnico 27 - Ativo Imobilizado.

Em consequência, em 1 de janeiro de 2009, foi registrada mais-valia dos ativos e foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do imobilizado em virtude de nova estimativa de vida útil-econômica destes. Consequentemente ocorreu um aumento de R\$227.643 em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP.

15 Intangível

							Controladora
	1 de janeiro 2009	Adições	Amortizações	31 de dezembro 2009	Adições	Amortizações	31 de dezembro 2010
Contrato de concessão ECTE	<u> </u>	2.562	(60)	<u>2.502</u>	6.201	(60)	<u>8.643</u>

						Consolidado
	Contratos de concessão		Softwares adquiridos	Ágios	Total	
	Celesc D	SCGás				
Saldos em 1 de janeiro de 2009	693.076	25.663		51.753	770.492	
Adições	78.771	5.287	3	2.561	86.622	
Baixas	(7.053)				(7.053)	
Amortizações	(129.861)	(4.349)		(1.528)	(135.738)	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>634.933</u>	<u>26.601</u>	<u>3</u>	<u>52.786</u>	<u>714.323</u>	
Custo total	764.794	30.950	3	54.314	850.061	
Amortização acumulada	(129.861)	(4.349)		(1.528)	(135.738)	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	634.933	26.601	3	52.786	714.323	
Adições	92.219	5.506	2.311	7.860	107.896	
Baixas	(6.602)	(73)			(6.675)	
Amortizações	(144.961)	(4.366)		(1.528)	(150.855)	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>575.589</u>	<u>27.668</u>	<u>2.314</u>	<u>59.118</u>	<u>664.689</u>	
Custo total	850.411	36.383	2.314	62.174	951.282	
Amortização acumulada	(274.822)	(8.715)		(3.056)	(286.593)	
Taxas anuais de amortização - %	19	10		3		

Os ágios gerados na aquisição da SCGás e da ECTE estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos das referidas empresas (Nota 1).

16 Resultado com imposto de renda e contribuição social

(a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado					
	Diferido ativo			Diferido passivo		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Diferenças temporárias						
Provisão para contingências	95.915	102.673	91.422			
Provisão para perdas em ativos	26.414					
Benefício pós-emprego	206.230	215.805	212.550			
Custo Atribuído				74.263	75.824	77.399
Outras provisões	74.839	72.710	44.482	58.595	62.065	57.479
	403.398	391.188	348.454	132.858	137.889	134.878

(b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos, líquidos dos passivos fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Até 1 ano	53.020	48.918	44.983
De 1 a 2 anos	55.874	53.844	41.872
De 2 a 3 anos	53.985	50.907	40.907
De 3 a 4 anos	51.093	49.784	53.982
De 4 a 6 anos	54.746	50.437	41.198
De 6 a 8 anos	58.508	54.193	50.982
De 8 a 10 anos	76.172	83.105	74.530
	403.398	391.188	348.454

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	197.876	134.784	421.187	252.156
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - 34%	<u>67.278</u>	<u>45.827</u>	<u>143.204</u>	<u>85.733</u>
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(75.184)	(36.025)	(75.184)	(36.025)
Juros sobre capital próprio	25.053		25.053	
Dividendos	(451)		(451)	
Benefício fiscal	(1.094)		(1.094)	
Incentivo fiscal		27	445	419
Participação dos administradores	64		64	596
Outras adições (exclusões)	<u>(4.478)</u>	<u>556</u>	<u>(7.703)</u>	<u>(11.882)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(11.187)</u>	<u>(10.385)</u>	<u>(84.333)</u>	<u>(38.841)</u>
Corrente	(11.187)	(10.385)	(103.186)	(76.210)
Diferido			18.853	37.369
	<u>(11.187)</u>	<u>(10.385)</u>	<u>(84.333)</u>	<u>(38.841)</u>

(d) Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) possui vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

17 Empréstimos

		Consolidado		
	Taxa anual de juros e comissões - %	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
BNDES	TJLP + 4,50	17.474	17.517	21.780
Empréstimos bancários	106% CDI	45.472	68.041	68.391
Eletrobrás	5,00	140.510	100.098	86.476
FIDC - Celesc I (a)	CDI + 0,97	112.604	152.469	183.258
Finame	5,00	4.281		
		320.341	338.125	359.905
(-) Circulante		(109.720)	(90.299)	(58.954)
Não circulante		210.621	247.826	300.951

(a) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC")

O FIDC ou "Fundos de Recebíveis", é uma modalidade de fundo de investimento cujos ativos são compostos de direitos creditórios. A Celesc D ofereceu como recebíveis, os direitos creditórios referentes ao consumo futuro de energia elétrica de unidades consumidoras pré-selecionadas, todas com perfil de adimplência.

Os maiores compradores das quotas oferecidas pela Celesc D foram fundos de investimento, que adquiriram 179 quotas, somando R\$179.000. Os outros investidores foram entidades de previdência privada, com R\$11.000 e uma instituição financeira, com R\$10.000, totalizando R\$200.000, captados em 2007. Cada quota foi comercializada a R\$1.000, no sistema *bookbuilding*, coordenado pelo BB Investimentos, em conjunto com o ABC Banking Corporation.

De acordo com as práticas contábeis no Brasil, o FIDC foi consolidado e a parcela do passivo referente as quotas adquiridas por terceiros são apresentadas como dívida no passivo.

(b) Composição dos vencimentos de longo prazo

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Um a cinco anos	190.611	226.988	274.205
Acima de cinco anos	20.010	20.838	26.746
	<u>210.621</u>	<u>247.826</u>	<u>300.951</u>

18 Tributos e contribuições sociais

(a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
ICMS				46.412	63.975	38.732
PIS/Cofins	6.816	655		32.756	23.949	19.424
Refis (i)	3.564	8.542	9.947	3.564	8.542	9.947
IRPJ e CSLL	8.196	539	12.418	18.211	27.510	16.210
Outros	52	94	24	23.353	7.308	2.731
	<u>18.628</u>	<u>9.830</u>	<u>22.389</u>	<u>124.296</u>	<u>131.284</u>	<u>87.044</u>
(-) Circulante	<u>(16.821)</u>	<u>(2.121)</u>	<u>(13.885)</u>	<u>(122.489)</u>	<u>(123.575)</u>	<u>(78.540)</u>
Não Circulante	<u>1.807</u>	<u>7.709</u>	<u>8.504</u>	<u>1.807</u>	<u>7.709</u>	<u>8.504</u>

(i) Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais de parcelamentos ativos por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- a) Parcelamento de débitos vencidos até 30 de novembro de 2008;
- b) Inclusão de débitos já parcelados anteriormente (REFIS, PAES, PAEX e Parcelamentos ordinários);
- c) Redução de multa e juros, de acordo com origem do débito (juros, multas e encargos legais), assim como prazo determinado para quitação do parcelamento;
- d) Não tributação dos benefícios gerados na aplicação das reduções legais;
- e) Utilização de prejuízos fiscais acumulados para quitação do valor devido de juros e multas;
- f) Parcelamento em até 180 vezes, atualizados pela Selic.

A fim de atualizar os valores do Refis na Companhia, considerando as benesses descritas na Lei, esses valores foram registrados contabilmente, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2009	9.947	9.947
(+) Atualizações	230	230
(-) Amortizações no período	(1.635)	(1.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	8.542)	8.542
(-) Benesses da Lei 11.941/09	(3.219)	(3.219)
(-) Amortizações no período	(1.757)	(1.757)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.566	3.566
(-) Circulante	(1.757)	(1.757)
Não circulante	1.809	1.809

19 Taxas regulamentares

	Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Circulante			
Programa de eficiência energética – PEE	66.752	86.971	84.548
Encargo de capacidade emergencial – ECE	36.234	36.481	37.025
Conta de consumo de combustível – CCC	20.875	3.333	17.367
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	2.241	6.488	50.031
Conta de desenvolvimento energético – CDE	13.934	13.317	11.676
Encargos do consumidor a recolher	5.483		
Reserva Global de Reversão - RGR	1.136	2.571	2.212
Outros	2.839	1.591	1.603
	<u>149.494</u>	<u>150.752</u>	<u>204.462</u>
Não circulante			
Programa de eficiência energética – PEE	63.377	17.156	
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	49.198	38.667	
	<u>112.575</u>	<u>55.823</u>	
	<u>262.069</u>	<u>206.575</u>	<u>204.462</u>

20 Contingências

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

		Controladora					
		Depósitos judiciais			Provisões para contingências		
		31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Contingências:							
	Tributárias		117	117		(28.906)	(28.906)
	Cíveis		131	104			
	Regulatórias	6.065	5.174	19.852	(6.065)	(5.174)	(23.296)
		6.065	5.422	20.073	(6.065)	(34.080)	(52.202)

		Consolidado					
		Depósitos judiciais			Provisões para contingências		
		31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Contingências:							
	Tributárias	2.073	196	196	(11.897)	(41.473)	(41.473)
	Trabalhistas e previdenciárias	73.299	98.548	57.878	(104.547)	(164.374)	(145.515)
	Cíveis	11.821	36.980	27.410	(315.908)	(357.718)	(343.489)
	Regulatórias	40.557	26.065	19.852	(46.099)	(27.507)	(23.450)
		127.750	161.789	105.336	(478.451)	(591.072)	(553.927)

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Depósitos judiciais	Provisões para contingências	Depósitos judiciais	Provisões para contingências
Saldo em 1 de janeiro de 2009	20.073	52.202	105.336	553.927
Adições	130		82.937	64.860
Baixas	(14.781)	(18.122)	(26.484)	(27.715)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	5.422	34.080	161.789	591.072
Adições	891	891	85.070	62.374
Baixas	(248)	(28.906)	(119.109)	(174.995)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>6.065</u>	<u>6.065</u>	<u>127.750</u>	<u>478.451</u>

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

- ▶ Tributárias - A Celesc D em 2010 sofreu auto de infração emitido pelo fisco federal, referente a dedução de possíveis despesas indedutíveis na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, no valor aproximado de R\$50.000, composto substancialmente pelos montantes pagos a título de taxa Deinfra. A referida taxa atualmente está sendo questionada judicialmente, porém, por tratar-se de pagamento embasado legalmente, a administração julgou não haver risco provável de perda substancial do valor envolvido.
- ▶ Trabalhistas e previdenciárias - Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.
- ▶ Cíveis - Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominados "Efeito Cascata", não é possível no momento

avaliar as possíveis decisões do Judiciário nem mesmo estimar os possíveis efeitos. Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Celesc D é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica, desapropriação e outras.

- ▶ Regulatórias - A Celesc D foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Celesc D recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Contingências:			
Tributárias	1.385	1.385	1.385
Trabalhistas e previdenciárias	382	828	580
Cíveis	6.535	7.151	2.032
	<u>8.302</u>	<u>9.364</u>	<u>3.997</u>

21 Obrigações com benefícios a empregados

	Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Obrigações registradas no balanço patrimonial com			
Benefícios de planos previdenciários			
Plano misto (a)	192.571	202.693	209.008
Plano transitório (a)	408.876	396.922	378.001
	<u>601.447</u>	<u>599.615</u>	<u>587.009</u>
Outros benefícios a empregados			
Plano Celos saúde (b)	397.762	380.669	363.102
Programa de demissão voluntária incentivado – PDVI (c)	98.163	124.961	160.870
Plano pecúlio	4.132	3.639	3.238
	<u>500.057</u>	<u>509.269</u>	<u>527.210</u>
	<u>1.101.504</u>	<u>1.108.884</u>	<u>1.114.219</u>

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social (“Celos”), sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados da Celesc, Celesc D e Celesc G (conjuntamente, “empregados”).

(a) Benefícios de planos previdenciários

Em janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada. Por ocasião do lançamento deste novo plano, denominado “Plano Misto”, foi oferecida aos empregados ativos a oportunidade de transferência para o referido plano. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela transferência.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e contribuição definida para as contribuições posteriores a transição. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições

adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização de IGP-M para IPCA.

(b) Plano de assistência médica

A Celesc oferece aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica).

(c) Programa de demissão voluntária incentivado – PDVI

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc D aprovou o PDVI – Programa de Demissão Voluntária Incentivada que foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implantado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 31 de dezembro de 2010 a Celesc D havia quitado o débito com 550 beneficiários (404 em 31 de dezembro de 2009).

(d) Resultados da avaliação atuarial

(i) Evolução do valor presente das obrigações

	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano de Assistência Médica	PDVI	Plano Pecúlio
Em 1 de janeiro de 2009	883.783	682.066	379.170	160.870	8.871
Custo do serviço corrente	905	1.014	10.213		
Juros sobre obrigações atuariais	106.977	81.321	44.885	17.034	1.035
Perdas (ganhos) atuariais	30.922	(26.761)	63.466	(2.288)	868
Benefícios pagos	(50.156)	(56.919)	(35.728)	(52.943)	(323)
Em 31 de dezembro de 2009	972.431	680.721	462.006	122.673	10.451
Custo do serviço corrente	1.215	723	8.794		
Juros sobre obrigações atuariais	106.083	73.073	49.752	11.707	1.152
Perdas (ganhos) atuariais	122.771	43.842	(379.679)	(6.320)	636
Benefícios pagos	(55.685)	(59.906)	(39.676)	(38.505)	(215)
Em 31 de dezembro de 2010	1.146.815	738.453	101.197	89.555	12.024

(ii) *Evolução do valor justo dos ativos*

	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano de Assistência Médica	PDVI	Plano Pecúlio
Em 1 de janeiro de 2009	674.775	304.065	16.068		5.633
Retorno esperado sobre os ativos	82.840	35.989	1.853		634
Ganhos atuariais	22.053	2.325	1.420		99
Contribuições do empregador	28.306	23.593	18.886	52.943	
Contribuições dos empregados	3.051	3.832	16.792		
Benefícios pagos	(50.156)	(56.919)	(35.728)	(52.943)	(323)
Em 31 de dezembro de 2009	760.869	312.885	19.291		6.043
Retorno esperado sobre os ativos	84.118	33.405	2.156		659
Ganhos atuariais	22.727	19.531	2.526		342
Contribuições do empregador	29.857	24.519	21.515	38.505	
Contribuições dos empregados	3.445	3.918	21.550		
Benefícios pagos	(55.685)	(59.906)	(39.676)	(38.505)	(215)
Em 31 de dezembro de 2010	845.331	334.352	27.362		6.829

(iii) Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço

	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano de Assistência Médica	PDVI	Plano Pecúlio
Em 1 de janeiro de 2009					
Valor presente das obrigações	883.783	682.066	379.170	160.870	8.871
Valor justo dos ativos	(674.775)	(304.065)	(16.068)		(5.633)
Ganhos e perdas não reconhecidos					
	209.008	378.001	363.102	160.870	3.238
Em 31 de dezembro de 2009					
Valor presente das obrigações	972.431	680.721	462.006	122.673	10.451
Valor justo dos ativos	(760.869)	(312.885)	(19.291)		(6.043)
Ganhos e (perdas) não reconhecidos	(8.869)	29.086)	(62.046)	2.288)	(769)
	202.693	396.922	380.669	124.961	3.639
Em 31 de dezembro de 2010					
Valor presente das obrigações	1.146.815	738.453	101.197	89.555	12.024
Valor justo dos ativos	(845.331)	(334.352)	(27.362)		(6.829)
Ganhos e (perdas) não reconhecidos	(108.913)	4.775	323.927	8.608	(1.063)
	192.571	408.876	397.762	98.163	4.132

(iv) *Custos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício*

	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano de Assistência Médica	PDVI	Plano Pecúlio
Em 31 de dezembro de 2009					
Custo dos serviços correntes	905	1.014	10.213		
Juros sobre obrigações atuariais	106.977	81.321	44.885	17.034	1.035
Retorno esperado sobre os ativos	(82.840)	(35.989)	(1.853)		(634)
Contribuição dos participantes	(3.051)	(3.832)	(16.792)		
	21.991	42.514	36.453	17.034	401
Em 31 de dezembro de 2010					
Custo dos serviços correntes	1.215	723	8.794		
Juros sobre obrigações atuariais	106.083	73.073	49.752	11.707	1.152
Retorno esperado sobre os ativos	(84.118)	(33.405)	(2.156)		(659)
Contribuição dos participantes	(3.445)	(3.918)	(21.550)		
Amortização de perdas atuariais, líquidas			3.768		
	19.735	36.473	38.608	11.707	493

(vi) Hipóteses atuariais e econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

	Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Taxa de desconto	10,51	11,19	12,39
Taxa esperada de retorno dos ativos	10,51	11,19	12,39
Taxa de crescimento salarial	5,55	5,55	5,55
Taxa de inflação futura	4,50	4,50	4,50
Taxa de crescimento dos custos médicos	7,64	7,64	7,64
Taxa de crescimento dos custos médicos por faixa etária (" <i>aging factor</i> ")	7,64	7,64	7,64
Taxa ou tábua de rotatividade	0,80	0,80	0,80
Taxa de crescimento real dos benefícios do plano	0.00		
Indexador de reajuste de salários	INPC	INPC	INPC
Indexador de reajuste dos benefícios	IPCA	IGPM	IGPM
Fator de determinação do valor real dos salários	98	98	98
Fator de determinação do valor real dos benefícios	98	98	98

(vii) Hipóteses biométricas

	Consolidado		
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Mortalidade Geral (*)	AT-1983	AT-1983	AT-1983
Mortalidade de Inválidos (*)	AT-1949	AT-1949	AT-1949
Entrada em invalidez	Light Media agravada em 40%	Light Media agravada em 40%	Light Media agravada em 40%

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, dividido em 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%). As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução.

Do total do capital subscrito, 24.157 (2009 – 24.157) ações ordinárias nominativas e 7.863.730 (2009 – 8.111.749) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas residentes do exterior.

Acionista	Ações ordinária		Ações preferenciais		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
PREVI - Caixa de Previdência dos						
Funcionários do Banco do Brasil	5.140.864	33,11	437.807	1,90	5.578.671	14,46
Celos	1.087.274	7,00	230.800	1,00	1.318.074	3,42
Geração Futuro (Fundo Investimento)	489.700	3,15	3.877.200	16,82	4.366.900	11,32
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Tarpon Investimento (Fundo Investimento)			5.176.323	22,46	5.176.323	13,42
mcap Poland FIA			2.562.900	11,12	2.562.900	6,64
Outros	1.014.056	6,53	6.616.459	28,71	7.630.515	19,78
	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

(b) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembléia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(c) Juros sobre o capital próprio

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de dezembro de 2010, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$77.938. (o que corresponde a R\$1,90669172 por ação ordinária e R\$2,09736089 por ação preferencial, líquido de imposto de renda da fonte) foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

(d) Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar, conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia, tem por finalidade não distribuir a parcela da equivalência patrimonial não realizada financeiramente na forma de dividendos.

(e) Composição do lucro básico e diluído

	Controladora	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Média ponderada de ações (em milhares):		
Ações ordinárias nominativas	15.527	15.527
Ações preferenciais nominativas – Classe A	51	51
Ações preferenciais nominativas – Classe B	22.994	22.994
Lucro básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da Companhia (em R\$):		
Ações ordinárias nominativas	6,69	3,04
Ações preferenciais nominativas – Classe A	7,36	3,34
Ações preferenciais nominativas – Classe B	7,36	3,35
Lucro básico e diluído atribuído aos acionistas da Companhia:		
Ações ordinárias nominativas	103.898	47.254
Ações preferenciais nominativas – Classe A	372	169
Ações preferenciais nominativas – Classe B	169.246	76.976
	<u>273.516</u>	<u>124.399</u>

23 Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembléia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	Controladora	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Lucro líquido do exercício	273.516	124.399
Ajustes para adoção do IFRS		2.884
Lucro base para distribuição	<u>273.516</u>	<u>127.283</u>
Constituição de reservas		
Legal	<u>(13.676)</u>	<u>(6.364)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>259.840</u>	<u>120.920</u>
Dividendos propostos		36.275
Juros sobre capital próprio	<u>77.938</u>	
Dividendos propostos pela administração	<u>77.938</u>	<u>36.276</u>
(-) Parcela excedente ao mínimo obrigatório	<u>(12.978)</u>	<u>(6.047)</u>
	<u>64.960</u>	<u>30.229</u>
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos - %	<u>25</u>	<u>25</u>

24 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Consolidado					
Empresa	Ramo	Ativos cobertos	Data da vigência	Importância segurada	Prêmio
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	04.01.2010 à 04.01.2011	11.649	2.170
Celesc D	Riscos Nomeados	Prédio Sede	09.08.2010 à 09.08.2011	52.360	10
Celesc D	Transporte Nacional	Transporte de Mercadorias	25.01.2010 à 25.01.2011	3.500	34
ScGás	Riscos Nomeados	Bens do imobilizado	08/10/2010 à 08/10/2012	4.900	18
ScGás	Riscos Nomeados	Responsabilidade civil	18/10/2010 á 18/10/2011	6.000	140

25 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009, são as seguintes:

	Em 31 de dezembro 2010					
	Celesc Distribuição	SC Gás	Celesc Geração	Outros	Ajustes	Total
Receita	3.888.854	82.434	54.747	13.367	(2.637)	4.036.765
Custo das vendas	(3.309.774)	(57.728)	(14.132)	(854)	4.154	(3.378.334)
Lucro bruto	579.080	24.706	40.615	12.513	1.517	658.431
Despesas com vendas	(156.855)	(1.031)				(157.886)
Despesas gerais e Administrativas	(175.627)	(3.257)	(13.968)	(11.636)	(1.495)	(205.983)
Outras receitas (despesas), líquidas	(54.101)	(571)		27.899	(1.410)	(28.183)
Participação nos lucros de controladas				223.714	(217.054)	6.660
Lucro operacional	192.497	19.847	26.647	252.490	(218.442)	273.039
Receitas financeiras	100.071	1.644	4.342	39.496	(186)	145.367
Despesas financeiras	(57.867)	(846)	(344)	(3.327)	1.827	(60.557)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	234.701	20.645	30.645	288.659	(216.801)	357.849
Imposto de renda e Contribuição social	(54.322)	(6.913)	(8.602)	(14.496)		(84.333)
Lucro líquido do exercício	<u>180.379</u>	<u>13.732</u>	<u>22.043</u>	<u>274.163</u>	<u>(216.801)</u>	<u>273.516</u>
Informações suplementares						
Total dos ativos	4.033.182	58.374	350.393	432.173		
Total dos passivos	<u>2.765.121</u>	<u>24.202</u>	<u>89.523</u>	<u>54.769</u>		

Em 31 de dezembro 2009

	Celesc Distribuição	SC Gás	Celesc Geração	Outros	Ajustes	Total
Receita	3.363.320	75.262	50.277	11.881	(2.480)	3.498.260
Custo das vendas	(2.829.175)	(55.759)	(13.527)	(975)	2.470	(2.896.966)
Lucro bruto	534.145	19.503	36.750	10.906	(10)	601.294
Despesas com vendas	(225.927)	(958)		(2.606)		(229.491)
Despesas gerais e Administrativas	(180.012)	(2.429)	(10.453)	(13.116)	10	(206.000)
Outras receitas (despesas), líquidas	(107.708)	(446)	(1.167)	22.555	1	(86.765)
Participação nos lucros de controladas		(11.364)		100.856	(80.210)	9.282
Lucro operacional	20.498	4.306	25.130	118.595	(80.209)	88.320
Receitas financeiras	104.353	3.124	4.684	22.523	(1)	134.683
Despesas financeiras	(55.168)	(1.466)	(295)	(2.842)	8	(59.763)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	69.683	5.964	29.519	138.276	(80.202)	163.240
Imposto de renda e Contribuição social	(11.746)	(5.964)	(7.792)	(13.339)		(38.841)
Lucro líquido do exercício	57.937		21.727	124.937	(80.202)	124.399
Informações suplementares						
Total dos ativos	3.817.342	9.477	333.204	423.691		
Total dos passivos	2.651.107	4.096	88.885	101.833		

26 Receitas

	Consolidado	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica (a)	5.182.903	4.644.433
Suprimento de energia elétrica (a)	142.586	124.545
Fornecimento de gás natural (a)	99.045	92.991
Disponibilização da rede elétrica	224.182	142.758
Arrendamento e aluguéis	32.589	30.878
Renda de prestação de serviços	10.671	13.927
Outras receitas operacionais	15.858	23.009
Receita de financeira sobre o ativo indenizatório	142.915	115.030
Receita de construção	376.172	211.931
	6.226.921	5.399.502
Deduções da receita operacional		
ICMS	1.204.858	1.061.578
PIS	97.900	85.970
COFINS	450.936	395.969
Reserva global de reversão - RGR	23.997	28.810
Conta de desenvolvimento energético - CDE	167.211	159.801
Conta de consumo de combustíveis – CCC	198.569	137.581
Pesquisa e desenvolvimento – P & D	18.023	15.806
Programa de eficiência energética - PEE	17.890	15.693
Outros encargos	10.772	34
	2.190.156	1.901.242
Receita Operacional Líquida	4.036.765	3.498.260

(a) Fornecimento de energia e gás

	Consolidado em 31 de dezembro					
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
	Nº de consumidores		MWh ou m³ mil		Receita Bruta	
Fornecimento de energia elétrica e						
Suprimento de energia elétrica						
Residencial	1.828.451	1.745.915	4.307.519	4.079.451	1.677.855	1.474.830
Industrial	80.654	73.476	5.774.445	5.943.647	1.875.644	1.723.314
Comercial, serviços e outros	187.399	178.464	2.792.722	2.646.190	1.062.306	935.619
Rural	228.077	219.394	1.184.604	1.265.416	254.967	242.956
Poder público	18.251	16.987	358.682	317.342	135.971	111.063
Iluminação pública	417	401	471.675	449.814	98.802	86.608
Serviço público	2.109	2.085	264.024	256.486	77.358	70.043
Suprimento de energia	51	42	1.494.065	1.289.197	142.586	124.545
	2.345.409	2.236.764	16.647.736	16.247.543	5.325.489	4.768.978
Fornecimento de gás natural						
Industrial	194	177	499.190	442.334	74.357	70.332
Veicular	113	109	117.979	117.454	21.543	20.065
Comercial	197	163	4.643	3.768	1.172	912
Residencial	1466	1177	299	216	110	80
Comprimido	18	19	13.507	12.259	1.863	1.603
	1.988	1.645	635.620	576.033	99.045	92.992

27 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Consolidado					
31 de dezembro 2010					
Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total
Energia elétrica comprada para revenda (a)	2.417.225				2.417.225
Pessoal (b)	273.976	41.029	122.868	12.062	449.935
Administradores			6.283		6.283
Despesa atuarial	33.006	4.943	15.559	53.508	107.016
Material	23.954	573	3.245		27.772
Custo de Construção	376.172				376.172
Gás natural e insumos p/ operação de gás	46.902				46.902
Custos e serviços de terceiros	61.186	67.265	40.865		169.316
Depreciação e amortização	136.026		19.280		155.306
Provisões líquidas	(12.877)	27.921	(23.504)	(30.848)	(39.308)
Taxa de Fiscalização ANEEL				8.212	8.212
Outros custos e despesas	22.764	16.155	21.387	(14.751)	45.555
	<u>3.378.334</u>	<u>157.886</u>	<u>205.983</u>	<u>28.183</u>	<u>3.770.386</u>

Consolidado					
31 de dezembro 2009					
Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total
Energia elétrica comprada para revenda (a)	2.115.775				2.115.775
Pessoal (b)	273.745	39.366	121.848	2.977	437.936
Administradores			5.888		5.888
Despesa atuarial	36.758	5.286	17.152	59.197	118.393
Material	26.035	611	3.913		30.559
Custo de Construção	211.931				211.931
Gás natural e insumos p/ operação de gás	50.350				50.350
Custos e serviços de terceiros	44.735	90.996	35.078		170.809
Depreciação e amortização	120.163	36	19.900		140.099
Provisões líquidas	(5.482)	20.441		37.146	52.105
Taxa de Fiscalização ANEEL				7.782	7.782
Outros custos e despesas	22.956	72.755	2.221	(20.337)	77.595
	<u>2.896.966</u>	<u>229.491</u>	<u>206.000</u>	<u>86.765</u>	<u>3.419.222</u>

Os custos e despesas operacionais da Controladora são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

Controladora			
31 de dezembro 2010			
Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total
Pessoal e administradores	7.907		7.907
Material	11		11
Custos e serviços de terceiros	2.763		2.763
Depreciação e amortização	1		1
Provisões líquidas		(28.015)	(28.015)
Outros custos e despesas	327	77	404
	11.009	(27.938)	(16.929)

Controladora				
31 de dezembro 2009				
Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administ.	Despesas com vendas	Outras rec. (desp.), líquidas	Total
Pessoal e administradores	5.381			5.381
Material	29			29
Custos e serviços de terceiros	4.160			4.160
Provisões líquidas		874	(18.121)	(17.247)
Outros custos e despesas	3.194	1.732	(4.434)	492
	12.764	2.606	(22.555)	(7.185)

a) Energia elétrica comprada para revenda

Energia elétrica comprada para revenda	Consolidado			
	31 de dezembro 2010	GWh	31 de dezembro 2009	GWh
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	422.747	4.541	489.453	4.700
Tractebel Energia S.A.	383.393	2.984	367.783	3.023
Furnas Centrais Elétricas S.A.	181.661	1.611	168.193	1.559
Termoelétricas Petrobrás S.A.	156.839	1.317	85.005	968
Cemig Geração e Transmissão S.A.	144.125	1.039	137.209	1.040
Copel Geração e Transmissão S.A.	125.353	1.102	131.221	1.208
Companhia Energética de São Paulo – CESP	120.977	1.302	110.923	1.013
Cia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	86.414	825	90.475	904
Cia de Ger. Term. de E.E. – CGTEE	48.894	415	26.579	259
Lages Bioenergética Ltda	36.660	193	35.932	193
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	23.702	277	15.625	277
Energética Camacari Muricy S.A.	20.220	241	10.327	241
Enguia Gen	16.361	138	10.144	136
Companhia Energética de Petrolina	14.564	200	12.723	200
Arembepe Energia	14.145	241	8.159	241
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	13.323	67	9.243	67
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	12.311	120	12.884	131
Outros	175.872	1.469	114.707	1.213
	1.997.561	18.082	1.836.585	17.373
Encargo de Uso da Rede Elétrica	376.176		342.327	
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	149.745	(147)	41.257	(27)
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas - PROINFA	79.002	437	67.902	392
Créditos PIS e COFINS	(185.259)		(172.296)	
	419.664	290	279.190	265
	2.417.225	18.372	2.115.775	17.738

b) Pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Pessoal				
Remunerações	4.820	1.867	226.869	241.633
Encargos sociais	8	71	100.296	96.077
Participação nos lucros e/ou resultados			12.701	14.821
Benefícios assistenciais	118	33	33.961	32.657
Provisões e indenizações	84		75.664	49.163
Outros			444	3.585
	5.030	1.971	449.935	437.936

28 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	4.086	1.795	24.724	16.249
Juros sobre contas a receber do Estado de SC	4.467	3.118	4.467	3.118
Acréscimos moratórios sobre faturas			46.035	44.919
Variações monetárias	3.212	412	19.244	20.994
Incentivo financeiro fundo social			9.907	3.125
Desvalorização cambial s/ energia vendida			6.197	24.953
Rendas de dividendos	1.325	766	1.325	334
Ganho com valor justo	16.514	337	16.514	337
Ajuste a valor presente	4.180	16.040	4.180	16.040
Outras receitas financeiras	5.706	55	12.873	4.614
	39.490	22.523	145.367	134.683

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009	31 de dezembro 2010	31 de dezembro 2009
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas			27.548	31.277
Variações monetárias			9.492	2.411
Atualização Paes		680		680
Atualização P&D e eficiência energética			14.844	12.572
Outras despesas financeiras	1.586	624	8.673	12.823
	1.586	1.304	60.557	59.763

29 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2011, a Companhia firmou termo de acordo de extinção de débitos com o Governo do Estado de Santa Catarina. De acordo com esse termo, a liquidação dos empréstimos cedidos pela Companhia ao Tesouro Estadual do Governo do Estado de Santa Catarina ocorrerá mediante a compensação de dividendos retidos a pagar pela Companhia de 31 de dezembro de 2010, bem como pela compensação de dividendos futuros a serem propostos com base nos lucros futuros.

Em 25 de janeiro de 2011, a Companhia firmou termo aditivo ao Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida com a SC Parcerias, no qual a SC Parcerias se compromete a realizar o pagamento de 41 parcelas mensais e consecutivas de R\$2.000 e uma parcela de R\$1.300 referentes ao saldo remanescente da dívida.

30 Adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez

30.1 Base da transição

30.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

30.1.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

(a) Isenção de combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1 de janeiro de 2009, data de transição.

(b) Isenção do valor justo como custo presumido

A Companhia optou por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1 de janeiro de 2009.

(c) Isenção do benefício a empregados

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1 de janeiro de 2009.

(d) As isenções opcionais remanescentes não se aplicam à Companhia

As isenções abaixo relacionadas não se aplicam à Companhia.

- ▶ o pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e os IFRSs já encontram-se alinhadas com relação a essas transações para 2009;
- ▶ os contratos de seguro, pois a Companhia não tem operações deste tipo;
- ▶ ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e *joint ventures*, uma vez que somente as demonstrações financeiras individuais da Controladora e consolidadas do Grupo foram preparadas;
- ▶ instrumentos financeiros compostos já que o Grupo não possui saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição;
- ▶ passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, visto que o Grupo não possui quaisquer passivos deste tipo;
- ▶ ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12, já que o Grupo não tem contratos firmados sob o escopo desta interpretação.

30.1.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

(a) Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1 de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"), exceto pelas premissas atuariais (Nota 30.2.1).

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- ▶ Contabilização de *hedge*;
- ▶ Reversão de ativos e passivos financeiros; e
- ▶ Participação de não controladores.

30.2 Conciliação entre BR GAAP e IFRS

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(a) Consolidação

De acordo com a adoção inicial do IFRS/CPCs, a Companhia passou a realizar a consolidação proporcional de investimentos controlados em conjunto que no BR GAAP antigo eram consolidados integralmente e/ou por equivalência patrimonial.

Uma entidade de propósito específica (EPE) que anteriormente não era consolidada passou a ser consolidada para atendimento aos IFRS/CPCs.

Os lançamentos descritos acima foram registrados para consolidar as entidades anteriormente não consolidadas, eliminar o investimento em coligada.

(b) Laudo de avaliação do imobilizado

A administração aplicou o valor justo como isenção de custo atribuído com relação ao imobilizado de sua controlada Celesc G. O laudo de avaliação do imobilizado realizado em 1 de janeiro de 2009, determinou seu valor justo em R\$261.572, um aumento de R\$227.643 em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP antigo, que totaliza R\$33.928. O aumento em 31 de dezembro de 2009 representava R\$223.010. Bem como uma redução do resultado em 2009 de R\$4.633.

(c) Contratos de concessão

Em decorrência da adoção da interpretação do IFRIC12/ICPC01, referente às concessionárias de serviços públicos, e resultante dos contratos de distribuição e transmissão de energia elétrica e gás natural canalizado, que permite ao Grupo o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura do poder concedente, o Grupo reconheceu:

- ▶ um ativo financeiro indenizatório correspondente ao valor devido pelo concedente ao Grupo, que será liquidado durante ou ao final da concessão de forma direta ou indireta.
- ▶ um ativo intangível que correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica e gás natural.

O ativo financeiro indenizatório reconhecido inicialmente pelo valor justo foi classificado pelo Grupo como recebível e remensurado subsequente pelo custo amortizado, calculado pelo método de juros efetivos.

O ativo intangível está reconhecido como remuneração pela prestação de serviço de construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. O reconhecimento inicial foi realizado segundo critérios previstos no CPC04/IAS 18, divergente das práticas contábeis anteriores. Desta forma, foram considerados os efeitos da economia hiperinflacionária de 1996 e 1997, excluídos os gastos administrativos, além da capitalização de juros de acordo com as novas práticas e apresentação das obrigações vinculadas à concessão como redutora do custo de formação do intangível.

O efeito do reconhecimento dessas diferenças de práticas reflete um aumento de R\$279.196 em 1 de janeiro de 2009 e de R\$261.876 em 31 de dezembro de 2009, bem como uma redução do resultado de 2009 em R\$17.320.

Adicionalmente o Grupo reconheceu em suas demonstrações do resultado as receitas e as despesas correspondentes às construções e melhorias da infraestrutura dos bens da concessão de acordo com o previsto no CPC17/IAS11.

(d) Ágio

Os ágios gerados pela aquisição de controladas em conjunto não eram amortizados desde 1 de janeiro de 2009. De acordo com IAS 38 os intangíveis com vida útil definida devem ser amortizados. Desta forma o saldo residual do ágio a partir de 1 de janeiro de 2009 passou a ser amortizado pelo prazo remanescente dos contratos de concessão das controladas em conjunto.

O efeito do reconhecimento dessas diferenças de práticas reflete uma redução no montante de R\$1.528 no resultado de 2009.

(e) Ativos e passivos regulatórios

A controlada Celesc D reconhecia nos termos do BRGAAP antigo as diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Celesc D como ativos e passivos regulatórios. Como ativos e passivos regulatórios não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos e passivos de acordo com as IFRS/CPCs a Celesc D realizou a baixa de seus ativos e passivos regulatórios.

O efeito do reconhecimento dessa diferença de prática reflete uma redução em 1 de janeiro de 2009 de R\$135.386 e em 31 de dezembro de 2009 de R\$68.284, bem como um aumento no resultado de 2009 de R\$67.102.

(f) Ajustes de investimentos

De acordo com o BRGAAP antigo, dois investimentos eram tratados a custo histórico, Companhia Catarinense de Águas e Saneamento ("Casan") e Dona Francisca Energética S.A. ("Dfesa"). De acordo com as novas práticas contábeis o Grupo mensurou o investimento na Casan pelo valor justo de acordo com o CPC38/IAS39 e o investimento na Dfesa pelo método da equivalência patrimonial, resultando no aumento nos ativos de R\$46.506 em 1 de janeiro de 2009 e R\$56.125 em 31 de dezembro 2009, bem como um aumento no resultado de R\$9.619 em 2009.

(g) Gastos com serviços em curso

Até 31 de dezembro de 2009, nos termos do BR GAAP antigo o Grupo adotava como prática contábil a capitalização de gastos de manutenção no ativo circulante até a finalização do serviço. Gastos de manutenção que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesa imediatamente. Aplicação dessa norma resultou na redução nos ativos de R\$11.576 em 1 de janeiro de 2009 e R\$132 em 31 de dezembro 2009, bem como um aumento no resultado de R\$11.444 em 2009.

(h) Benefícios a empregados

O Grupo reavaliou as suas premissas atuariais para determinar o passivo atuarial para a primeira adoção das IFRS. A aplicação dessas novas premissas atuariais e da adoção do CPC33/IAS19 resultou no aumento do passivo em R\$409.052 em 1 de janeiro de 2009 e R\$487.411 em 31 de dezembro 2009, bem como uma redução no resultado de R\$78.359 em 2009.

(i) Juros sobre capital próprio e dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com a IAS 10, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. O montante de R\$12.276 refere-se aos dividendos reconhecidos acima do dividendo mínimo obrigatório, declarados após 1 de janeiro de 2009. Da mesma forma, o montante de R\$6.047 em 31 de dezembro de 2009 foi também ajustado para reconhecimento no ano seguinte.

(j) Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima foram registrados contra lucros acumulados iniciais em 1 de janeiro de 2009.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para o IFRS nas seguintes datas:

- ▶ patrimônio líquido na data de transição de 1 de janeiro de 2009 (Nota 30.2.1)
- ▶ patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 (Nota 30.2.1)
- ▶ lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (Nota 30.2.2)

(k) Imposto e contribuição social

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para o IFRS e totalizavam R\$16.720 em 1 de janeiro de 2009 e R\$24.120 em 31 de dezembro de 2009, bem como R\$7.400 no resultado do exercício de 2009.

Adicionalmente o Grupo reavaliou os impostos e contribuições sociais diferidos, registrados nos tems do BR GAAP antigo para atendimento ao CPC 32/IAS 12, resultando na redução de R\$8.894 em 1 de janeiro de 2009 e R\$5.504 em 31 de dezembro 2009, bem como um aumento no resultado de R\$3.390 em 2009.

30.2.1 Conciliação do patrimônio líquido

	31 de dezembro 2009	1 de janeiro 2009
Patrimônio líquido originalmente apresentado	1.729.474	1.638.252
Custo atribuído (b)	223.010	227.643
Contratos de concessão (c)	261.876	279.196
Amortização de ágio* (d)	(1.528)	
Ativos e passivos regulatórios (e)	(68.284)	(135.386)
Ajustes de investimento (*) (f)	56.125	46.506
Serviço em curso (g)	(132)	(11.576)
Benefício a empregados (h)	(487.411)	(409.052)
Juros sobre capital próprio e dividendos (*) (i)	6.047	12.276
	<u>(10.297)</u>	<u>9.607</u>
Efeito dos tributos diferidos sobre os ajustes (k)	<u>18.616</u>	<u>7.826</u>
Patrimônio líquido ajustado	<u>1.737.793</u>	<u>1.655.685</u>

* Não possui efeito de imposto de renda diferido, por não possuir natureza tributável.

30.2.2 Conciliação do lucro líquido no exercício

	31 de dezembro 2009
Lucro líquido originalmente apresentado	127.283
Custo atribuído (b)	(4.633)
Contratos de concessão (c)	(17.320)
Amortização de ágio* (d)	(1.528)
Ativos e passivos regulatórios (e)	67.102
Ajustes de investimento (*) (f)	9.619
Serviço em curso (g)	11.444
Benefício a empregados (h)	(78.358)
	<u>(13.674)</u>
Efeito dos tributos diferidos sobre os ajustes (k)	10.790
Lucro líquido ajustado	<u>124.399</u>

* Não possui efeito de imposto de renda diferido, por não possuir natureza tributável.

31 Aquisição de controlada em conjunto - combinação de negócios

Em novembro de 2010, o grupo adquiriu uma participação adicional de 9,26% da ECTE por R\$20.164 à vista, aumentando seu controle compartilhado de 21,62% para 30,88%.

Contraprestação	Valor justo total
Em 31 de dezembro de 2010	
Aquisição de participação	20.164
Participação já controlada	23.589
Ágio gerado de aquisições anteriores	2.502
Dividendos a receber	5.247
Total do valor investido na ECTE	<u>51.502</u>
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	1.384
Títulos e valores mobiliários	63.753
Contas a receber	2.042
Estoques	1.011
Outros ativos	470
Intangível	50
Fornecedores	(296)
Empréstimos	(13.757)
Outros passivos	(3.940)
Passivos de imposto diferido	(5.416)
Total de ativos líquidos identificáveis	<u>45.301</u>
Ágio	<u>6.201</u>
Ágio fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura, composto como segue contrato de concessão ECTE	<u>6.201</u>

32 Efeitos no resultado e no patrimônio líquido trimestrais - ITRs

Atendendo a Deliberação CVM nº 656 de 25 de janeiro de 2011, que altera a CVM nº 603 de 2009, a Companhia, por não ter reapresentado os seus ITR de 2010, inclui nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010:

	30 de setembro 2010	30 de setembro 2009	30 de junho 2010	30 de junho 2009	31 de março 2010	31 de março 2009
Patrimônio líquido originalmente apresentado	1.968.496	1.740.186	1.925.172	1.714.518	1.853.483	1.630.041
Custo atribuído	216.126	224.168	219.568	225.326	221.863	226.485
Contratos de concessão - Celesc D	224.224	244.741	230.662	252.925	237.829	266.179
Contratos de concessão - ECTE	22.636	16.504	20.883	15.631	19.130	14.758
Ativos e passivos regulatórios	(139.910)	(129.174)	(60.860)	(152.268)	(35.382)	(100.883)
Serviço em curso		(3.157)		(3.107)		(3.720)
Benefício a empregados	(515.065)	(467.822)	(505.847)	(448.232)	(496.629)	(428.642)
Ajustes de investimento Casan	64.232	51.764	60.104	51.679	55.976	51.595
Ajustes de investimento Dfesa	5.878	(1.890)	1.068	(2.007)	5.701	(3.596)
Amortização de ágio	(2.674)	(1.146)	(2.292)	(764)	(1.910)	(382)
Juros sobre capital próprio e dividendos			(6.047)	(12.276)	6.047	12.276
Baixa do IR/CS Diferidos	(5.409)	(9.501)	(5.128)	(9.282)	(4.866)	(9.079)
Parcela IR/CS Diferido não reconhecida – ECTE	1.500	545	1.000	987	500	1.429
Efeito dos tributos diferidos sobre os ajustes	65.276	115.229	32.502	37.307	18.084	8.780
Patrimônio líquido ajustado	1.905.310	1.780.447	1.910.785	1.670.437	1.879.826	1.665.241
	30 de setembro 2010	30 de setembro 2009	30 de junho 2010	30 de junho 2009	31 de março 2010	31 de março 2009
Lucro líquido originalmente apresentado (*)	239.022	101.934	195.698	76.266	124.009	(8.211)
Custo atribuído	(3.442)	(3.475)	(2.295)	(2.317)	(1.147)	(1.158)
Contratos de concessão - Celesc D	(20.275)	(20.570)	(13.837)	(12.386)	(6.670)	868
Contratos de concessão - ECTE	5.259	2.619	3.506	1.746	1.753	873
Ativos e passivos regulatórios	(71.626)	6.212	7.424	(16.882)	32.902	34.503
Serviço em curso		8.419		8.469	132	7.856
Benefício a empregados	(27.654)	(58.770)	(18.436)	(39.180)	(9.218)	(19.590)
Ajustes de investimento – Casan	12.384	253	8.256	168	4.128	84
Ajustes de investimento – Dfesa	1.601	3.115	(3.209)	2.998	1.424	1.409
Amortização de ágio	(1.146)	(1.146)	(764)	(764)	(382)	(382)
Baixa do IR/CS Diferidos	199	1.264	480	1.483	742	1.686
Parcela IR/CS Diferido não reconhecida – ECTE	1.396	(1.326)	896	(884)	396	(442)
Efeito dos tributos diferidos sobre os ajustes	40.031	22.292	8.037	20.587	(6.036)	(7.940)
Lucro líquido ajustado (*)	175.749	60.821	185.756	39.304	142.033	9.556

(*) valores acumulados

Proposta de Orçamento de Capital

Em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2011, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei 6.404/76.

Programa de Investimentos

PROGRAMAS	VALORES (R\$ MIL)
Distribuição Energia Elétrica	315.984
Geração de Energia	55.147
Telecomunicação	13.498
Comercialização de Energia	43.500
Tecnologia da informação	12.470
Edificação e Mobiliários	3.260
Veículos	9.325
TOTAL	453.185

Origem dos Recursos

ORIGEM	VALORES (R\$ MIL)
Recursos de Terceiros	191.478
Recursos Próprios, oriundos de retenção de lucros e geração de caixa das operações da Companhia	261.707
TOTAL	453.185

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas
da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedi-

mentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras

separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 26 de março de 2010, o qual continha uma ênfase sobre a realização dos valores a receber do acionista majoritário, o Estado de Santa Catarina, o qual foi regularizado com a assinatura do termo de acordo de extinção de débito, onde o Governo autorizou a retenção de dividendos e juros sobre capital próprio de exercícios passados e subseqüentes até a total liquidação do referido débito.

Florianópolis, 24 de março de 2011.

Claudio Henrique Damasceno Reis
Sócio-contador
CRC 1SC024494/O-1

BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" SC

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras (individual e consolidada) do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Consoante com o relatório dos auditores BDO Auditores Independentes, aprova os referidos documentos, e propõe sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Florianópolis (SC), 24 de março de 2011.

Derly Massaud Anunciação
(Presidente)

Sérgio Rodrigues Alves

Lírio Albino Parisotto

Milton de Queiroz Garcia

Antonio Fernando do Amaral e Silva

Andriei José Beber

Pedro Bittencourt Neto

Daniel Arduini Cavalcanti de Arruda

Arlindo Magno de Oliveira

Edimar Rodrigues de Abreu

Emilio Mayrink Sampaio

Paulo Roberto Evangelista de Lima

Jair Maurino Fonseca

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o relatório dos auditores BDO Auditores Independentes, datado de 24 de março de 2011, opina por unanimidade que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis (SC), 25 de março de 2011.

Ronaldo Baumgarten Junior

Gilberto Antônio Gadotti

Célio Goulart

Telma Suzana Mezia

Julio Sergio de Souza Cardozo

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Antônio Marcos Gavazzoni

Diretor Presidente

André Luiz de Rezende

Diretor de Relações Institucionais
e com Investidores

Clairton Belém da Silva

Diretor de Planejamento

Fabricio Santos Debortoli

Contador – CRC/SC 25.570/0-0

Florianópolis (SC), 30 de março de 2011

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras (individual e consolidada).

Antônio Marcos Gavazzoni

Diretor Presidente

André Luiz de Rezende

Diretor de Relações Institucionais
e com Investidores

Clairton Belém da Silva

Diretor de Planejamento

Fabricio Santos Debortoli

Contador – CRC/SC 25.570/0-0

Florianópolis (SC), 30 de março de 2011

